



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**MULHERES QUE CELEBRAM: MEMÓRIAS DA FESTA DO DIVINO EM  
ALCÂNTARA- MA (1950-1970).**

ALIONÁLIA SHARLON MACIEL BATISTA RAMOS LOPES

CAMPINA GRANDE – PB.

2013

ALIONÁLIA SHARLON MACIEL BATISTA RAMOS LOPES

**MULHERES QUE CELEBRAM: MEMÓRIAS DA FESTA DO DIVINO EM  
ALCÂNTARA- MA (1950-1970).**

Dissertação de Mestrado desenvolvida na Linha de Pesquisa Cultura e Cidades, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

**Orientador:** Dr. Severino Cabral Filho

**Linha de Pesquisa:** Cultura e Cidades

CAMPINA GRANDE - PB.

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

L864m

Lopes, Alionália Sharlon Maciel Batista Ramos.

Mulheres que celebram : memórias da festa do divino em Alcântara – MA (1950 – 1970) / Alionália Sharlon Maciel Batista Ramos Lopes. – Campina Grande, 2013.

122 f. il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Severino Cabral Filho".  
Referências.

1. História Cultural. 2. Alcântara. 3. Festa do Divino. 4. Caixeiras.  
I. Cabral Filho, Severino. II. Título.

CDU 930.85(812.1)(043)

ALIONÁLIA SHARLON MACIEL BATISTA RAMOS LOPES

**MULHERES QUE CELEBRAM: MEMÓRIAS DA FESTA DO DIVINO EM  
ALCÂNTARA- MA (1950-1970).**

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Severino Cabral Filho – UFCG  
Orientador/Presidente

---

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza – UFCG  
Examinador Interno

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Maria Rodrigues Behar- UFPB  
Examinadora Externa

*A meu marido Rafael e  
ao meu filho Andrei.*

## AGRADECIMENTOS

A função de agradecer é sempre complexa, dadas as circunstâncias que uma pesquisa é realizada, com o envolvimento de muitas pessoas. No meio dessa trajetória encontrei amigos, dificuldades, contei com a colaboração de pessoas que de alguma forma tornaram essa tarefa possível, do contato com os entrevistados à busca em arquivos. Sendo assim, só tenho a agradecer com todo afeto e respeito a todos vocês que, direta ou indiretamente, tornaram real a construção deste trabalho.

Agradeço a Deus, que me guia e me ilumina. Aos meus pais, Aduino, Conceição e Maria José, pela confiança e carinho, que guiaram os meus primeiros passos e sempre incentivaram meus estudos. Aos meus irmãos, meus sogros e aos meus familiares que sempre torceram por mim.

À meu marido Rafael, que acompanha minha vida acadêmica desde o início, apoiando e consolando e nos momentos mais difíceis, com toda sua compreensão, me fazendo sorrir. Você sempre esteve ao meu lado, incentivou todas as fases desse processo, me acompanhou nas idas a Alcântara. Obrigada meu amor, sem você isso tudo seria mais difícil.

Ao meu filho Andrei, peixinho que faz meu coração se alegrar sempre, que mesmo sendo pequeno, tenta compreender as ausências frequentes quando digo: “Mamãe tem que estudar agora”. Obrigada, parte de mim, pelos muitos momentos do nosso convívio roubados durante a realização deste trabalho, pelo apoio e por esperar o trabalho terminar para curtirmos a praia no final de semana.

Ao meu orientador Severino Cabral Filho pela dedicação na orientação deste trabalho, a quem sou imensamente grata. Obrigada pelas experiências proporcionadas e pelas lições aprendidas: elas serão de extrema importância por toda a minha vida. Em especial, também agradeço pela grande amizade. Muito obrigada querido mestre, querido chefe.

Aos professores que ministraram as disciplinas do mestrado: Gervácio Batista, Luciano Mendonça, Antonio Clarindo, Marinalva Vilar e Severino Cabral. Obrigada pelos ensinamentos e pelas discussões realizadas em sala de aula, pelos textos sugeridos para leitura, eles contribuíram muito para a construção deste trabalho.

Aos amigos da turma 2010, vocês me apoiaram muito enquanto eu era aluna especial. Obrigada especialmente a Aparecida Barbosa (Cida), você entendia o quão

difícil era trafegar pelo mundo da historiografia, me ajudou na leitura dos textos da seleção e colaborou com ótimos debates durante o cafezinho.

Aos amigos da turma 2011, fomos poucos, mas guerreiros, afinal nunca fomos tão felizes. Durante as disciplinas trocamos muitas ideias, rimos, brincamos, nos desesperamos. Allison, André, Ariosvalber, Roberg, Lucilvana, Francimeire, Vanessa. Obrigada especialmente aos amigos que se estenderam para além da sala de aula, Gláucia, Muriel, Raíssa, Fabiano, Kedna, Lucélia, Gutemberg, Pollyana e Janailson. Vocês foram maravilhosos, como coisificar as coisas sem vocês?!

Aos amigos queridos Hilmaria Xavier e Paulo Ribeiro, que compartilharam comigo dessa experiência, estando presentes em muitos momentos durante a realização desse trabalho, com conversas intermináveis nos finais de semana. Obrigada queridos, pelos conselhos e por acreditarem neste trabalho.

A Márcia Teresa, da Biblioteca Roldão Lima, no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, por ter sido tão atenciosa ao procurar os arquivos da Comissão de Folclore do Maranhão. A Jandir Gonçalves, do Museu Casa de Nhozinho, por indicar possíveis arquivos sobre a festa. A Lourdes Padelha, do Arquivo Público do Estado, que trabalha a muitos anos na sessão do arquivo e sempre se prontificou a ajudar, com interesse e simpatia. A Karina Valeska do Museu Casa de Alcântara, pelas conversas a respeito das modificações ocorridas na cidade. Aos funcionários do Museu Casa do Divino em Alcântara, em especial seu Antônio, que construiu parte dos altares que lá estão expostos. A Dona Concita, uma apaixonada pela comemoração, filha de D. Luíza e funcionária do escritório do IPHAN/Alcântara.

Aos amigos Danilo Regis e Ana Gabriela. Aos amigos que estavam distantes fisicamente, mas sempre dando um jeito de se fazer presentes, Elaine Casale, Omar Carmona, Giovanna Fontoura, Higro Villaris, André Santos, Simone Santos. O caminho foi árduo, mas valeu a pena.

A todos que fazem o Mestrado em História da Universidade Federal de Campina Grande - PPGH, pela atenção e por nos propiciar o encontro e um terreno fértil para discussões muito produtivas.

À CAPES pela concessão da bolsa REUNI.

Agradeço aos professores Antonio Clarindo e Regina Behar que aceitaram participar da banca de defesa da dissertação.

A todos que participaram dessa pesquisa, em especial os queridos entrevistados Seu Raul Soares, Seu Heidimar Guimarães, Dona Luíza Ribeiro, Dona

Conceição Ribeiro, Dona Edith Ferreira, D. Jucelina Ferreira, Tayla e Cerliângela.  
Muito obrigada por participarem dessa pesquisa!

Como não poderia deixar de ser, muito obrigada a duas pessoas maravilhosas que me ensinaram muito ao longo deste período de pesquisa, Dona Anica e Dona Malá. Queridas Caixeiras, vocês são especiais, mulheres guerreiras, sempre com um sorriso estampado no rosto, me deixaram ouvi-las, permitindo entrar um pouco nessa linda trajetória de vida. Muito, muito obrigada!

A cada um de vocês, muito obrigada por contribuírem para a elaboração desse trabalho!



“Se tentarmos voltar às ruínas, certamente  
encontraremos, sob os escombros, restos  
de ações, sangue de práticas, pulsações de  
processos.”

Severino Cabral Filho

## RESUMO

A Festa do Divino Espírito Santo ocorre todos os anos na cidade de Alcântara, Maranhão; como toda comemoração ela possui suas particularidades. Para nós, o fato de serem as mulheres a comandar todo o ritual da festa se constitui na especificidade deste evento em Alcântara: as Caixeiras, tocando as suas caixas, foram, durante muito tempo, as grandes responsáveis tanto pela parte musical como pela organização mais geral da festa. Este é um estudo sobre a memória dessas mulheres da Festa do Divino de Alcântara. Por meio da metodologia da história oral buscamos compreender as representações que elas elaboram sobre o seu passado e o seu presente, sobre a cidade em que vivem, a festividade da qual participam, as suas relações familiares e as relações com os demais participantes da comemoração. E para compreender os significados das representações que essas memórias constroem, dialogamos com alguns nomes da chamada *História Cultural* como, por exemplo, Roger Chartier, Robert Darnton e com um dos mais importantes historiadores da tendência chamada *Micro-História*, caso de Carlo Ginzburg. No plano metodológico, recorreremos à *História Oral*, cuja metodologia nos auxilia no indiciamento das representações que essas mulheres, por meio dos seus depoimentos, fazem da festa e da vida; depoimentos que apontam para os significados do *ser* caixeira e como essa atividade teve importância no passado e continua tendo no presente.

**Palavras chave:** Alcântara; Festa do Divino; Caixeiras.

## ABSTRACT

The “Festa do Divino Espírito Santo” occurs every year in the city of Alcântara, Maranhão; like any celebration, it presents some particularities. For us, the fact that women are responsible for commanding the whole feast ritual constitutes a specificity of this event in Alcântara: the ‘Caixeiras’ playing their drums were during many time, the great responsible for both musical and general organization of the feast. This work presents a study of the women’s memory of the Alcântara’s “Festa do Divino”. By using the oral history methodology we try to understand the representations that they elaborate about their past and present, about the city that they live in, the festival in which they participate, their family relationship and the relationships with the other participants of the celebration. And to understand the meanings of the representations that those memories build, we dialogued with some of the main names of the so called Cultural History, such as, Roger Chartier, Robert Darnton and with one of the most important historians of the trend called Micro-History, Carlo Ginzburg. At the methodological level, we used the oral history methodology which helps us in the indictment of the representations that those women, by their testimonials, create about the feast and life; testimonials that state the meanings of being “Caixeira” and how this activity was important in their past and present.

**Keywords:** Alcântara; Festa do Divino; Caixeiras.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPITULO I - A FESTA: POR UMA HISTÓRIA DO DIVINO EM ALCÂNTARA.....</b>	<b>33</b>
<b>1.1. ALCÂNTARA .....</b>	<b>34</b>
<b>1.2. CHEGADA EM ALCÂNTARA .....</b>	<b>35</b>
<b>1.3. FESTA DO DIVINO .....</b>	<b>36</b>
<b>1.4. O FUNCIONAMENTO DA FESTA DO DIVINO EM ALCÂNTARA .....</b>	<b>41</b>
<b>1.4.1. Quinta- feira da ascensão .....</b>	<b>46</b>
<b>1.4.2. Sexta –feira.....</b>	<b>50</b>
<b>1.4.3. Sábado .....</b>	<b>51</b>
<b>1.4.4. Domingo do meio.....</b>	<b>57</b>
<b>1.4.5. Segunda, terça, quarta e quinta-feira.....</b>	<b>58</b>
<b>1.4.6. Sexta-feira .....</b>	<b>60</b>
<b>1.4.7. Sábado .....</b>	<b>61</b>
<b>1.4.8. Domingo .....</b>	<b>61</b>
<b>CAPITULO II - CAIXEIRAS: MEMÓRIA E COTIDIANO.....</b>	<b>67</b>
<b>2.1 SOU CAIXEIRA .....</b>	<b>68</b>
<b>2.2. ESMOLAR EM BEIRA DO CAMPO E BEIRA DE COSTA .....</b>	<b>73</b>
<b>2.3. A FARTURA .....</b>	<b>83</b>
<b>2.4. É ASSIM QUE EU SINTO NO PEITO, AQUELE TOQUE CHAMANDO .....</b>	<b>86</b>
<b>CAPITULO III – TURISMO, FINANCIAMENTO E MUDANÇAS NA CIDADE .....</b>	<b>90</b>
<b>3.1. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO .....</b>	<b>91</b>
<b>3.2. MODIFICAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>96</b>
<b>3.3. A FESTA É BONITA, MAS NÃO QUERO SER CAIXEIRA! .....</b>	<b>100</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

É desolador o espetáculo que apresenta aquela cidade com seus templos em ruínas, só conhecidos como bons pelas formas exteriores. Na edificação ordinária grandes desfalques por terem se arrasado também grandes números de casas, muitas abandonadas, algumas em vésperas de um desmoronamento e para agravar a vista deste espetáculo andavam já pelas ruas as caixeiras ou grupo de mulheres lampeiramente vestidas, rufando caixas, em um tom monótono e triste, ao som de um cântico sentimental como se cantassem as ruínas de Tróia ou se avivasse a memória dos visitantes o finito de todas as cousas deste mundo!  
Diário do Maranhão<sup>1</sup>

Essa é uma referência antiga, datada de 1882, porém serve para descrever, de modo breve e singelo, as Caixeiras<sup>2</sup> da cidade de Alcântara, Maranhão, que se encontravam naquele ano “rufando suas caixas<sup>3</sup>, em um tom monótono e triste”. A descrição demonstra ainda como a cidade se encontrava decadente economicamente no final do século XIX, entretanto é possível perceber nessa mesma, um elo indissociável entre as Caixeiras, a memória da cidade e suas ruínas. Esse “espetáculo desolador” prolongou-se na cidade, lembrada por seus casarões de origem colonial e suas ruas calçadas em pedras de cantaria, um declínio que só veio a se agravar a cada ano, afastando as famílias mais abastadas que habitavam a cidade. Anos mais tarde, em 22 de dezembro do ano de 1948<sup>4</sup>, Alcântara foi considerada “Cidade Monumento Nacional<sup>5</sup>”, ano em que cidade completou 300 anos de existência, período de festa e comemoração. Uma cidade que ainda não havia se reerguido do choque econômico que passara no final do século anterior, festejava por ter novamente os olhares da sociedade maranhense

<sup>1</sup> Publicação feita no jornal Diário do Maranhão em 11 de maio de 1882, com o título “Festa em Alcântara”.

<sup>2</sup> As caixeiras são mulheres majoritariamente negras, contam com mais de cinquenta anos e advém de bairros periféricos. Senhoras devotas, que cantam e tocam as caixas, acompanhando todas as etapas da cerimônia, são as sacerdotisas que conduzem o evento, figuras de maior destaque, essas senhoras devem saber tudo sobre a festividade, abrir e fechar a tribuna com os cânticos e batidas próprias para cada momento.

<sup>3</sup> Tambores de madeira, revestidos de couro, representando a forte ligação do homem com a natureza.

<sup>4</sup> O povoado de Tapuitapera (Terra dos Índios, Terra dos Tapuios ou Cabelos Compridos- era uma aldeia de Tupinambás), foi elevado à categoria de vila com a denominação de Santo Antônio de Alcântara em 22 de dezembro de 1648. LOPES, Antônio, **1889-1950. Alcântara: subsídios para a história da cidade**. 2ªed. São Paulo: Siciliano, 2002.

<sup>5</sup> Dados publicados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

voltados a então abandonada Alcântara. Ainda assim seus visitantes eram familiares e moradores antigos da cidade. Pois “Não há hotel ou pensão, sendo que os visitantes ou viajantes costumam ficar hospedados em casas de amigos ou pessoas mais abastadas, que sentem verdadeiro prazer com isso<sup>6</sup>.” Mesmo com a falta de estrutura para receber o turista no início da década de 1950, a cidade se renovava com os preparativos da Festa do Divino Espírito Santo. Tradicional na localidade, ela sempre atraiu devotos e curiosos em participar do evento. “Conforme temos dito aos leitores, Alcântara tornou-se hoje em dia, uma cidade sorriso, centro de turismo e de recreação para o público<sup>7</sup>”.

Alcântara era lembrada em notas de jornal e em publicações como uma cidade histórica pelo seu apogeu econômico, seus representantes políticos e por sua devoção religiosa encontrada nas festas de Nossa Senhora do Livramento, São Benedito, Nossa Senhora da Conceição e principalmente a do Divino Espírito Santo. Sendo a última a que mais atraía moradores e visitantes, por se tratar de uma Festa que durava treze dias com missas, ladainhas, passeatas, cortejos, banquetes, aberta a todos os apreciadores da comemoração, onde são lembrados, anualmente, os tempos áureos da cidade, retratando os anos de riqueza e apogeu econômico, vivenciados pela Alcântara colonial<sup>8</sup>.

A Festa do Divino Espírito Santo é um ritual do catolicismo popular em referência à celebração de Pentecostes. Apesar de ter início no século XVII, ela só se firmou no Maranhão em meados do século XIX<sup>9</sup>. A festividade possui características do período colonial (roupas, penteados, comidas, decoração) com refeições fartas e decoração rica e requintada, ocorrendo em um salão denominado “Tribuna”, representando o trono de um palácio Real. O “Império” é formado por um grupo de crianças que representa a corte, vestidas com trajes luxuosos e nobres, caracterizados de imperatriz e imperador, e por seus súditos reais estruturados de modo hierárquico, casais de mordomo-régio e mordomo-mor. No fim de cada ano o imperador ou a imperatriz passam a coroa, transferindo o cargo a outros que serão seus sucessores no ano seguinte,

---

<sup>6</sup> Descrição encontrada na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959. p.32.

<sup>7</sup> Texto publicado sobre o título: “Reminiscências em Alcântara” no Jornal O Dia de 20.05.1953.

<sup>8</sup> De origem européia, a Festa do Divino em Alcântara adquiriu características próprias como a presença marcante de negros, de comunidades quilombolas do município, e a força do toque das caixas. Essas senhoras carregam consigo a responsabilidade de apresentar aos devotos, visitantes e curiosos o som inigualável do toque das caixas, bem como os cantos em latim e ladainhas dedicadas ao Espírito Santo.

<sup>9</sup> FERRETTI, Sergio. **Festa do Divino no Maranhão**. In: Série Encontros e estudos 9 – Divino Toque do Maranhão. Rio de Janeiro: IHAN, CNFCP, 2005.

através de um sorteio. Todo esse espetáculo cultural e religioso é acompanhado anualmente por centenas de pessoas, que seguem o cortejo com fé e devoção, e em todos os dias de festa e seus momentos de teatralização é imprescindível a presença das Caixeiras.

A Cidade, a Festa e as Caixeiras estão intimamente relacionadas. Não se pode falar da cidade de Alcântara sem discorrer sobre a Festa do Divino, e não se pode descrever a Festa sem mencionar o trabalho das Caixeiras. Mesmo sendo encontrada em franco declínio, em uma cidade cuja principal fonte de renda, na segunda metade do século XX, era a agricultura e a pecuária, os moradores da cidade nunca deixaram de realizar a Festa do Divino.

A proposta de realização deste estudo se constituiu a partir de uma matéria publicada no Jornal O Imparcial<sup>10</sup>, relatando que: “Apenas cinco mulheres estiveram responsáveis pelo toque de caixas e entoar de cantos que abrem alas para os cortejos imperiais, encerram missas e reverenciam o Espírito Santo durante as Alvoradas”. O que causou estranhamento, visto que em seu corpo festivo era frequente o encontro de mais de dez Caixeiras. Realizando uma busca por publicações em antropologia, história e sociologia, nas bibliotecas da cidade de São Luís, em sites de eventos da área, percebe-se que pouco fora publicado sobre a Festa da referida cidade, especialmente na segunda metade do século XX, como se a cidade e a Festa estivessem esquecidas no período. Como a Festa do Divino de Alcântara poderia ter tão pouco material publicado?

E, além disso, as publicações se referem à Festa de uma forma ampla, apresentando sua difusão em todo o território maranhense, e mencionam a presença das Caixeiras como meros personagens. Porém não foram encontrados trabalhos voltados exclusivamente à atividade dessas senhoras, bloqueando assim outras possibilidades de abordagem da Festa realizada em Alcântara, visto que em cada cidade existem suas particularidades. Como personagens tão importantes continuam sem o registro de suas memórias?

---

<sup>10</sup> Publicação realizada em 20.06.2009, Jornal O Imparcial, com o título: A Festa do Divino Espírito Santo no Maranhão e suas Caixeiras. Assinada por Carolina Mello.

No Brasil, a Festa do Divino Espírito Santo tem sido foco de pesquisa de historiadores, sociólogos e antropólogos que objetivam entender os elementos que permeiam essa festividade. Entre os trabalhos mais recentes que tratam sobre o tema da Festa do Divino no Brasil, temos o trabalho de Martha Abreu, “*O Império do Divino: Festas Religiosas e Cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*”, onde a autora apresenta o Rio de Janeiro, através de folcloristas e memorialistas, trazendo em seu texto minúcias sobre a festa e todo o conjunto de práticas culturais em que a mesma se encontra, pertencentes ao domínio da denominada tradição. Ao recuperar essas fontes, em um texto denso, a autora apresenta uma riqueza de detalhes presente na festividade, demonstrando novos significados em um universo de divertimentos quase esquecido. A vida cotidiana descrita por ela, trouxe a dimensão histórica dessa festa popular, herdeira de antigas tradições católicas coloniais, sem deixar de lado a conjuntura política e as múltiplas manifestações festivas (com jogos, teatros de feira, batuques, comidas, quermesses) da localidade.

No Maranhão, essa que é uma das maiores festas ligadas ao catolicismo popular do Estado, ocorre no interior das igrejas, nos terreiros de mina, nas casas de pagadores de promessas, mobilizando povoados e principalmente a cidade de Alcântara, sendo essa última considerada a Festa do Divino mais tradicional do estado.

Entre os trabalhos produzidos sobre Alcântara, a cidade aparece como um glorioso símbolo da economia maranhense, e a maior parte da produção historiográfica se detém até o final século XVIII, num levantamento político bem delineado.

Em se tratando da festividade, em Alcântara, entre os trabalhos mais recentes, destacam-se os trabalhos produzidos por Carlos de Lima, “*A Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara (Maranhão)*”, em que depois de anos como participante da festividade, de modo quase poético, realiza uma descrição dos dias de comemoração da mesma. Partindo de observações das práticas realizadas por seus festeiros e visitantes. Sendo apresentado, atualmente aos que visitam a localidade, como única referência de descrição da Festa.

Marise Barbosa investiga as mudanças rítmicas presentes no tocar das caixas de várias cidades do Maranhão, no início do século XIX, apresentando alguns relatos de vivências das Caixeiras, colhidos durante a coleta das músicas em diversos



pontos do Estado. Problematizando o fato de no Maranhão só mulheres poderem fazer parte do toque das caixas(tambores) na Festa do Divino, atividade constantemente realizada em celebrações religiosas por homens. Maria de Fátima Rocha<sup>11</sup>, após mapeamento dos principais termos utilizados nas Festa do Divino no Maranhão, elaborou um trabalho em linguística ao realizar a produção de um glossário da comemoração.

Sendo assim, tomando a cidade e as Caixeiras, permeadas por práticas e representações culturais, presentes na Festa do Divino entre o período de 1950 a 1970, como um dos objetivos deste trabalho, foi possível detectar a escassez de produções historiográficas sobre o período.

Podemos dizer que a celebração ao Divino no Maranhão se distingue dos demais festejos populares realizados em outros estados por dois fatores: No primeiro, as mulheres detém o ritual, sendo denominadas Caixeiras; No segundo, a peculiaridade é que as mesmas tocam um instrumento primordial para a realização do evento: as caixas, com suas implicações rítmicas e simbólicas.

Para se tornar uma Caixeira em Alcântara não basta apenas aprender a tocar caixa, é imprescindível participar e conhecer todo o processo ritualístico que envolve a Festa do Divino, assim como cantar e improvisar versos, divulgar e transmitir sua história, fornecendo informações a quem queira conhecer e aprender sobre todo o período da Festa.

Nos demais estados onde acontece a Festa do Divino, as caixas são guiadas por brincantes<sup>12</sup> e participantes que gostem do instrumento, independente de gênero. A Festa de Alcântara é apoiada por autoridades locais e não possui ligação com as Casas

---

<sup>11</sup> ROCHA, Maria de Fatima Sopas. A Festa do Divino Espírito Santo no Maranhão: Uma Proposta de Glossário. Fortaleza, UFCE, 2008. (Dissertação de Mestrado).

<sup>12</sup> Informação encontrada em livros como: MORAES, Oliveira de. **Festa Do Divino Em Mogi Das Cruzes- Folclore e Massificação na Sociedade Contemporânea**. São Paulo: FAPESP: *Annablume*, 2003. VIEIRA, Nana, **O Divino em Festa- São Luiz do Paraitinga**. São Paulo: Terra Virgem: 2008, VEIGA, Felipe Berocan. **A Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás: polaridade simbólicas em torno de um rito**. Niterói, UFF. 2002. ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro**. 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, etc.

de Culto Afro e a Casa das Minas<sup>13</sup>. No entanto, a maioria das Festas do Divino que ocorrem no Estado<sup>14</sup> possui vínculo direto com essas Casas.

É sobre essa especificidade das Caixeiras de Alcântara que desejamos nos debruçar. Analisando as lembranças dessas mulheres por meio da metodologia da história oral, desejamos compreender as suas trajetórias de vida e a imbricação delas com a festa do Divino, uma vez que essa festa faz parte de suas vidas desde a mais tenra idade. Com isto desejamos preencher, em parte, a lacuna relativa à participação das mulheres que atuam no âmbito desta celebração, particularmente na cidade de Alcântara. Por se tratar de senhoras com mais de 50 anos, utilizaremos o período de 1950 a 1970, época vivenciada pelas informantes, que tiveram seus primeiros contatos com a festa, como Dona Marlene Silva, com 67 anos, ativa na festa desde os 9 anos e sua irmã Dona Ana Benedita Ferreira<sup>15</sup>, 84 anos, participante desde os 7 anos, que são as únicas Caixeiras em atividade de Alcântara.

Sabemos quem são as Caixeiras e o que fazem, mas o que move essas mulheres para que elas se tornem Caixeiras? O que realmente as define como Caixeiras? Qual sua trajetória de vida dentro da festividade? Como descrever essa trajetória e a festividade? Como era o cotidiano dessas mulheres, suas relações familiares e de trabalho? Para responder a essas indagações e compreender como essas senhoras elaboram suas representações acerca da Festa, e ainda apresentar a forte conexão entre a sociedade e a Festa do Divino Espírito Santo, buscaremos subsídios teóricos, recorrendo à Nova História Cultural, na medida em que esta permite estudar as sociedades como um todo e por facilitar o diálogo com a Antropologia, abrindo um campo fértil de possibilidades de estudos, entre elas a análise do cotidiano, das representações e das práticas presentes nesta festividade. Foram selecionados três autores pertencentes a este campo historiográfico para sustentar o aporte teórico da pesquisa, são eles: Roger

---

<sup>13</sup> Mundicarmo Ferretti afirma que a Casa das Minas é conhecida como o terreiro de religião afro-brasileira mais antigo do Maranhão (as Casas de Culto Afro-brasileiras são conhecidas como terreiros de candomblé, xangô e tambor de mina por todo o estado).

<sup>14</sup> LOPES, 2002. p.83. Afirma que: “Em Alcântara não existe hoje um único terreiro de qualquer desses cultos africanos encontrados em São Luís e outras localidades do atual Estado. E não o houve, que saibamos, desde pelo menos começo do século XIX. Por que? Entre os antigos moradores da vetusta cidade verificamos ser voz corrente, aí por volta de 1920, que os alcantarenses senhores de escravo moviam guerra implacável a essas religiões negras, não houve tradição de alguma de ter estabelecido pelas suas cercanias”.

<sup>15</sup> Em entrevista, concedido ao autor no dia 25/01/2012. Dona Ana Benedita afirma ter cinco anos a mais, que a data registrada em seus documentos.

Chartier, Robert Darnton e Carlo Ginzburg, um importante referencial teórico para se analisar o rito e seus participantes.

Os estudos do historiador Roger Chartier se destacam por analisar o conceito de história cultural e como o mesmo foi moldado através dos diferentes tempos históricos. Para elaborar sua escrita utiliza-se de diálogo com autores do campo da história como Michel de Certeau, principalmente quando aponta para as formas de leitura, de consumir ou mesmo a recepção do cotidiano. Abre conexão com Pierre Bourdieu com o interesse em estudar o cotidiano e as sociedades. E por fim, partilha de aproximações com Paul Ricoeur, quando se interessa em construir o conceito de representação.

A importância dos ensaios de Chartier está em que exemplificam e discutem uma mudança na abordagem, como ele diz, “da história social da cultura para a história cultural da sociedade”. Isto é, os ensaios sugerem que o que os historiadores anteriores, pertencentes ou não à tradição dos *Annales*, geralmente aceitavam como estruturas objetivas, devem ser vistas como culturalmente “constituídas” ou “construídas”. A sociedade em si mesma é uma representação coletiva (BURKE, 1991. p. 98).

A citação de Peter Burke demonstra como os trabalhos de Chartier são importantes para o campo da história no momento que permitem pensar a passagem de uma história social para a história cultural. Como Historiador ligado à Escola dos *Annales*, especialmente à terceira geração, ou seja, a chamada “A História Cultural”, Chartier aponta a necessidade de dialogar com campos vizinhos, como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a crítica Literária. Nessa perspectiva observa-se uma possibilidade de que seus estudos inspirem outros estudos e análises.

É preciso pensar a história cultural como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. (CHARTIER, 1990. p.27).

O conceito de representação abordado por Chartier se tornou um dos principais da história cultural. Enfatizando que a história deve ser entendida como um estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. A análise deste autor facilita a compreensão do nosso objeto de estudo, na medida em que se faz necessário compreender as representações das Caixeiras sobre a festa, o que é essa festa pra elas, e

como isso é representado no seu mundo. Neste caso, as suas representações dizem respeito à projeção que fazem acerca da Festa do Divino, na medida em que tais projeções são “formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade<sup>16</sup>”.

Entendendo, que essa festa e o que se fala sobre ela, como um conjunto de práticas e um conjunto de representações, pretendemos pensar sobre a vida das caixeiras por meio de suas práticas e representações, possibilitando analisar a compreensão que essas senhoras possuem da festa e como seu mundo é construído a partir da mesma, considerando também as transformações sociais e culturais ocorridas nos últimos anos na cidade de Alcântara.

Robert Darnton nos fala acerca da representação no campo da semiologia, que tem como objetivo auxiliar o historiador a ter um diálogo com os seus sujeitos e objetos de estudo. No livro *O Grande Massacre de gatos*, Darnton estabelece diálogo com teóricos da Antropologia como Geertz<sup>17</sup>, visando entender os significados das ações dos indivíduos nos contextos históricos em que ocorrem para assim compreender os comportamentos. Em *Um Burguês organiza seu mundo: a cidade como texto*, Robert Darnton<sup>18</sup> realiza de forma densa uma leitura a respeito da cidade onde afirma que: “a descrição da cultura urbana revelou muito sobre a maneira de viver das pessoas” (p.183). A grande lição de método de Darnton consiste em descrever a cidade, as práticas sócio-culturais e os lugares de classe da cidade de Montpellier, na França do século XVIII, a partir de um texto escrito. O ponto em comum que nos liga a Darnton, mesmo considerando a distância cronológica dos nossos objetos de estudo, é que o historiador americano analisa a cidade a partir da descrição de uma procissão, evento que se aproxima muito da festa que desejamos analisar. Darnton parte de um manuscrito anônimo; nós partimos de depoimentos orais de mulheres participantes efetivas da Festa do Divino em Alcântara, Maranhão.

---

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1990. p. 23

<sup>17</sup> Clifford Geertz, em “A Interpretação das Culturas” mostra a possibilidade do dialogo entre o trabalho do antropólogo e o historiador. Mesmo que esses estejam separados por origens profissionais, mas diferentes eles elaboram estudos que muitas vezes fazem estudos onde os objetivos se aproximam. Além de que ambos falam do outro, seja o historiador a partir dessa relação do homem no tempo, ou o antropólogo em um trabalho mais atual.

<sup>18</sup> DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

O historiador Carlo Ginzburg é outra contribuição importante para o nosso trabalho. Ginzburg<sup>19</sup> esclarece que as ciências humanas fazem uso do termo ‘representação’ há muito tempo, enaltecendo a ambigüidade do termo, que pode ser utilizado de muitas formas. Para o autor o termo pode tanto fazer às vezes de uma realidade representada, o que evoca ausência, como pode também, tornar visível a realidade representada sugerindo assim a presença, ocasionando o que ele denomina de aborrecido jogo de espelhos. As observações de Ginzburg sobre a ligação entre imagens funerárias e imagens em geral permitem reler de um ponto de vista novo os símbolos apresentados no decorrer da festividade. É possível também analisar a representação no dado momento que os entrevistados recorrem ao passado anterior ao da experiência que estão narrando.

Clifford Geertz, em seu livro *A interpretação das Culturas*, discute não só com a Antropologia, mas com a psicologia e a história. Com a preocupação em demonstrar o conceito de cultura, Geertz critica E.B. Taylor, dizendo que o mesmo se alongou por um texto de mais de vinte páginas e não consegue explicitar o conceito de maneira clara. Visto isso, Geertz afirma que a cultura é como uma teia de significados. Essa rede de significados passa a ser vista como um texto.

O método de pesquisa de Geertz é extremamente rico pela possibilidade do historiador usá-la para tentar descrever com minúcia o contexto que está estudando, os seus objetos de estudo, nesse caso o campo de estudo de Geertz é Bali. A descrição densa passa a ser um processo de observação antropológica em que o pesquisador deve descrever o campo de estudo com minúcia, destacando os mínimos detalhes, ao fazer uso dela, é importante distinguir esse trabalho da atuação do historiador, pois mesmo que o historiador e o antropólogo estudem elementos que aproximam, deve-se respeitar o lugar social de cada um, visto que nem sempre o historiador executa atividades de ir a campo, já que a atuação desse é em diversos trabalhos uma atuação de gabinete, onde o pesquisador encontra-se debruçado solitariamente com as fontes de estudo. Entretanto, o historiador a cada vez tem elaborado atividades em que se aproxima de métodos antropológicos, seja no diálogo com a etnografia, seja no exercício de desenvolver pesquisas de história oral, o que facilita quanto ao entendimento da descrição da Festa do Divino em Alcântara.

---

<sup>19</sup> GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**/ Carlo Ginzburg; tradução: Eduardo Brandão. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 85.

Em meados dos anos de 1960, uma nova prática foi exercida na perspectiva da geração dos Annales, acrescentando o estudo de outras disciplinas aos trabalhos produzidos na historiografia. Essa mudança de olhares gerou o que veio a ser denominado de “viragem antropológica<sup>20</sup>”, agregando teorias de autores pertencentes a outras áreas disciplinares, em uma perspectiva que dava ênfase as construções culturais, se colocando contra o determinismo existente. A partir daí, muitos autores tiveram seus trabalhos considerados como pertencentes à “antropologia histórica” ou “etno-história”, pois traziam em seu contexto novos métodos e técnicas de trabalho, e conseqüentemente novos problemas, temas e conceitos. Sendo assim, amplia o leque de pesquisa para novas abordagens como a história do cotidiano, a história regional, a história das mulheres, a micro-história, a história vista de baixo, entre outros, ocasionando em uma pesquisa direcionada a história de pequenos grupos, não mais voltada a história da sociedade. Colocando em prática o que Philippe Ariès<sup>21</sup> afirma ser “uma história mais sensível às diferenças regionais do que às diferenças sociais”.

O novo paradigma apresentado favoreceu o uso de novas fontes, fora as documentais e escritas, possibilitando o retorno<sup>22</sup> da oralidade e da narrativa, que ultrapassou o campo específico da antropologia, tornando-se prática de outras disciplinas, como a história oral. Como nos conta Jucá<sup>23</sup>, a primeira experiência oral como atividade organizada é de 1948, nos Estados Unidos, com entrevistas realizadas com lideranças políticas. Entretanto essa atividade só alcançou seu apogeu entre os anos de 1960 e 1970, ganhando uma nova dimensão ao chegar a Europa, efetivando-se em países como Itália, Alemanha e França<sup>24</sup>. No Brasil essa atividade iniciou na década de 1970, quando o CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, iniciou sua pesquisa na área de história política contemporânea, com o intuito de complementar os estudos referentes a era Vargas. A partir de então, com o uso da entrevista, a história oral se moldou como metodologia, pois possibilitou

---

<sup>20</sup> BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia** / Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. p.94

<sup>21</sup> ARIÈS, Philippe. **A História das Mentalidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 170.

<sup>22</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral: um inventário das diferenças**. In: \_\_\_. (Coord.). **Entrevistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. A autora destaca que a utilização da oralidade remonta à Antiguidade, visto que se encontra presente nas obras de Heródoto, Tucídides e Políbio.

<sup>23</sup> JUCÁ, Gisfran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Imprensa Universitária; 2003. p.40-48.

<sup>24</sup> FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio à edição brasileira. In: THOMPSON, Paul. **A voz do passado: a história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.14-16.

diversificar as fontes a serem trabalhadas, passando a valorizar os significados da memória na compreensão da vida humana.

Por se tratar de uma pesquisa que almeja representar a Festa, a vida das Caixeiras e a cidade de Alcântara nas décadas de 1950-1970, se fez necessário analisar o uso de relatos orais de memórias de determinados personagens que compõem o corpo desta festividade, que transitara nele por mais de meio século. Para isso privilegiamos a história oral, enquanto abordagem metodológica que permite o registro de representações da memória e que consiste, conforme nos ensina Verena Alberti (2010), na realização de entrevistas com indivíduos que participaram, ou testemunharam acontecimentos do passado, possibilitando o conhecimento dos modos de vida de atores de uma geração, e se constitui como fonte histórica intencionalmente produzida, que possibilita reconstituir história de vários aspectos e momentos da vida cotidiana de pessoas e grupos sociais. Visa formar para a história um ponto de vista sobre os fatos, a partir de uma versão e uma visão do passado.

Inseridos no nosso campo de discussão e pesquisa, temos dois trabalhos que destacam-se por tratarem de cidade, representação e narrativas orais, que foram realizados por Severino Cabral Filho e Regina Célia Gonçalves. Para Cabral Filho, em “O Pão da Memória<sup>25</sup>”, é possível compreender a valorização do esforço e o trabalho coletivo, onde as lembranças de padeiros estudadas por este autor, em seu processo de transição entre panificação artesanal e a mecanizada, constituem uma memória do trabalho, mas que é também a memória social desses homens. As suas vidas são apresentadas de uma forma panorâmica de modo que se pode perceber que a sua vida em sociedade esteve vinculada ao seu trabalho, na cidade de Cajazeiras-PB. Para este autor, “é somente na medida em que o indivíduo trabalha as suas lembranças que ele reflete o grupo social do qual faz parte e nesse movimento define o seu lugar social e as suas relações com os demais<sup>26</sup>”.

Gonçalves<sup>27</sup> analisa a comunidade de Chã dos Pereira, na cidade de Ingá-PB, e nos apresenta uma visão sensível sobre a atividade artesanal, exercida por um

---

<sup>25</sup> CABRAL FILHO, Severino. O pão da memória: velhos padeiros, lembranças, trabalho e história. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2004.

<sup>26</sup> CABRAL, op. cit., p.29

<sup>27</sup> GONÇALVES, Regina Célia. Vidas no Labirinto: Mulheres e trabalho artesanal (Um estudo sobre as artesãs da Chã dos Pereira- Ingá/PB). João Pessoa, UEPB, 1996(Dissertação de Mestrado).

grupo de mulheres, mergulhando nas suas memórias e apresentando a localidade em que estão inseridas. Não deixando de apresentar suas relações familiares e de trabalho.

O trabalho com fontes orais é complexo e tanto sua produção como a análise de entrevistas requer preparação e cuidados por parte do pesquisador, pois sua responsabilidade é grande em relação ao conhecimento que produz e ao grupo que analisa, já que produz documento. Assim a elaboração da fonte oral exige uma preparação que passa por várias etapas: a escolha das pessoas a serem entrevistadas, contactar os entrevistados, preparar o equipamento técnico e o documento de cessão de direitos, elaboração dos roteiros de entrevistas, uso de recurso que estimule a memória do entrevistado, análise e avaliação das entrevistas, transcrição e crítica documental. A fonte oral vai sendo delimitada no decorrer da pesquisa. Desta forma seu uso requer cuidados do historiador, que ao analisar um depoimento de história oral deve considerar suas condições de produção, o conteúdo da narrativa e estar atento para relatos, interpretações e pontos de vista desviantes; isto é possível com o cruzamento de fontes textuais, iconográficas e orais, além de documentos de arquivos. Sendo uma fonte intencionalmente produzida num contexto específico e para um dado fim, é o pesquisador quem escolhe o grupo a ser entrevistado, conduz a entrevista, colhe as entrevistas e os testemunhos, em seguida transcreve e recorta conforme a problemática do seu objeto de estudo. Assim a entrevista constitui parte do relato do próprio entrevistador.

A História Oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações. Para Gisafran Jucá existe uma contribuição riquíssima à História mediante o uso dessa metodologia, pois o historiador tem contato direto com o seu objeto, que é vivo: “O valor da História Oral reside na possibilidade de diálogo a ser mantido entre os entrevistados e o pesquisador<sup>28</sup>”. Esse diálogo deve ser analisado com cautela, pois é dado ao historiador a possibilidade de ler o que não está escrito, realizando análise de discurso de uma época. A evidência em um depoimento oral não é a prova, mas é um indício para ser utilizado pelo pesquisador, sendo que, o importante na História Oral é o que marcou aquele momento e não a data e o ano preciso em que ele ocorreu.

---

<sup>28</sup> JUCÁ, op.cit., p.52



Meihsy (1996, p.17-18) considera a História Oral como um “recurso moderno”, ressaltando ainda que este recurso pode ser utilizado em casos de inexistência de documentos suficientes sobre determinado tema e quando se deseja relatar uma outra história, o que também pode ser exemplificado pelo nosso estudo, que objetiva apresentar à sociedade histórias das caixeiras, mulheres negras, com mais de 60 anos, moradoras de áreas periféricas, que em algumas versões não são contempladas pelas discussões acadêmicas, aqui damos a devida importância da vida dessas senhoras em sociedade, ficando sempre atento à visão que havia nesse passado, que pode ser tanto saudosista como doloroso.

Meihsy ainda define dois gêneros de História Oral por onde iremos transitar: a “Temática” e a de “Vida”. O que as difere é o fato de que na primeira as perguntas realizadas ao entrevistado são sobre algum tema específico, o que enfatiza o papel do pesquisador, definindo-o como condutor dos trabalhos. Para que o uso da “História Oral Temática” seja bem aproveitado é necessário que o pesquisador tenha conhecimento prévio sobre o assunto, se preparando melhor para as perguntas que irá realizar. Faremos uso desse gênero também no decorrer das entrevistas referentes ao cotidiano das Caixeiras e sobre a participação das mesmas na festa.

Na “História Oral de Vida”, por sua vez, o colaborador tem “maior liberdade para dissertar, o mais livremente possível, sobre sua experiência pessoal” (MEIHSY, 148). Paralelo às perguntas temáticas realizadas sobre o cotidiano e participação das colaboradoras no grupo, pedimos que estas falassem de pontos da sua vida, de sua trajetória, ressaltando memórias pessoais relativas principalmente à função de Caixeira. Para tal fim, foram feitas perguntas amplas, sobre a vida desses participantes, o que deu maior arbítrio para a construção narrativa das colaboradoras. Sendo entrevistadas duas Caixeiras de Alcântara (únicas da cidade), dois moradores antigos da cidade que no período da festa auxiliam no cortejo e contribuem para o seu desenvolvimento e dois colaboradores que participam na construção dos altares e contribuem na produção da Festa.

A História Temática nos traz detalhes de uma época, um acontecimento, um evento, e a de Vida permite buscar todas as subjetividades presentes nestes relatos. Trafegando por esses dois gêneros, com este tipo de História Oral, que tentamos executar, foi possível visualizar as diversas dimensões das vidas dessas mulheres.

Escolhemos transitar por essa metodologia dado o valor da sua discussão a partir das subjetividades. As falas desses personagens estão carregadas de detalhes, sentimentos e momentos que outras fontes não seriam capazes de supri, e essas informações só seriam possíveis fazendo o uso da História Oral.

Aproximamos-nos desta metodologia investigando a festividade na cidade de Alcântara e entrevistando, em especial, pessoas idosas, como as próprias Caixeiras, pessoas que carregam consigo não apenas a memória da Festa do Divino, mas da cidade como um todo. Na tentativa de extrair esses relatos da maneira mais eficaz, seguindo as trilhas abertas por Ecléa Bosi<sup>29</sup>, para quem “a arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que escutam” (BOSI;85). No ato de escutar, essa memória pode ir além, partindo para o registro, eternizando essa lembrança, através da ação do pesquisador. Bosi<sup>30</sup> (1994) referencia Bergson ao remeter à “imagem lembrança”, que “traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetitivo, irreversível, da vida”, fazendo com que haja essa tomada de consciência, onde o cheiro de passado seja reativado e ampliado.

Desta forma, a estratégia metodológica baseou-se na abordagem da história oral, com o propósito de perceber quais memórias prevaleceram nas narrativas dessas mulheres que vivenciaram desde a infância, como observadoras e participantes, esse evento da cidade de Alcântara, trazendo à tona em alguns momentos, recordações, lembranças, detalhes de um período marcado pela infância e juventude, onde a Festa foi caracterizada como o maior evento ao Divino Espírito Santo realizado no Estado. Assim como lembranças de suas vivências em sociedade, enquanto pessoas que passavam meses fora de seus lares, engajadas na busca de mantimentos, para a preparação da Festa, atravessando povoados vizinhos a pé, mostrando momentos do convívio familiar que foram perdidos, pois além da devoção existia a busca pelo sustento financeiro do lar, uma preocupação dessas senhoras. Ou seja, pretende-se perceber, no relato dessas lembranças, quais são as mais evidentes. O uso de relatos orais se justifica por esses serem capazes, segundo Alberti (2010, p.163), de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social.

---

<sup>29</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

<sup>30</sup> BOSI, Op. cit., p.49.

Consideramos que um dos aspectos possibilitados pela história oral é tornar visíveis experiências individuais e coletivas, por tratar, sobretudo, do registro de como uma pessoa analisa sua experiência, considerando que o depoimento oral traz à tona lembranças carregadas de subjetividades. Conforme Ecléa Bosi (1983, p.17), “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”. Assim, consideramos o ato de lembrar não como um ato de reviver algo estático no passado, conservado com sua inteireza, mas como um refazer as experiências do passado com ideias do presente.

Alberti (2010, p.170) também informa que cabe ao historiador estar atento ao fato de significados atribuídos a ações e escolhas do passado serem determinadas por uma visão retrospectiva, que confere sentido às experiências no momento em que são narradas. Ressalta ainda que para se trabalhar com a história oral é preciso reconhecer os paradigmas que estão na sua base, e um deles é ter claro que a entrevista não é um retrato do passado.

Na utilização da metodologia da história oral, torna-se fundamental a discussão em torno das relações entre história e memória. Assim, dialogaremos com Pierre Nora (1998, p.9), para quem “a história é a reconstrução sempre problemática do que não existe mais [...] e a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, sempre carregada por grupos vivos e, em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Corroborando com essa teoria, temos o conceito sugerido por Marc Bloch, onde a produção do conhecimento histórico sempre é realizada em sintonia com as preocupações do presente do historiador.

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre da angústia.” (LE GOFF, 2003, p.469)

Da mesma forma reflete Diehl:

A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para a consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger a totalidade do passado num determinado corte temporal (DIEHL, 2002, p.116)

Sobre o conceito de *memória*, é importante diferenciar a memória individual da memória coletiva. Maurice Halbwachs nos diz que as memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada, acrescentando ainda o fato que a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, “Diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes<sup>31</sup>”. Ressaltando ainda que “a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo”. Partindo dessa premissa, entendemos que lembranças geradas referentes aos amigos, infância, família, trabalho, são recordações constituídas por memórias de um grupo e, portanto a memória individual existe ao dado momento que o indivíduo é pertencente ao mesmo.

Como destaca Meihy, (1996, p. 61): “a memória pessoal é biológica e psicológica, enquanto a grupal é essencialmente cultural e transcendente”. O que é lembrado e narrado, em que circunstâncias os relatos são produzidos, o que evoca uma lembrança, são estes os pontos que devem ser considerados no trabalho com a memória coletiva. Nesse sentido, a oralidade é um dos principais meios de acesso a este tipo de memória. Pois, “a memória se constitui e opera a partir dos impactos, dos reflexos que os acontecimentos exercem sobre os grupos, assim como sobre os indivíduos, influenciando diretamente na constituição das suas representações” (CABRAL FILHO, 2004, p.31).

Pensando no uso da memória não como um passado recomposto, mas constituído com referências do presente, Guimarães Neto assevera que

a memória não é um arquivo morto, nem um ponto de chegada-repleta de verdades desconhecidas e reveladoras, mas instrumento de aprendizagem, com o qual se opera para dar movimento a certos fragmentos, iluminadores de estruturas e acontecimentos que tiveram lugar em determinadas sociedades (GUIMARÃES NETO, 2006, p.26)

Esses fragmentos, geradores de surpresas, alegrias, tristezas e sensibilidades, não se constituem apenas de lembranças, ou simples recordações, pois são essenciais para a redescoberta do tempo, impregnados de revelações grandiosas de uma trajetória vivida. Segundo Certeau (1994), “a memória mediatiza transformações

---

<sup>31</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro.2004, p. 69.

espaciais”, ou seja, é possível “fazer da memória o meio de transformar os lugares”. Assim, é possível perceber que através da memória dos indivíduos, está sendo possível contar uma nova versão da história.

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de história, mas, mais que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e sentir-se parte do contexto em que vivem (MEIHY, 1996)

Enfim, fica evidente que a história oral pode ser útil para se analisar trajetórias de vida de indivíduos e para isso precisamos recorrer às memórias desses sujeitos. Elaborar memórias, representações cotidianas e pontos de vistas, é uma das funções da metodologia da história oral neste trabalho. Não tratadas como meras portadoras de informações, mas como expressões das práticas sociais onde os sujeitos se constituem historicamente, as entrevistas servem para analisar os discursos existentes na memória de vários sujeitos participantes da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara.

A busca por tais relatos almeja privilegiar as relações sociais e o papel que desempenham essas mulheres para a consolidação do ritual, sendo que as mesmas foram introduzidas nesse processo desde a mais tenra idade. É essa intensa participação feminina que marca a singularidade da festa do Divino em Alcântara. O universo da Festa condensa a complexidade urbana de Alcântara em seus aspectos morais, religiosos e identitários, que fazem a comemoração de Pentecostes da cidade se constituir um fenômeno social completo. A devoção e a fé são elementos vitais à realização constante do evento. O comprometimento dos participantes com a Festa do Divino é um dos aspectos imprescindíveis para a compreensão do trabalho coletivo, característica identitária da festa.

O recorte cronológico estabelecido é importante porque comporta duas fases relevantes na história de vida dessas mulheres e da cidade. Por volta de 1950 iniciava-se a trajetória de uma delas como Caixeira, próximo ao período em que a cidade se tornou Cidade Monumento Nacional. Como a cidade se encontrava até então em declínio econômico, o título recebido em sua comemoração pelos 300 anos, ocasionou um razoável fôlego a seus moradores. Deve-se considerar que a cidade começou a ganhar mais incentivo por parte do governo a partir de tal título, sendo que no final da década

de 1970 a Festa do Divino começou a receber investimento financeiro, como proposta de desenvolvimento turístico da região, o que contribuiu com os gastos da comemoração, mas por outro lado modificou a dinâmica já existente na vida dessas senhoras.

A proposta de iniciar essa pesquisa se deu no começo de 2009, quando ainda como estudante de graduação, foi dado início a leituras mais aprofundadas sobre as manifestações culturais do Estado do Maranhão, devido aos materiais analisados para a elaboração da monografia. Em junho do mesmo ano a matéria publicada no Jornal O Imparcial, causou estranheza, tudo que havia presenciado e lido parecia ter desaparecido com a informação de que o número de Caixeiras de Alcântara estaria reduzido. Porém só em 2010, durante uma disciplina, como aluna especial, no mestrado em História da UFCG, após conversa e sob a orientação do Professor Severino Cabral Filho é que tivemos os primeiros contatos com as fontes referentes a 1950-1970. No decorrer desta pesquisa nos deparamos com a escassez de material publicado sobre a cidade. Alcântara mesmo tendo adquirido um novo título, parece ter sido esquecida pelos jornais e escritores da época, e até mesmo os museus encontrados na cidade se detém a apresentá-la sob o viés de seu apogeu econômico, não apresentando as transformações ocorridas durante o século XX. Nas descrições encontradas sobre a Festa foi possível localizar as Caixeiras como participantes ativas na realização do evento, porém as descrições encontradas sobre essas senhoras são simplistas, em que o que é dito destas mulheres é superficial, não se detendo nas trajetórias já vividas por elas. A partir de então podemos mapear e analisar os discursos em torno da Cidade e da Festa do Divino, e, conseqüentemente, das Caixeiras.

Fazendo o uso da História Oral, decidimos ir ao encontro dessas mulheres e ao entrar em contato com esse cotidiano, tivemos a oportunidade de observar suas práticas e vivências. A primeira etapa era encontrá-las em um período fora da Festa na cidade de Alcântara. O que parecia ser uma dificuldade, se constituiu em uma atividade prazerosa, pois a recepção calorosa de seus moradores sempre dispostos a ceder informações, quando solicitados, facilitou a escolha dos personagens que foram entrevistados durante essa pesquisa. Quando procuramos pelas Caixeiras D. Anica e D. Malá, éramos indagados: Anita Caixeira? Malá Caixeira? É sobre a Festa do Divino? Ao responderem como encontrar essas senhoras, esses moradores acrescentavam o

nome de outros componentes importantes para a festividade da cidade: Se é sobre a festa é bom conversar também com Seu Heidimar, ele tá lá na Casa do Divino; Você já conversou com Seu Raul? Ele foi mestre sala aqui por muitos anos, sabe muito da Festa; É bom conversar com Dona Luiza, a família dela faz festa aqui há muitos anos e é muito bonito. Além de localizar as Caixeiras, a frequência de indicações e referências ao nome dessas pessoas, contribuiu para a escolha das mesmas para constituírem o corpo desse trabalho.

A primeira casa encontrada foi a de D. Malá. Ao bater em sua porta a vizinha percebeu nossa presença e disse: “Tá procurando a Malá? A Caixeira? Ela não tá, foi para o interior tocar caixa em um festejo. Deve voltar daqui uns dois dias.” Então fomos à procura de D. Anica. Ao bater e perguntar se lá morava D. Anica, D. Edith, filha da mesma respondeu: Ela não tá, é sobre a Festa? Ao confirmar que sim ela complementou: “Venha umas duas horas, que ela deve tá pra chegar para o almoço e depois vai descansar um pouco. Eu aviso ela pra lhe esperar!”

As 14 h. lá estava ela, D. Anica, nos aguardando com um vestido vermelho, cabelo bem penteado em coque e vários colares no pescoço. Sorridente desde a recepção nos pediu pra entrar com a indagação: “Achei que você não vinha mais!” Seguido de uma gargalhada. Ao conversar sobre os objetivos da entrevista ela demonstrou-se disposta a contribuir para a construção da mesma, ressaltando que tem muita gente que aparece lá para entrevistá-la, principalmente no período da Festa. Após mais de uma hora de conversa, nos despedimos, informando que voltaríamos a nos encontrar em breve. E ela mais uma vez surpreendeu: “Venha mesmo! Assim que chegar em Alcântara me diga e venha tomar um cafezinho”. E assim fiz mais vezes!

Durante a conversa com D. Anica ela informou que sua irmã, D. Malá, chegaria na manhã seguinte. E assim aconteceu. Lá estávamos em sua porta no começo da manhã. D. Malá apareceu na janela, pediu para aguardar um instante e abriu a porta foi logo informando: Quase que você não me encontra aqui, acabei de chegar do interior nesse instante e comecei a arrumar minhas coisas agora. Ao perceber sua ocupação para o momento informamos o porque de lhe procurar e ela respondeu: “Hum... é pesquisa, é? Faça o seguinte, venha amanhã 8 horas. Pode ser? É que eu vou arrumar ainda umas coisas, ajeitar o peixe do meu almoço e também tô assim desarrumada”. A preocupação com a aparência demonstrou não apenas a vaidade feminina, mas como as Caixeiras

seriam apresentadas para outras localidades. Do mesmo modo que encontramos D. Anica arrumada, ao chegar na casa de D. Malá a recepção não foi diferente, com os cabelos penteados, colares e um vestido vermelho ela nos convidou para entrar. Ao nos despedirmos, após uma longa conversa, ela pediu que fosse avisada quando retornássemos e assim ocorreu, todas as vezes que lhe encontramos lá estava, com um vestido de dia de Festa do Divino, nos aguardando. Nos intervalos entre as conversas com as Caixeiras localizamos os demais entrevistados e assim, ao longo desse período de pesquisa, das idas e vidas à cidade de Alcântara e do que nos foi revelado por esses personagens, esquematizamos este trabalho.

No primeiro capítulo “**A Festa: Por uma história do Divino em Alcântara**”, buscaremos, a partir das fontes orais e usando outras publicações realizadas neste período, apresentar a origem da Festa do Divino, e as possíveis causas do seu surgimento da comemoração em Alcântara, descrevendo os treze dias de ritual, bem como a cidade de Alcântara percebeu a festividade entre as décadas de 1950-1970. Nesse sentido daremos ênfase à participação das Caixeiras, as músicas por elas cantadas durante a cerimônia, para perceber os elementos que as fazem sacerdotisas, sem esquecer o significado dos demais participantes para o cortejo. Para tanto torna-se indispensável retornar ao período de 1950, para entender como este espaço era utilizado pelos festeiros, como funcionava a comemoração ainda nos padrões do século XIX, em como os visitantes eram tratados e como a comemoração era representada por aqueles que lá estiveram como participantes ativo desde período e como a cidade era vista por seus visitantes neste período. Para tanto, além dos depoimentos orais, utilizaremos outros indícios como periódicos (jornais), livros de memorialistas, historiadores e folcloristas sobre a Festa do Divino em Alcântara.

No Segundo capítulo, intitulado “**Experiência das Caixeiras: memória e cotidiano**”, buscaremos, a partir das fontes orais, perceber como era o cotidiano das Caixeiras, segundo a representação dessas mulheres, e como suas vidas estavam inseridas na trajetória da Festa. Transcrever e analisar seus relatos de memória é uma tentativa de demonstrar o que esse universo representava na vida dessas senhoras. Nesse sentido buscaremos perceber suas relações de trabalho, relações familiares, convivência com os filhos, como elas percebiam essa festa, as motivações que lhe permitiram se



tornar Caixeiras, como foi a construção dessa identidade ao entrar no mundo da Festa, elementos que influenciaram para que essas mulheres ocupassem o lugar que ocupam.

No terceiro capítulo, “**Turismo, financiamento e mudanças na cidade**”, apresentaremos o declínio da festa em sua versão tradicional e sua reestruturação a partir da intervenção do Estado por meio de incentivos financeiros como parte de um projeto oficial para alavancar o turismo na cidade. Por outro lado, apresentaremos versões das Caixeiras que entrevistamos assim como suas descendentes para explicar o declínio do predomínio das Caixeiras sobre a festa e a recusa de suas descendentes em assumir os lugares das matriarcas. Veremos como a expansão física do município, a intervenção do Estado na festa mais as novas possibilidades profissionais e de divertimentos abertas contemporaneamente são razões que, para as Caixeiras e suas descendentes, justificam o declínio da Festa do Divino em sua versão tradicional.

As entrevistas com as Caixeiras foram realizadas em seis encontros, com cada uma, tendo uma média de 1h30min cada encontro. Dado a idade dessas senhoras, respeitando o tempo delas para que a entrevista não se tornasse cansativa. Os demais entrevistados foram:

Sr Heidimar Guimarães Marques, três entrevistas, totalizando 4h30min

Sr Raul Silva Soares, duas entrevistas, com duas horas.

Dona Conceição, uma entrevista, duas horas.

Dona Luíza Santos Ribeiro, uma entrevista, cinquenta minutos.

Dona Jucelina Ferreira de Oliveira uma entrevista, 1h30min.

Dona Edith Ferreira de Oliveira, uma entrevista, 1h22min.

Tayla Cristina Ferreira Oliveira, uma entrevista, uma hora.

Cerliângela de Fatima Ferreira Oliveira, uma entrevista, uma hora.

## CAPÍTULO I

### A FESTA: POR UMA HISTÓRIA DO DIVINO EM ALCÂNTARA.



Foto nº1: Subida do mastro para a Praça da Matriz 1960.  
Acervo da Paróquia de São Matias.

## CAPÍTULO I - A FESTA: POR UMA HISTÓRIA DO DIVINO EM ALCÂNTARA.

Mas, por ocasião da festa do Divino, Alcântara renasce, vibra, relembra seus aureos tempos. Os romeiros demandam a cidade fronteiriça em frágeis canoas escoteiras ou em pesadas lanchas, desafiando a fúria do boqueirão para injetar, por algumas horas, sangue novo naquele burgo morto.

Domingos Viera Filho<sup>32</sup>.

As cidades são portadoras de memória e história, envolvidas em uma atmosfera de símbolos, que permite a construção de representações múltiplas, construídas por seus habitantes. Descrever uma cidade é apresentar sua trajetória, transformações, suas ruas, seus habitantes e suas práticas culturais, sendo essas últimas carregadas de referências simbólicas. Por muitos anos, falar da cidade de Alcântara era retratar seus tempos áureos de riqueza e fartura, depois seu motivo de descrição foi a decadência econômica, em ambas, foi possível encontrar, retratado em pequenos parágrafos, a Festa do Divino. Odylo Costa Filho foi um dos muitos que o fizeram,

Recuso-me a pensar em Alcântara como uma cidade morta. Que hei de fazer? Não consigo[...] A cidade é pobre e decadente, tendo muitas casas em ruínas. A população na maioria é forte e corada, se alimenta bem, de peixes e mariscos[...] Meio século se passa. O povo teimosamente, se recusa a morte do burgo, apega-se a ele, conserva-lhe a vida nas festas do Divino Espírito Santo. (COSTA FILHO; LEVRÈVE, 1971. p.26)

A cidade, tranquila, sendo descrita como sem importância, pois trazia um ambiente urbano com ares de povoado, se recusava a morrer. Porém, a magnitude da Festa do Divino parecia ser a única fonte capaz de fazer a cidade “renascer”, injetado-lhe “sangue novo”. Os responsáveis por esse renascimento? Seus moradores, que não deixaram que a celebração caísse em esquecimento. Pensando na dedicação destes personagens, este capítulo apresenta a representação que seus moradores possuíam da comemoração e como o evento era realizado no início da segunda metade do século XX, descrevendo todos os dias de comemoração.

---

<sup>32</sup> VIEIRA FILHO, Domingos. **A festa do Divino Espírito Santo**. In: Revista da Academia Maranhense de Letras, 1954. p. 39.

## 1.1. ALCÂNTARA

A cidade de Alcântara foi elevada à categoria de vila em 22 de dezembro de 1648, sendo então denominada de Vila de Santo Antonio de Alcântara. A terra onde antes havia sido habitada por índios e denominada Tapuitapera, após ter sido denominada vila, iniciou a construção do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, que depois passou a ser ocupado por uma nova ordem, o de Nossa Senhora das Mercês e mais tarde o Convento de Nossa Senhora do Carmo. No mesmo ano foram implantados engenhos de cana. Em 1650 a localidade contava com “300 moradores”, com uma produção que exigia um barco entre a vila e a cidade de São Luís. Com o passar dos anos, além desse, frequentavam o porto, realizando parada obrigatória, todas as embarcações que faziam o trajeto do Pará para a cidade de São Luís e vice-versa, facilitando o desenvolvimento da Companhia Geral do Comércio Grão-Pará e Maranhão<sup>33</sup>. Por possuir um porto muito frequentado, Alcântara era considerada “celeiro do Maranhão<sup>34</sup>”.

Alcântara se desenvolveu em vários setores, tornando-se o maior centro produtor da província sobretudo de algodão e arroz<sup>35</sup>. O pesquisador Jerônimo Viveiros ainda destaca que, em 1819, o preço do algodão baixou repentinamente para menos da metade do preço antigo, levando à queda dos fazendeiros, designados como "lavradores", que se davam a um "luxo desmedido" e que estes "compraram grandes lotes de escravos a longos prazos, os quais não puderam pagar<sup>36</sup>". Com a queda do preço do algodão, o endividamento dos fazendeiros tornou-se por demais acentuado<sup>37</sup>. Mesmo com a queda da economia, entre 1850 e 1860 o município de Alcântara possuía 81 fazendas de cereais, 22 engenhos de açúcar, 24 fazendas de gado e mais de 100 salinas, que eram exportados para a capital, mantidas com a exploração do trabalho forçado da mão-de-obra escrava. Essa prosperidade não perdurou por muito tempo. Os povoados que faziam parte do município foram se desenvolvendo, contribuindo com o declínio socioeconômico de Alcântara, que se agravou ainda mais no final do século

---

<sup>33</sup>Sobre a Companhia do comércio ver: CARREIRA, A. **A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (O comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII)**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro, 2 v. 1988.

<sup>34</sup> VIVEIROS, Jerônimo. **Alcântara no seu passado, econômico, social e político**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1ª edição. 1954.

<sup>35</sup> **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. Edição da Associação Comercial do Maranhão: São Luís, 1954, v. 1.

<sup>36</sup> VIVEIROS, op.cit., p. 139.

<sup>37</sup> CARREIRA, op.cit., p.20.

XIX, com a abolição da escravatura, a evolução de técnicas agrícolas, a exploração excessiva do solo e a recuperação do cultivo de algodão nos EUA, após a Guerra de Secessão<sup>38</sup>. Com a abolição, muitos proprietários de terras não tiveram como mantê-las, abandonando suas fazendas que foram apropriadas pelos ex-escravos que lá trabalharam. Movimento que deu origem a muitas das comunidades remanescentes de quilombos ainda existentes. A partir deste período a cidade entrou em um declínio aparentemente irreversível, sobrando de herança para Alcântara sua cultura, absorvida através da miscigenação da população local, com valor simbólico principalmente associados a religiosidade, festas e comemorações sagradas e seus velhos casarões feitos em pedra e cal, onde é possível encontrar alguns com revestimento em azulejo.

## 1.2. CHEGADA EM ALCÂNTARA

Outrora, chegar à cidade de Alcântara era mais difícil. Quando se chegava à cidade, apenas, por meio de um barco vindo diariamente da cidade de São Luís, no Estado do Maranhão. Atualmente esse deslocamento pode ser feito por via terrestre ou marítima. A primeira opção é transitando pela BR-135 e a MA- 014, em um total de 421km; outro meio é, parte do percurso por *ferry boat*, saindo do porto do Itaquí até o porto de Cujupe- Alcântara, após essa travessia de 1h a outra parte do trajeto, 60km, é realizada também por via terrestre. Partimos pela terceira opção, o meio mais tradicional de realizar este percurso, o mesmo que era feito desde a fundação de Alcântara, 50km, por barco São Luís-Alcântara, trajeto que tem uma duração de 1h20.

A saída de São Luís é feita por três empresas, partindo, diariamente, no começo do dia e retornando no final da tarde, os horários não são fixos, pois dependem da alternância da maré. Durante a travessia é possível avistar as duas cidades e muitas embarcações ancoradas esperando o momento para descarregar no porto do Itaquí. Na embarcação é possível encontrar o mais variado tipo de coisas, malas por todos os lados e gente dos locais mais inesperados, alguns indo a trabalho, outros, turistas, indo a passeio. Desembarcar no porto é tranquilo. Guias turísticos oferecendo seus serviços aos visitantes. Após subir a rampa do porto é possível avistar senhoras vendendo sucos de frutas regionais como bacuri, cupuaçu, murici e buriti, que podem ser acompanhadas de

---

<sup>38</sup> LOPES, Antônio, 1889-1950. *Alcântara: subsídios para a história da cidade*. 2ªed. São Paulo: Siciliano, 2002.

bolos de tapioca, trigo e manuê, como opções também beiju, mingau de tapioca e mingau de milho. Do outro lado da rua alguns taxistas, chamando os que chegam, parados em frente à rua da ladeira do Jacaré.

### 1.3. FESTA DO DIVINO

Várias cidades do Maranhão, no século XIX, já prestavam homenagens ao Divino Espírito Santo, seguindo o calendário católico, cinquenta dias após a Páscoa. As maiores celebrações aconteciam em Alcântara e São Luís. Em Pentecoste, é celebrada a vinda do Espírito Santo, passagem descrita na Bíblia, demonstrando, liturgicamente, o início da ação evangelizadora dos apóstolos, apresentando, através da linguagem, as propostas do Deus cristão, como meio de vida aos que creem. De acordo com o pesquisador e folclorista Luís da Câmara Cascudo, no livro *Dicionário do Folclore Brasileiro*, as festas e folias possuem uma origem nobre, pois para ele, a comemoração religiosa ao Espírito Santo teve origem europeia,

Em Portugal, estabelecida nas primeiras décadas do séc. XIV, pela Rainha D. Isabel de Aragão (1271-1336) casada com o Rei D. Diniz de Portugal (1261-1325). Começou pela construção da Igreja do Espírito Santo em Alenquer. Devoção rapidamente propagada, tornou-se uma das mais intensas e populares. (CASCUDO, 2001.p.198)

O poder do Divino sobre os homens era algo que originava fé e temor. Em Portugal essa homenagem se reforçou a partir da promessa realizada pela rainha D. Isabel, com temor à guerra com a Espanha, onde construiria, após seu fim, uma igreja em homenagem à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. O que tornou a festa uma das mais populares, sendo trazida ao Brasil no século XVI, com o início da colonização, um índice do impulso expansionista de Portugal. Entre os estudiosos pesquisados não encontramos informações sobre a construção da igreja, porém é válido ressaltar a versão apresentada pelo Sr. Heidimar Guimarães, antigo morador da cidade de Alcântara,

A origem foi o seguinte, houve uma luta entre Portugal e Espanha, e a Rainha D. Isabel tinha ancestrais espanhóis, mas era portuguesa, e ela ficou aflita e fez uma promessa ao Espírito Santo, que ele iluminasse a estratégia e que ganhasse o país que onde estivesse a justiça. Aí ganhou Portugal! E na sua coroa mandou suspender e colocar um pombinho em cima,

simbolizando o poder Divino sobre o poder humano. Um rico simbolismo, né!<sup>39</sup>

Nesta descrição é possível perceber a circularidade histórica dos fatos narrados pelo Sr. Heidimar. Ele, em algum momento de sua vida, ouviu essa versão sobre os motivos da promessa da Rainha, e faz uso dela no presente para narrar um passado, mostrando como na Festa de Alcântara a população não só conhece fragmentos de sua trajetória, como também apresenta uma razoável correspondência com o tipo de comemoração que era realizada em Portugal. A historiadora Martha Abreu, consultando uma erudita bibliografia portuguesa, destaca que “O palácio onde saíra a rainha Santa Izabel em procissão, levando sua real coroa encimada por uma pombinha- o símbolo do Espírito Santo<sup>40</sup>”. Sr Heidimar expressa um elo, comparando as comemorações de Portugal e a do município aqui estudado, com a presença do “símbolo” no topo da coroa, objeto presente durante a comemoração na cidade de Alcântara.

Para Luís da Câmara Cascudo<sup>41</sup>, “A Festa do Divino, no tempo da Rainha Santa até o derradeiro Borgonho, era um simples bodo aos pobres, alegria caridosa e não bailarina.” Tendo em vista que a festividade se propagou por demonstrar a bondade da Rainha aos pobres<sup>42</sup>.

A Festa do Divino foi instituída pelos imigrantes europeus, espalhando-se por todo o país, com destaque para o litoral, através dos imigrantes açorianos. Diversos livros abordam as festividades ao Divino Espírito Santo demonstrando suas peculiaridades no país. Acerca da Festa do Divino em Alcântara, praticamente não existem obras que retratem a origem da festa na cidade. Para o Estado do Maranhão é provável a difusão da festa em meados do século XVIII.

<sup>39</sup> Entrevista de Sr. Heidimar Guimarães Marques, nascido em 1927, concedida à autora no dia 02/02/2012.

<sup>40</sup> ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro. 1830-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 38-40. A historiadora teve acesso a uma vasta bibliografia a respeito do surgimento da Festa do Divino em Portugal, destacando em suas leituras: Vieira Fazenda(1904), Jaime Lopes Dias(1960) e Maria de Lourdes Borges Ribeiro(1964).

<sup>41</sup> Luís Câmara Cascudo produziu o prefácio, publicado desde a primeira edição, para o livro LIMA, Carlos de. **A Festa do Divino espírito Santo em Alcântara(Maranhão).** 2ª.ed. Brasília: Fundação nacional Pró- Memória/ Grupo de Trabalho de Alcântara, 1988.

<sup>42</sup> ABREU, op.cit., p. 39. A historiadora destaca o memorialista Vieira Fazenda e, para ele: “Um sacerdote comandava a solenidade de coroação do imperador simbólico. A Rainha convocava toda a nobreza a participar”. Complementando ainda que “eram mantidos o ‘império dos nobres’ e a distribuição de comida e esmolas aos pobres”.

É lícito supor que o culto ao Divino Espírito Santo tenha sido trazido ao Maranhão pelos primeiros açorianos que aqui chegaram, em suas levadas: a primeira em 1620, trazida por Manuel Correa de Melo, por conta de Jorge Luís Bittencourt, e a segunda por Antônio Ferreira Bittencourt, no ano seguinte, partes da imigração de 200 casais que vieram construir dois engenhos de açúcar, plano do provedor-mor do Brasil Antônio Muniz Barreiros (LIMA, 2002. p.5)

Para a cidade de Alcântara, além da versão apresentada pelo historiador e folclorista Carlos de Lima, existe a apresentada por seus moradores que consiste em afirmar que a festividade teve seu surgimento associada à frustrada visita de D. Pedro II à cidade. Dois barões<sup>43</sup> chegaram a erguer as paredes de dois casarões, símbolos da rivalidade da aristocracia local, para hospedar o visitante e sua comitiva, enchendo de expectativa os moradores da cidade, porém os nobres nunca pisaram no local e até hoje a comunidade tenta reproduzir nas ruas o que não está registrado em nenhum livro de história. Assim, os negros que muito trabalharam para os preparativos da recepção, decepcionados, realizaram um cortejo até a igreja e coroaram um imperador, dando início a comemoração. Será que foi mesmo com a decepção dos negros? Ou com a decepção dos Barões da localidade? Para o Sr Heidimar, D. Pedro não visitou a cidade, “porque politicamente pra ele era melhor não vir<sup>44</sup>”.

Os nobres não aceitavam fazer a festa, porque isso ficou com o cunho popular, e os escravos que eram nomeados no pelouro, né? Pra fazer a festa, agora convidavam os filhos dos nobres pra receber as homenagens, só iam os filhos dos nobres nas cerimônias, né? Como imperador, como vassalos, como imperatriz, aias, né?! Só um, o Filipe Franco de Sá, que não aceitou os seus filhos receber essa homenagem, mandou cunhar coroas de prata em Portugal para que usassem os filhos dos escravos, foi o primeiro e único trono negro em Alcântara. (Sr Heidimar).

Para Ivaldo Marciano de França Lima<sup>45</sup> “Nenhuma prática ou costume possui um ponto único de origem, possível de ser datado ou localizado, visto que tudo feito por homens e mulheres é uma construção operada ao longo de um eterno motor contínuo, com contribuições as mais variadas possíveis”. A Festa do Divino em

<sup>43</sup> Os Barões aqui mencionados são os de: Pindaré e Mearim, que disputavam o direito de hospedar o Imperador em suas residências, que nunca foram finalizadas, as ruínas dos casarões ainda resistem ao tempo, servindo como ponto turístico. O Barão de Pindaré, Felipe Franco de Sá, um dos pretendentes a anfitrião, havia estudado no colégio com o Imperador.

<sup>44</sup> Entrevista de Sr. Heidimar Guimarães Marques, concedida à autora no dia 02/02/2012.

<sup>45</sup>LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Maracatus e Maracatuzeiros: descontruindo certezas, batendo afayas e fazendo histórias: Recife, 1930-1945**. Recife: Bagaço, 2008. p. 155-204. Lima destaca que o maracatu apresenta características próprias em cada localidade, sendo assim conhecer um, não representa conhecer todos, dado o fato que eles possuem particularidades em sua formação.



Alcântara apresenta características próprias, herdadas do período colonial, sem deixar de mencionar o toque inigualável e incansável das Caixeiros do Divino. A comemoração tem data móvel, iniciando 38 dias após a Páscoa, e tendo seu momento áureo a celebração ao dia de Pentecostes, com duração de 13 dias de comemoração intensa, sendo o último um dia de reunião e não de celebração. Cada etapa tem seu encantamento e funções sociais importantes para os moradores de Alcântara e para o bom andamento da comemoração, sendo a Festa do Divino a principal ocorrência de caráter lúdico e religioso da cidade.

Toda essa teatralização possui regras e atividade bem definidas, que devem ser seguidas por seus participantes, que colocam no centro da Festividade pessoas comuns, simples, negros, brancos e mulatos, sem fazer distinção das possíveis diferenças financeiras existentes. O Império era constituído por um conjunto de mais de 8 crianças e/ou adolescentes, apadrinhados pelos “festeiros”, que são os donos das casas que irão receber a Festa, pessoas que encontraram na Festa do Divino algum sentido para suas vidas, naquele velho símbolo cristão, não medindo esforços pela sua preservação ou como pagadores de promessas, sendo escolhidos através do Pelouro<sup>46</sup>, e são os mesmos que definem quem são os jovens que irão lhes representar, podendo ser familiares ou amigos próximos, geralmente os filhos ocupavam esses cargos.

A comemoração obedece a uma forma de Império, com todo o esplendor de uma corte, que é representado um ano pelo Imperador<sup>47</sup> e no ano seguinte pela Imperatriz; os dois nunca aparecem juntos no mesmo ano, esses possuem um grau hierárquico maior que os demais participantes, compostos por Mordomo-Régio quando Imperador, e Mordoma-Régia quando Imperatriz. O Imperador é apresentado como vestimentas extravagantes, carregando símbolos do poder como o cetro, na cintura uma espada, em seu peito insígnias e medalhas e nas mãos de seu vassalo, sobre uma almofada a coroa de prata. O Imperador é acompanhado por vassalos e a Imperatriz por aias. É constituído ainda por Mordomos Baixos, que podem ser representados por

---

<sup>46</sup> Pelouro ou Piloro é a lista dos nomes selecionados, realizado pelo responsável em escolher Imperador, Imperatriz e Mordomos, para decidir quem serão os festeiros do ano seguinte, essa lista é lida na igreja pelo Padre no domingo do Espírito Santo, o domingo de pentecoste. MARANHÃO, Secretária de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho. **Memória de Velhos. Depoimentos: Uma contribuição da memória oral da cultura popular maranhense.** São Luís: LITHOGRAF.1997. p.57-78.

<sup>47</sup>Para maior compreensão, objetivando evitar interpretações confusas, na descrição da festa iremos utilizar, sempre a figura Imperador e o Mordomo-Régio.

qualquer sexo. As Caixeiras também apresentam uma hierarquia no grupo, a Caixeira-Mor sempre acompanha o Imperador ou a Imperatriz, seguida por uma bandeirinha, menina que é responsável por carregar uma bandeira com o desenho da Coroa do Divino e cantar os refrães dos cânticos puxados por elas. A Caixeira Mor levava, em alguns anos, até três Caixeiras para lhe auxiliar na função, os demais personagens da corte seguiam cada um com pelo menos uma Caixeira e uma bandeirinha exclusivas, podendo ter mais, dependendo da disponibilidade dessas senhoras.

Na Igreja e na casa de cada festeiro é erguido um altar, neles estão presentes os símbolos da Festa, na casa do Imperador uma coroa prateada e sobre ela a “Pomba do Divino”; na casa dos mordomos, é encontrado no centro do altar uma pombinha de madeira ou gesso para mostrar a presença divina no local, assim como o trono para o Imperador, com cadeiras para todos os mordomos que fazem parte da corte. Essa tradição, presente em símbolos e ações na Festa, é entendida como resultado da repetição de tempos passados e que sobrevivem, sem que seus mantenedores tenham o domínio ou o conhecimento da origem.

A complexidade da Festa é bem maior do que aparenta, quando apresentada nos livros já publicados pelos que se interessaram em registrá-la. No geral, foi possível encontrar descrições antropológicas, glossários de termos utilizados na cerimônia, estudo da percussão, utilizando o toque das caixas do Divino, ou simplesmente a forte presença do culto em Portugal.

A reconhecida popularidade das Caixeiras de Alcântara não possui uma presença tão eloquente nesses estudos. Alcântara possui toques, cânticos e costumes inconfundíveis, com a presença de suas sacerdotisas sempre à frente do ritual, em uma comemoração que, como um ciclo infinito, começa a ser preparada ao término do décimo terceiro dia de Festa. Ano após ano, seus organizadores estavam sempre dispostos para que a mesma não caísse em esquecimento, onde a devoção e força de vontade para o trabalho poderão ser percebidas nas próximas linhas. Seu Heidimar, Seu Raul, D. Luíza<sup>48</sup>, D. Anica e D. Malá, são os personagens que resgataram de suas memórias a Festa tida como a mais tradicional do estado e da cidade de Alcântara. Dos aqui apresentados quatro possuem mais de oitenta anos, e uma, D. Malá, com menos de

---

<sup>48</sup> D. Luíza Santos Ribeiro

70, porém pertencente ao universo festivo, assim como os demais, desde a sua mais tenra idade.

Conhecer as Caixeiras é também compreender a partir da construção desde personagens, das observações de leituras e da compreensão que tivemos da Festa, o papel que desempenham essas senhoras, suas representações, seus significados e suas origens.

#### 1.4. O FUNCIONAMENTO DA FESTA DO DIVINO EM ALCÂNTARA

Que bonito pé de mato

(Arei, arê-ê-ê-êi-a)

Que a natureza botou

(Arei, arê-ê-ê-êi-a)

Pra mim serve de mastro

(Arei, arê-ê-ê-êi-a)

Para o nosso imperador!

(Arei, arê-ê-ê-êi-a)

Quarta-feira, véspera de ascensão, a cidade se prepara para o levantamento do mastro<sup>49</sup>. Ele é recolhido em localidades rurais pertencentes ao município de Alcântara, conhecidos como Cajueiro e Basta, próximo ao rio Perpital. Com um ano de antecedência, o responsável pela organização<sup>50</sup> da festividade dirige-se às áreas de mata a procura daquele que será o mastro do ano seguinte, deixando-o marcado, escolhendo árvores grandes de moura ou pericurã, com mais de dez metros de altura. Um mês antes o mastro é cortado e fica no mesmo local para secar, onde na semana do início da festividade é revestido de murta, uma folhagem de arbusto muito comum na região que é utilizada principalmente para enfeitar presépios e mastros. Neste mesmo dia, no começo da tarde, as caixeiras e vários homens voluntários se reúnem em caminhões, sendo conduzidos à região onde se encontra o então tronco de madeira que outrora fora

<sup>49</sup> O mastro é utilizado como um estandarte. É escolhida a maior árvore, para que mesmo de longe as pessoas consigam visualizar a bandeira do divino e saibam que ali está acontecendo um festejo.

<sup>50</sup> O organizador possui um cargo vitalício, o mesmo escolhe seu sucessor, entre os anos de 1950 e 1970 esse cargo foi ocupado pelo Sr. Galdino Ribeiro, que antes de falecer designou o Sr. Ricardo Leitão para a função, assumindo-a no ano de 1970.

derrubado. Como agrado esses homens recebem do Império doses generosas de licor<sup>51</sup>, que serve como combustível para o grande trajeto que irão percorrer primeiro por mata, depois pela cidade.

As caixeiras declamam seus primeiros versos e tem como resposta dos carregadores, o seguinte refrão: “Arej, arê-ê-ê-êi-a!”. Refrão este que os moradores mais antigos, como o Sr. Heidimar, afirmam serem cantados desde o período da escravidão. Na volta, muitos estão nas proximidades da entrada de Alcântara, aguardando a chegada dos caminhões, nesses estão os carregadores e as Caixeiras, cantando por todo o caminho. O caminhão segue seu trajeto pelas principais ruas da cidade até chegar ao porto. A primeira etapa parece ter sido cumprida, mas o trabalho maior esta por vir. Ao chegarem ao porto esses devotos recebiam água, mais licor e uma bebida especial a xixibirra<sup>52</sup> para fortalecer os carregadores que estão se preparando para sua principal função do dia. Cordas são amaradas em volta do futuro mastro, sustentadas em galhos mais finos que serão apoiados sobre os ombros. Os carregadores se benzem, com o sinal cruz, como pedido de força para a tarefa que está por vir. Nesse momento as crianças tomam seus lugares sobre o mastro, acrescentando seu peso, para serem carregadas por todo o trajeto. O mastro só pode ser carregado por homens, demonstrando sua força, momento que eles se libertam dos seus pecados e preocupações, “quando eles terminavam é como se todo o pecado e o peso tivesse saído, a gente se sente mais leve”, como descreve o Sr Raul Silva Soares<sup>53</sup>.

Por volta das 16h, é notável a presença de vários moradores da cidade engajados para a realização da cerimônia de levantamento do mastro, aguardando ansiosos a primeira manifestação do Império. A frente do mastro, elas, entre dez e quinze senhoras, as Caixeiras do Divino, cada uma acompanhada por sua respectiva bandeirinha, que auxiliam cantando o refrão. Em seguida, os carregadores e demais devotos, subindo com toda a vivacidade e devoção a ladeira do Jacaré, principal subida da saída do porto, em direção à praça central da cidade de Alcântara. Muitos devotos nesse momento reafirmam suas preces e realizam novas promessas. Homens descalços, demonstrando que o poder da fé e da tradição pode movê-los, lhes dando força. Não é

---

<sup>51</sup> Os licores são fabricados pelos festeiros e fornecidos aos carregadores, dos mais variados sabores, jenipapo, maracujá, goiaba, murici.

<sup>52</sup> A xixibirra ou gengibirra, bebida feita com gengibre, cachaça e açúcar, deixando descansar por alguns dias para concentrar o gosto.

<sup>53</sup> Antigo morador de Alcântara, nascido em 1932, participante ativo da festividade desde a infância.

apenas mais um festejo, mas o festejo da cidade de Alcântara, conhecido nas demais cidades e povoados circunvizinhos como o mais tradicional do Estado.

Este cortejo segue pelas ruas da cidade, guiado por versos e rimas, seguidos do bater das caixas, com uma parada estratégica na frente da casa de cada mordomo, onde são recebidos com bebidas e lanches, para que possam continuar seu trajeto, tendo como última parada a casa do então possuidor do trono (Imperador ou Imperatriz), local este onde será colocado o mastro<sup>54</sup>. Essa é a descrição que os entrevistados fizeram sobre o primeiro dia de Festa, como ela acontecia ainda em meados de 1950, o que eles viam e as impressões que tinham sobre esse momento tão significativo do evento que foi se modificando aos poucos. Alterações que para eles não passaram de modo imperceptível, como a força para cantar o “Arei, arê-ê-ê-êi-a!” e até mesmo a entrada de novas bebidas como a cerveja e o vinho, reduzindo a produção do tradicional licor.

Esse trajeto, do carregamento do mastro, percorria as principais ruas da cidade, “*Alcântara era menor*”, D. Anica lembra do que encontrava enquanto seguia o cortejo,

Só o cavalo de tróia, ali... ó , a matriz ali, desse jeito que já não tem mais. A matriz que era a igreja de São Matias. A MARATUR<sup>55</sup>, o museu que era de telha, tá veno?! E o sobrado familiar que ali defronte da matriz que eu encontrei. E a prefeitura que era cadeia, e hoje é prefeitura, que eu encontrei. Mais tudo era casa de palha. Aí nós tocava e a festa era mais bonita. (D. Anica).

D. Malá complementa as ruas por onde o cortejo passava, seguindo com o mastro, na porta de todos os festeiros,

A gente andava menos, a festa era ali na praça, lá que ficava a casa do Imperador, e a gente tinha que terminar e voltar lá. Aí a gente só ficava por ali, ia na rua da ladeira do Jacaré, ia por ali na rua das mercês, depois subia pela rua, alí, da casa do divino, onde era a Maratur... passava na rua da Amargura, defronte a rua Direita, ia pra lá também e saía aqui na Igreja do Rosário, a do Galo, onde a gente faz a Festa de São Benedito, e voltava lá pra praça de novo. Era nessas ruas que a gente passava tocando. Hoje a gente anda mais.

Outra cidade aqui é revelada, onde modificações urbanas são rememoradas, um local que já não existe como antes, menor, cercada por muitas casas de palha, espalhadas entre os casarões coloniais com eiras e beiras, poucas ruas, poucas casas,

<sup>54</sup> Assim funcionava a Festa. A partir dos depoimentos colhidos, foi possível descrever esse momento

<sup>55</sup> Explicaremos sobre a MARATUR- Empresa Maranhense de Turismo, no terceiro capítulo.

poucos sobrados, o que também mostra o poder aquisitivo dos moradores de Alcântara no início da segunda metade do século XX. A cadeia funcionou na principal praça da cidade, onde foi erguido o mastro, entre os anos 1947 a 1965. Este prédio a partir de 1979 foi ocupado como Prefeitura e Câmara dos Vereadores. Essa era a cidade para essas senhoras. Construída por uma narrativa não conhecida; uma Alcântara não encontrada nos livros. Andar com o cortejo por cinco, seis ruas<sup>56</sup>, como Ladeira do Jacaré, Rua das Mêrces, Rua Direita, Rua da Armagura, Rua Grande e a Rua Dr. Silva Maia ou Rua da “Igreja do Galo” não era tão exaustivo e elas realizavam o trajeto sem reclamações. A cidade toma verdadeira importância ao passo que ela é evocada; ao privilegiar em suas memórias o percurso que realizavam durante a Festa as Caixeiras formam um ponto de vista sobre o seu mundo, como uma abertura capaz de expressar as experiências, as paisagens e uma cidade, como um quadro emoldurado pelo encanto de suas vivências.

A partir desse comentário podemos perceber como o conhecimento de dados históricos são referenciados por, D. Anica, Sr. Heidimar, D. Malá e Sr. Raul. O Cavalo de Tróia era um antigo sobrado, localizado na Rua Grande, uma das principais ruas da cidade de Alcântara. “Recebeu esse nome porque seu dono se orgulhava de ser dele a construção do maior sobrado<sup>57</sup>”, por sua imponência e destaque, visto que o mesmo possuía três andares e posteriormente se tornou sede do partido liberal<sup>58</sup>.

A matriz a que se refere são ruínas da antiga igreja fundada na cidade em 1648, quando Alcântara alcançou o título de vila. Ruínas essas localizadas na principal praça da cidade, a Praça da Matriz. É nela que todos os anos o mastro do Imperador é colocado, uma localização privilegiada, um dos pontos mais altos da cidade, de onde o mastro pode ser avistado de longe, pelos passantes da cidade e aos que dela se aproximam de barco. O sobrado em frente a igreja Matriz é constituído por um conjunto de três prédios que pertenciam a famílias tradicionais Guimarães e Ramalho Marques, Viveiros e Franco de Sá. Posteriormente elas foram desapropriadas pelo governo do Estado e se tornaram sede de museus em Alcântara.

Areia areia

Ai eu de longe avistei

<sup>56</sup> Em Anexo mapa da cidade desenhado por Renée Lefèvre, 1971.

<sup>57</sup> Entrevista concedida por Sr Heidimar Guimarães Marques à autora em 02/02/2012.

<sup>58</sup> Não foi possível descobrir as razões do porque da escolha desse nome para o sobrado.

Areia areia  
 Ai a luzerna de um farol  
 Areia areia  
 Ai é o mastro da Santa Crôa  
 Ai que tá na terra maior  
 Areia areia

E areia meu bem, areia areia  
 E areia do mar lá fora areia areia

Ai de longe eu avistei  
 Ai uma bandeira encarnada  
 Ai com um laço de fita branca  
 Ai no meio a Crôa sentada.

E assim o cortejo se preparava para o momento áureo do dia, o levantamento do mastro. Para melhor andamento das festividades, o Império costumava alugar uma casa na frente da principal praça da cidade, onde todos os anos o mastro deve ser erguido<sup>59</sup>. Os mesmos homens que carregaram, finalizavam suas obrigações puxando o mastro, com o auxílio de cordas, usando a força de seus braços para manter a força da tradição.

Na ponta dele, uma bandeira vermelha, com o desenho de uma coroa e sobre ela uma pomba branca, em referência à coroa do Império.

Meu coração tava triste, mas agora se alegrou[bis]  
 O mastro tava deitado, agora se alevantou[bis]  
 Que pomba branca é aquela  
 Na ponta daquele mastro  
 É a Divina Santa Crôa  
 Que avoou se pôs tão alta

Minha nobre Imperatriz (o Império do ano)  
 Eu já fiz o seu mandado

---

<sup>59</sup> O mastro continua sendo erguido na Praça da Matriz, porém o aluguel da casa não é mais necessário dado ao fato que o Imperador ou Imperatriz instalam seus altares na Casa do Divino. Casa essa que fora do período da Festa serve como museu de altares da comemoração.

A Santa Crôa me disse  
Que aqui ficou muito obrigado.

O mastro, tradicionalmente, era enfeitado também com bolos e vários tipos de frutas, como sinônimo de fartura da festa que começou. Neste momento as crianças iniciavam suas brincadeiras na tentativa de subir, até o topo do mastro, e recolher o alimento que lá estivesse. “As Caixeiras batucavam e as crianças subiam pra tirar as frutas e os bolos que tavam lá, enfeitando o mastro. Porque nessa Festa sempre teve muita fartura<sup>60</sup>.”

Após esse momento o Império e seus vassalos retornavam às suas casas, deixando os participantes do cortejo ainda na praça festejando, encerrando as obrigações religiosas e tradicionais do evento e iniciando a folia, profana, dos demais brincantes que resolviam beber e comemorar o primeiro dia de festa.

#### 1.4.1. Quinta- feira da ascensão

Ao fundo se ouvia o tocar dos tambores, 4 horas da manhã, presentes dez, doze Caixeiras, com suas bandeirinhas balançando suas bandeiras e cantando o refrão, o mestre sala acompanhando o Império, todos vestidos de branco. Para D. Anica a presença das bandeirinhas sempre foi fundamental para o bom desenvolvimento do batuque, “os donos de festa pediam pra elas vim, e elas viam contente, alegre. E sabiam cantar. Cada Caixeira tinha sua bandeira. A gente canta o primeiro verso, e depois elas responde<sup>61</sup>”. As Caixeiras foram bandeiras, mesmo não tendo alguém da família com essa função, porque achavam bonito e o fato de ser uma aprendizagem acompanhá-las.

É bonito o campo verde  
Quando vem rompendo a aurora  
Bate as asas, passarinho  
Abre o bico, canta e chora.

Alvorada nova  
Nova alvorada  
De manhã bem cedo

---

<sup>60</sup> Entrevista de D.Luíza, concedida à autora no dia

<sup>61</sup> Entrevista de D. Anica, concedido à autora no dia 25/01/2012.



Sobre a madrugada.

Por se tratar de um horário em que poucas pessoas estavam presentes, antes mesmo do nascer do dia, após o toque triste e melancólico, quando algumas choram lembrando das Caixeiras que lá não mais estavam. A voz firme podia até não alcançar grandes distâncias, mas o toque das varetas/ banquetas nas caixas sim, o Tum Tum de cada batida alegrava os corações dos presentes. Na madrugada, devido ao pequeno número de presentes, elas iniciavam o toque com algumas brincadeiras, convidando os ausentes, como os mestres-sala para ouvir a alvorada, como a presença do mestre-sala é associada à da corte, se eles estivessem lá a quantidade de participantes, antes do amanhecer seria maior.

Quem é aquela que alastá?  
 Lá na ponta daquele mastro  
 É o Divino Espirito Santo  
 Que avoou e se pôs tão rápido...

O cantar da madrugada  
 É um cantar excelente!  
 De acordar quem tá dormindo  
 E alegrar quem tá doente!

Levantai meu mestre sala  
 Pra escutar essa alvorada  
 Para ver como é doido  
 Acordar de madrugada.

As oito horas da manhã, Caixeiras à frente, logo após os mestres-sala, responsáveis em auxiliar o império durante o período da festividade, em seguida uma banda de fanfarra, preparados para buscar o Imperador e seu vassalo em suas respectivas casas. As bandas eram compostas por músicos moradores de Alcântara,

Não tinha música da cidade, só de Alcântara, Joãozinho, Aresta, Mundiquinho, Galdino Ribeiro, Tonico Tavares, Josinho, esse... esse Zoza, cumpade Zoza que era pai do, ali esse outro, esse... Antônio Coró, que era músico. Hoje vem é musica da cidade, e sem o batuque ela não vai, e com o batuque é mais bonito. E eu me sinto é mais satisfação, muito legal, muito boa, pra mim eu tô(pausa)... Com Deus,

nossa senhora. Que a primeira que Jesus é o nosso Deus, não é isso?(D. Anica).

O batuque é uma denominação utilizada em Alcântara para se referir ao som das Caixeiras. D. Anica realizou uma pausa muito emotiva, com os olhos lacrimejando no momento em que nos contava sobre a presença da música na Festa e como a ausência de Caixeiras pode fazer com que essa tradição se perca. Ao falar do passado foi inevitável a ela associá-lo ao presente. Ao colocar a sua satisfação em participar da comemoração, é como se não compreendesse o que desmotiva os demais a participar tocando. É necessário esclarecer que “a música da cidade”, a que se refere são as bandas de São Luís que são contratadas para tocar em Alcântara, o que gera mal estar na fala dessa senhora.

O som atraía as pessoas que começavam a se aglomerar convidando todos os foliões para adentrar a festa em homenagem ao Divino Espírito Santo. Após passar na casa de todos os festeiros ele se direcionavam a caminho da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Igreja cheia, onde todos assistiam a missa. Ao chegarem à igreja, as Caixeiras depositavam suas caixas em frente ao altar, local onde ficavam durante toda a cerimônia, neste momento elas saíam do recinto, aproveitado para descansar e atender aos turistas curiosos que buscavam maiores informações sobre a comemoração. Essas senhoras retornavam próximo ao final da celebração, quando ocorre a cerimônia de coroação do Império, pegavam suas caixas, saíam e esperavam a corte na porta, onde se preparavam para cantar, saudando o novo Imperador. As Caixeiras não tocavam dentro da Igreja. Tocavam apenas em alguns casos, quando definido pelos festeiros ou algum pagador de promessas solicitava que fosse tocada alguma música após a coroação ou nas missas e ladainhas, mas não se tornou uma prática constante.

Como símbolo da presença do Espírito Santo na celebração, soltavam uma pombinha branca de dentro da igreja, que voa por todos os lados até localizar a saída, encantando os que ali estão presentes. Após a missa o cortejo saía novamente pelas ruas da cidade em passeata, apresentando a todos o Imperador coroado, em cuja casa lhes eram servido o lanche e o almoço.

O movimento na casa do Império era intenso, as pessoas descansam, conversam e comem doce de espécie – doce tradicional feito à base de coco, bolos. O almoço, refeições acompanhadas do licor que é servido. Essas refeições eram

preparadas por voluntários que saíam de suas casas e povoados vizinhos, exclusivamente para trabalhar para o Divino, “preparavam arroz, carne, pirão, doces, chocolates, bolos, arrumavam e limpavam as casas, lavavam as louças e panelas<sup>62</sup>”, deixando tudo sempre organizado para o momento seguinte, pois essas casas serviam a todos os brincantes com café da manhã, lanche, almoço e jantar.

Mais uma brincadeira era iniciada nesse momento de confraternização e descanso “Quem eles encontrava com o braço ou as perna cruzada, ou fumando, na sala do trono, ali de perto do altar, lá não podia não,(risos) ele tinha que ser preso, lá não podia, era proibido<sup>63</sup>”. E as Caixeiras participavam dessa agitação, tocavam versos animados, enquanto o vassalo, menino da guarda do Império, portando uma espada, amarrava uma fita no braço de quem realizou a proibição, direcionando o preso ao Imperador, onde o acusado tinha que pagar uma prenda. Por se tratar geralmente de um brincante que acompanhava o cortejo esse tinha que pagar uma quantia em dinheiro, como fiança, para que fosse libertado.

Algumas Caixeiras aproveitavam esse momento para ir até suas casas “banhar” e descansar, pois ainda existia mais uma etapa a ser cumprida no dia. Toda essa movimentação na casa durava até, aproximadamente, às quatorze horas e todos voltavam às suas residências. No final da tarde a brincadeira continuava, era o momento em que o vassalo seguia, acompanhado das Caixeiras, até a casa dos mordomos. Era dado início a brincadeira denominada “*prisão dos mordomos*”, o vassalo chegava à casa do primeiro mordomo, que é a do Mordomo Régio,

Existe a festa do divino e a folia do divino, o vassalo começa pela casa da mordoma-régia ou do mordomo-régio, aí ele vai prender a dona da festa, aí ela vai se esconde, dentro da casa, faz uma brincadeira, se esconde e as Caixeira vai tudo, entram batendo, procurando ela dentro de casa, até que encontra, aí amarra uma fita no braço dela, aí ta presa e vai todo mundo pra casa do outro mordomo.(D.Luíza).

Andando pelas ruas as Caixeiras animavam a todos cantando:

Eles vão, eles vão,  
Eles vão pro pau!  
Eles vão, eles vão  
Eles vão pro pau!

<sup>62</sup> Entrevista de D. Luíza, concedida à autora no 24/01/2012.

<sup>63</sup> Entrevista de D. Marlene, concedida à autora no dia 24/01/2012.

É pro pau da Imperatriz,  
 É pro Pau do Imperador!  
 Eles vão, eles vão,  
 Eles vão pro pau!

“*Folias do Divino*”, é assim chamado o momento de levantamento do mastro e a prisão dos mordomos. Essa folia era um momento de descontração e brincadeira. Após visitar todas as casas de mordomo e prendê-los, a brincadeira se direcionava ao pé do mastro, onde as Caixeiras realizavam uma charada pra cada mordomo, em forma de verso seguido do batuque das caixas, e eles tinham que pagar uma prenda pra poder sair da prisão; a prenda era um agrado, um licor, com a garrafa enfeitada especialmente para o dia. Depois desta brincadeira todos os festeiros retornavam às suas casas. Alguns versos seguem como tradição na Festa, fixos, inalteráveis, sendo passados de uma Caixeira para Caixeira, outros são mutáveis, construídos pelas próprias Caixeiras no improviso, sendo realizados principalmente nas “Folias do Divino” e no momento de “Esmolar”, com a finalidade de entreter a todos. Quando ocorria o improviso uma Caixeira iniciava a brincadeira, cabendo as demais responderem com o mesmo entusiasmo.

#### **1.4.2. Sexta –feira**

Dia do levantamento do mastro dos mordomos, assim como o do Império ele já havia sido selecionado e todos iam buscá-lo em caminhões. Porém a saída desse mastro não era no porto, e sim na antiga estrada que levava de Alcântara aos outros povoados. D. Malá descreve a rua de sua casa, apontando para a porta, “Aqui é rua da Quinta, essa rua, era a rua principal de Alcântara, porque quando vinham por terra era por aqui. O mastro entrava era por aqui, depois da Base que começou a entrar por lá”. O mastro era enfeitado e levado por um conjunto de homens, passeava pelas ruas da cidade, visitando o Imperador e todos os mordomos baixos e era erguido na praça da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. O governo autorizou a construção da referida igreja em 1781, obra essa que só foi finalizada em 1803, por ter sido construída por negros, ela também foi nomeada como igreja dos escravos. As Caixeiras

apresentavam o batuque e as crianças brincavam de subir no mastro, bebidas e doces eram distribuídos, e os participantes do cortejo retornavam aos seus lares.

Às dezenove horas, as Caixeiras, acompanhadas do mestre-sala, iniciavam a visita em todas as casas de mordomos, levando-os pelas ruas; por último paravam na casa do Imperador, faziam uma saudação e seguiam até a Igreja de Nossa senhora do Carmo. Era muito difícil ter padre em Alcântara durante os treze dias de festividade: quando ele estava presente no terceiro dia de comemoração era celebrada uma missa, quando não, os que se reuniam realizavam uma ladainha em latim.

O momento da ladainha a “Nossa Senhora”, reza do terço e orações, durava aproximadamente uma hora. Depois, as Caixeiras e mestres sala conduziam os seus festeiros até suas residências; nesta noite não aconteciam festas ou recepções. Eles apenas iam para suas casas descansar.

### 1.4.3. Sábado

É bonito o campo verde  
Quando vem rompendo a aurora  
Bate as asas, passarinho  
Abre o bico, canta e chora.

Alvorada nova  
Nova alvorada  
De manhã bem cedo  
Sobre a madrugada.

Alecrim cheiroso  
Angenca dobrada  
Ao sair da estrela  
Ela foi coroada...

O dia começava com alvorada no mastro. As Caixeiras agradeciam aos dias de Festa que estavam bem encaminhados e sem problemas, saudavam o mastro, o

Império e lembravam também das Caixeiras que se foram, se tivesse falecido alguma no ano. A saudação é melancólica, “porque a festa do Divino é bonita, mas é triste<sup>64</sup>”.

Depois de mais uma alvorada, todo o grupo se direcionava à casa do mordomo onde era recebido com o café da manhã. Durante o dia reunia-se um grupo de crianças, para realizar a *ciganagem*, termo utilizado para designar o momento de recolher pequenas ofertas dos moradores da cidade. A *ciganagem* era organizada pelos festeiros, tinha a participação das Caixeiras, mas não era obrigatória a presença delas. Essas ofertas eram compostas de matéria prima para as refeições que seriam preparadas: jerimum, limões para preparar a comida e a batida, cachaça, maços de folhas de vinagreira, para o arroz de cuxá<sup>65</sup>, cebolas, tomates, maxixe, quiabo, etc. Sempre pedindo licença para entrar nas casas, as Caixeiras eram bem recebidas, e a população ajudava na coleta desses donativos. “Antigamente que era bonito, as crianças iam a vontade, elas gostavam, agora é difícil, tem vez que nem sai a *ciganagem*. Era muito bonito isso, macarrão, cebola, tomate, tudo, tudo, tudo.”(D. Malá). Ao final da *ciganagem* todos retornavam às suas casas. Nesse momento, os voluntários já estavam preparando doces e comidas que seriam servidos ao final do dia.

No final da tarde, o mestre sala do mordomo cumpriam mais uma de suas obrigações, a de pedir autorização ao Imperador para que seu amo possa visitá-lo naquela noite. Esse pedido era levado por uma criança, em um envelope aberto, sempre sobre uma bandeja, com os seguintes dizeres:

Nesta noite de grande alegria,  
Sobre o céu cantam anjos e louvores,  
Sobre a terra o perfume se exala  
Como exalam no jardim as flores.

Muito digno Imperador,  
Licença venho tirar  
Para que nesta noite eu possa  
Vossa majestade visitar.

<sup>64</sup> Entrevista de D. Anica, concedida à autora no dia 25/01/2012.

<sup>65</sup> Arroz típico maranhense preparado com camarão e vinagreira(também conhecida como azedinha).

Às dezenove horas ocorria uma ladainha, rezada em homenagem ao Mordomo-Régio. Seguindo a tradição, a primeira ladainha pertence ao Imperador; na ordem hierárquica, o Mordomo Régio é a segunda figura mais importante. Na saída, o Mordomo Régio convidava a todos que estão na igreja para acompanhá-lo até sua casa. “Chega na casa dele, ele já tá com as luz tudo acessa na casa dele, já preparado pra sair pela rua na passeata”<sup>66</sup>. As luzes a que se refere D. Malá, são as lanternas que eram produzidas pelos festeiros. Alcântara não possuía abastecimento da rede elétrica<sup>67</sup>, a luz era encontrada em poucos lugares, alimentada por um gerador. Como o trajeto ocorria após as vinte e uma horas, os festeiros utilizavam a criatividade, fabricando esse recurso e entregando aos que iriam acompanhar a visita, para facilitar a iluminação do trajeto a ser percorrido.

Sr. Raul destaca que as lanternas eram feitas como pequenas gaiolas de madeira, revestidas de papel e no meio colocavam uma vela. “A gente tinha o lampião e as lanternas que a gente colocava em um pau, a gente fazia os balãozinho tudo. Era essa luz e a da lua no caminho<sup>68</sup>” até a casa do Imperador. Os festeiros também preparavam arcos, com essas lanternas penduradas, que eram posicionados atrás do cortejo do Império.

E assim, seguiam pelas ruas, à frente as Caixeiras, em seguida a Mordomo-Régio, que carregava sobre uma bandeja a imagem do Divino, representada por um pomba de gesso ou madeira; ao lado, o mestre-sala e atrás, todos os que desejassem seguir o cortejo. O Mordomo-Régio realizava a caminhada até a casa do Imperador, mas antes da sua chegada, realizava paradas estratégicas, convidando os demais mordomos para lhe acompanhar até o seu destino. Ao chegar a porta de cada mordomo o Mestre sala gritava: “Viva o Espírito Santo do Paço! E as pessoas que estavam nas casas respondia: Viva o mordomo em trânsito!”<sup>69</sup> Em cada parada as Caixeiras tocavam um dobrado com batidas especiais, realizando o convite aos mordomos. O toque do dobrado era referente a uma batida animada e considerada importante para D. Malá “O dobrado são três pancadas, tem que ser rápido, senão perde o tempo”. No caminho os devotos saudavam a imagem do Divino, “Segue a passeata alegre, de casa de Mordomo em casa de Mordomo, à luz mortiça das espaçadas lâmpadas de Alcântara e dos fogos de

<sup>66</sup> Entrevista de D. Marlene, concedida à autora no dia 24/01/2012.

<sup>67</sup> A Companhia de Energia do Maranhão- CEMAR, foi inaugurada em Alcântara em 1988, pelo governo Eptácio Cafeteira. Até essa data a localidade foi abastecida por um gerador que iluminava as principais ruas da cidade até as 21h, e depois apagavam.

<sup>68</sup> Entrevista do Sr Raul Silva Soares, concedida à autora no dia 19/07/2012.

<sup>69</sup> Entrevista do Sr Raul Silva Soares, concedida à autora no dia 19/07/2012.

artifício e lanternas de papel colorido, de feitiços variados, até a casa do Imperador” (LIMA, 1966. p.30)

Chegando à casa do Imperador, as Caixeiras pediam licença através do toque para entrar, onde encontravam outro conjunto de Caixeiras que respondiam dando boas vindas e autorizando a entrada no recinto.

Deus nos dê muito boa noite  
Majestade Imperiá  
Recebei Mordoma Regia  
Que hoje vem lhe visitá

Minha nobre Imperatriz  
Croada pelas estrelas  
Viva a Crôa do Divino  
Viva Imperatriz Primeira.

Minha nobre Imperatriz  
Bonita como um botão  
Com sua Crôa na cabeça  
Com o seu cetro na mão.

Quando a gente chega  
Vou entrando e vou saldando  
Majestade Imperiá  
Salve o cedro e salve a Crôa  
Salve a bandeira reá.

Em seguida todos se direcionavam à sala do trono, onde a Mordomo-Régio sentava à direita do Imperador, e as Caixeiras, acompanhadas de suas bandeirinhas iniciavam uma dança como saudação ao Império, em louvor a Santa C’roa,

Lá no meu pé teve um grande paladá  
Resplandou a Santa Crôa naquele dia maió  
Seu alferes da Bandeira côide na sua obrigação  
Pegue no seu estandarte, reuni seu batalhão  
Na cidade de Alcântara já não tem gente morando



Muitas casas tão fechadas e as outras se esbandalhando.

A cidade através desses versos é percebida como um local já em ruínas, um retrato do abandono pelo qual passou após seu declínio econômico, no decorrer do século XIX. Uma percepção coletiva, já que as músicas são cantadas por várias Caixeiras, versos que surgem de uma herança, gerada pelo convívio dos ensinamentos das sacerdotisas mais antigas. O receio neste verso é do fim da cidade, e não da Festa, visto que a presença da Santa Crôa<sup>70</sup> era capaz de reunir multidões.

O Imperador preparava uma recepção para receber a visita do mordomo, uma mesa exclusiva para o mordomo e seus familiares, repleta de doces e chocolates. Em bandejas eram servidos doces, licores e batidas de frutas a todos os presentes na sala do Altar do Divino. Todos os que acompanhavam o cortejo, eram convidados a entrar na sala do trono. O mestre-sala os tratava com muita atenção e respeito, sempre atento para que as regras fossem seguidas.

Tem as visitas, vamos dizer, no dia da visita do Mordomo-Régio, depois da missa ele vai visitar o Imperador, que é obrigação, depois dele visitar o Imperador, de lá ele vem simhora pra sua casa. Que o dia da visita dele é o dia da festa dele. Aí é que ele vai dar tudo que ele tem pro pessoal, pro povo. No dia da visita naquela época vinha muita gente, muita mesmo, vinha mais de 500 pessoas.(Sr Raul Soares).

A visita tinha duração de uma hora, saindo de lá após as 22h, o Mordomo-Régio agradecia a recepção, despedia-se do Imperador e seguia com todos até a sua casa. Com o Mordomo-Régio em casa, encerrava-se as obrigações da noite para as Caixeiras, que retornavam às suas casas. A festa prolongava-se até a madrugada, em alguns casos até às 3h do dia seguinte.

Era uma obrigação que era minha, quando eu era festeiro, você chegava, eu dizia assim: A senhora aceita um licor? A senhora dizia: aceito! A senhora quer de quê? Tem de jenipapo, que é original daqui, mas se faz de goiaba, tamarindo, murici, a senhora chegava na porta da casa e eu ia lhe mostrar tudo, o Altar, que nunca tinha visto, aí pela sua consciência, a senhora vai e me perguntava: O Senhor aceita um presente? Eu dizia: Aceito! A senhora chega e ia me entregar, eu dizia não senhora, a senhora bota lá no altar, do lado do Santo.

A Senhora trazia e dava pro Espírito Santo, ele que tá recebendo. Aí ia e colocava lá no altar. Quando ia simhora eu perguntava: a senhora quer levar alguma coisa? Ai eu fazia aquele pacote de doce pra pessoa

---

<sup>70</sup> Santa Crôa ou Santa C'roa é o termo utilizado para descrever a presença da coroa de prata que em seu topo possui uma pequena pomba, também chamada de Crôa do Divino.

levar. E saia satisfeita, porque era bem recebida. Hoje tá mudado. (Sr Raul Soares).

Tudo o que era servido na Festa era doado. Os festeiros donos das casas, representado pelas crianças, faziam as honras para que não saíssem falando que sua Festa não era merecedora da corte. Em cada casa tinha um altar e nele uma representação do Divino Espírito Santo, uma pomba, que tinha ao lado uma bandeja, coberta por uma toalha branca, aos que almejassem retribuir a hospitalidade em noite de Festa, cabia o agrado, realizado ao colocar dinheiro na bandeja, onde a toalha tanto protegia o valor doado, como a quantidade arrecadada dos olhares dos que estavam na sala do trono. Após algumas horas de comemoração o dono da casa retirava o dinheiro ali depositado e guardava para contribuir nas despesas do que faltasse para o bom andamento da Festa.

A senhora não entrava de bermuda, a senhora entrava na casa, na sala da festa do altar, era de vestido e os homi de calça comprida, porque eu não consentia entrar assim, eu dizia é o seguinte você não tem uma calça, porque aqui no altar o senhor não vai entrar assim, de bermuda. Hoje não, tudo tá mudado, entram de bermuda. (Sr Raul Soares).

O mestre-sala fazia as honras, cumprimentando e servindo a todos os visitantes, cuidava para que todos fossem bem tratados e não descumprissem as regras da festividade. Era deles a responsabilidade de manter a ordem e os bons costumes dentro da casa dos festeiros. Não permitir a entrada na sala da Festa trajando bermuda, em respeito ao altar ali montado, regra similar à apresentada na Igreja Católica. Sr. Raul revela um universo quase esquecido de regras e apresentando todo um conjunto de práticas culturais pertencentes ao domínio da chamada “tradição”. Ao mencionar as modificações ocorridas na forma de agir dos participantes seja através de sua chegada ao recinto ou de sua vestimenta, coloca em evidência práticas que não existem mais. O lugar do trono é considerado sagrado e essas regras deveriam ser seguidas. Ainda durante a entrevista ele mencionou que “hoje as pessoas vão como quer, não tem mais o respeito, entram de bermuda, não pedem licença<sup>71</sup>”, ao realizar a comparação entre as duas festas, a que ele lembra enquanto antigo mestre sala, mostra sua indignação à falta de respeito dos participantes atuais no evento, que influenciam para a modificação da tradição da Festa.

---

<sup>71</sup> Entrevista do Sr Raul Silva Soares, concedida à autora no dia 19/07/2012.

#### 1.4.4. Domingo do meio

O Domingo do meio, assim denominado por situar-se entre a quinta da Ascensão e o domingo de Pentecostes, iniciava com uma saudação a Santa Crôa ao pé do mastro, com a realização de mais uma alvorada pelas Caixeiras. Com os festeiros ainda em casa, descansando da visita da noite anterior. Às dez horas todos estavam presentes para assistir à missa na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, com as vestimentas na cor azul. Os entrevistados desconhecem o porquê do uso da desta cor no domingo do meio, “eu não sei quando encontrei já era assim<sup>72</sup>”. Ao final da missa as Caixeiras, também vestidas da mesma cor, aguardavam na porta o séquito real, convocando a todos para mais um dia de Festa.

Estado-Maió  
 Saia para fora  
 Sacuda as bandeiras  
 Estado, vamos embora.

Organizados ficavam as Caixeiras, o Império, acompanhados do mestre sala, uma banda de fanfarra, os fiéis que estavam na missa, e o padre junto ao Império, que neste dia também seguia o cortejo de visita, todos em direção à casa do Mordomo-Régio, pois chegara o momento do Imperador visitar como forma de agradecimento pela noite anterior. O Mordomo-Régio não tinha muito tempo, nem podia poupar esforços para continuar a Festa que havia encerrado com o dia quase nascendo. As Caixeiras, guiadas pela Caixeira-mor, faziam saudação em três momentos, ao chegar à porta, ao entrar e em frente ao altar, “Caixeira tem que tocar, a festa era desse jeito que tô lhe dizendo<sup>73</sup>”.

Deus nos dê muito bom-dia  
 Mordoma Regiá reá  
 Vim trazer o império  
 Que hoje vem lhe visitá

Ao entrar:  
 Entramos, gentes, entramos

<sup>72</sup> Entrevista de D. Malá, concedida à autora no dia 24/01/2012.

<sup>73</sup> Entrevista de D. Anica, concedida à autora no dia 25/01/2012.

Quem está mandando sou eu  
 Co'as bandeiras azul  
 A Crôa do nosso Deus.

Na frente do altar, já na sala do trono:  
 Ó que bonito artá  
 Nele não lhe farta nada  
 Só farta manjá do céu  
 Mais a hóstia consagrada.

O Mordomo recebia a todos com doces, refrescos, batidas de frutas, e do mesmo modo fora recebido com uma mesa exclusiva; recebe o Imperador e seus familiares com toda a pompa. As Caixeiras também têm mesa exclusiva e quando ocorre uma pequena pausa, podem se servir à vontade. A visita demorava aproximadamente duas horas, pois as obrigações do Imperador ainda não acabaram e ele tinha que visitar os demais mordomos, ainda no domingo. As visitas posteriores à casa dos mordomos eram mais curtas, com duração de uma hora, pelo fato de terem quase 10 moradias a serem visitados.

No final da tarde, o Imperador retornava a sua casa sendo entregue pelo mestre sala e pelas Caixeiras e assim se encerrava, oficialmente, mais um dia de Festa. Os que ainda pretendiam esticar a comemoração aproveitavam da comida e da bebida, na casa dos mordomos, para não deixar a festividade se encerrar com a saída do Imperador.

#### **1.4.5. Segunda, terça, quarta e quinta-feira**

Entre a segunda- feira e a quinta-feira as comemorações eram semelhantes. Como de costume, as Caixeiras começavam o dia com uma alvorada, no meio da manhã se reuniam para mais uma etapa junto aos festeiros, acompanhadas de suas caixas, “eles iam de branco, com uma bandeja coberta por um lenço branco, uma bandeira vermelha, de franjas douradas, com o desenho de uma pomba branca ao centro e o santinho<sup>74</sup>”, simbolizado na imagem da pomba, para “*tirar a joia*” pela cidade. Tirar joia ou esmolar

---

<sup>74</sup> D. Luiza, revela que Santinho é uma escultura, feita de madeira ou gesso, de um pombo, simbolizando o Divino Espírito Santo.

era uma atividade frequente para os que preparavam a festa do Divino, sempre acompanhados das Caixeiras. Um grupo, a mando do Império, saía pela cidade coletando dinheiro e outros bens que pudessem contribuir para o funcionamento da mesma. As Caixeiras, quando dos mordomos, tinham que passar na casa do Império pedindo autorização para essa atividade.

Ai Deus lhe dê muito bom dia  
Nobre Imperador real  
Eu vim trazer Mordomo Régio  
Que hoje veio esmolar

Ai ele vem com esperança  
Ai com prazer e alegria  
Ai deixe o Mordomo entrar  
Com Deus e a Virgem Maria

Ai entremos gente entremos  
Por este portão da casa  
Ai vamos ver a Santa Crôa  
Ai lá no céu toda sentada

Ai a Divina Crôa  
Ai como vós passou a noite  
Ai foliôa eu passei bem  
Ai eu passei visitando os outros.

As Caixeiras do Mordomo, encontravam as Caixeiras do Imperador, faziam uma reverência ao entrar na sala do trono, lá realizavam uma saudação rodopiando com as bandeirinhas que lhes acompanhavam. E Depois desse momento pediam licença para sair as ruas da cidade,

Ai meu nobre Imperador  
Ai licença nos queira dar  
Ai daí-me licença que eu saia  
Com meu batalhão real.

As Caixeiras do Imperador, atentamente respondiam a solicitação,

Ai a licença já está dada

Ai pra hora que vós quiser  
Ai a licença veio de Roma  
Ai passada por São José.

O santo entrava na casa, as Caixeiras tocam abençoando o local; os moradores que recebiam o grupo realizavam uma reverência ao Divino dando um “cheiro no santo” e se benzendo. Em retribuição à visita o morador dava um agrado ao santo, dinheiro ou algum bem que pudesse ajudar na festa. Com o cortejo pelas ruas, batendo de casa em casa, podia surgir mais uma “Folia do Divino”, caso o Imperador encontrasse pelas ruas, no seu dia, o grupo de Mordomas, tirando joia, ele prendia e levava para o mastro. Ainda se o Mordomo-Régio encontrasse outro mordomo no trajeto, também mandava prender.

No final do dia ocorria uma ladainha ou missa, e em todas as noites o Imperador é quem recebia as visitas, após as 22 horas, ocorrendo duas por noite, às vezes até três, devido à quantidade de festeiros participantes. Todos os mordomos tinham a obrigação de visitar o Imperador, e eram recebidos com doces e licores, no retorno às suas casas confraternizavam com todos que lhes acompanharam na visita, oferecendo bailes até a madrugada, encerrando aproximadamente às 2 horas da manhã.

#### **1.4.6. Sexta-feira**

Na tarde de sexta-feira, o dia parecia tranquilo, mas no final da tarde surgia por uma das principais ruas de entrada da cidade, a ladeira do Jacaré, um boi, com seus chifres ornamentados de fitas coloridas, flores e ramagens, preso por cordas, sendo segurados por vários homens, conduzidos pelo toque de caixas, mais animados e frenéticos, com um coro dos moradores que participam da brincadeira, agitando o boi, empurrando, cutucando com varas e deixando-o bravo, para que pudesse assustar os passantes. Escutava-se o som de fogos de artifício e das Caixeiras “eles vão, eles vão, eles vão pro pau”. Essa “Folia do Divino” relembra brincadeiras carnavalescas, onde todos se divertiam conduzindo o boi que tinha que percorrer as ruas da cidade passando pela frente da casa de cada mordomo e sendo a última parada a casa do Imperador. Era grande a folia e a agitação, após a última casa, o boi era levado ao matadouro, pois na manhã seguinte ele seria abatido.

Após a dispersão dos brincantes se ainda restasse algum mordomo a visitar o Imperador, esse seguia com a tradição indo à igreja para o momento de ladainha ou missa, com suas luzes iria realizar a visita, e receber a todos para mais um baile em sua residência.

#### **1.4.7. Sábado**

Na tarde de sábado ocorria um novo encontro do Império. Em passeata a corte iniciava o trajeto pelas ruas da cidade; as Caixeiras tocavam comemorando o momento de partilha que iria iniciar. Cada festeiro realizava uma lista de casas com os moradores mais pobres, para quem eram doadas as “esmolas”, dando preferências às famílias que possuíam em seu lar pessoas idosas e crianças. A carne dos bois abatidos já tinha um destino, era dividida e colocada em pratos, acompanhadas de outros bens de primeira necessidade, como pão, carvão, ovos, verduras, farinha, bem acomodados em cofos<sup>75</sup> enfeitados.

Ao anoitecer, era chegada a hora do Imperador retribuir todas as visitas que lhe foram feitas. Após a ladainha, o Imperador convidava a todos a lhe acompanhar até sua casa, indo buscar as lanternas para visitar todos os mordomos, iniciando pela casa do Mordomo-Régio, sendo recebido formalmente por todos, passando aproximadamente uma hora em cada residência. Essa visita encerrava-se já muito tarde, e na volta para casa o Imperador não recebia mais seu cortejo em sua casa, pois foram muitos bailes na mesma noite, encerrando já na madrugada.

#### **1.4.8. Domingo**

Domingo de Pentecostes, às 10 horas da manhã, a Festa atingia seu ponto culminante, todos se preparam para a missa. Após seu término seguiam pelas ruas as Caixeiras, com seus vestidos vermelhos, o Imperador, coroadado, vestido de um terno azul marinho, com brasões, botões dourados, franjas douradas sobre os ombros, cheio de

---

<sup>75</sup> Cofó é o nome dado, no Maranhão, à cestaria de natureza utilitária, confeccionada manualmente com as folhas de palmeiras nativas. No dia-a-dia do maranhense, o cofó é um instrumento já “tradicional” e mesmo indispensável. GONÇALVES, Jandir; LIMA, Weeslem; FIGUEIREDO, Wilmara. **Cofó, tramas e segredos**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2009. p.11.

condecorações, luvas brancas e o cetro, por seu título de nobreza, tem sobre seus ombros um manto vermelho, longo, todo bordado, localizado no centro a coroa do Divino Espírito Santo. Junto a ele era possível encontrar os dois Vassalos do Reino, em alguns casos segurando seu manto para que não arrastasse pelas ruas de pedra da cidade, com roupas cinza, e sobre o peito uma faixa verde e amarela. Acompanhado o cortejo o Mordomo-Régio. Com uma vestimenta azul, ornado de dourado, com correntes e franjas, sobre o peito era possível visualizar também uma faixa verde e amarela, símbolo do patriotismo e um manto curto. Aos mordomos-baixos eram destinados apenas paletós, luvas brancas e gravata borboleta na cor preta. As meninas que se destinaram às mordomas-baixas, trajavam vestidos vermelhos.

Pelas ruas o cortejo seguia sob fogos de artifício, crianças correndo em volta, as Caixeiras, a banda de música, e assim todos se dirigiam até a casa do Imperador, onde era servido o maior banquete de todos os dias, produzido por descendentes de índios, negros e portugueses, apresentando toda a fartura da festa, com carnes de boi, porco, galinha assada, pato ao molho pardo, farinha d'água, arroz de cuxá, vatapá, tortas de camarão e caranguejo, acompanhadas de arroz, como sobremesa diversos bolos como o de fubá de arroz, milho, tapioca, manuê, doces de côco, goiaba, buriti, doce de espécie<sup>76</sup>, batata roxa, compotas de jaca, caju, goiaba. Um banquete servido com toda a pompa que um Imperador necessita.

Eu sinto falta dos... das minha companhera, tá veno?! É ta eu só, que me olho eu só, com a minha irmã. Eu sinto falta, tá vendo? Eu sinto falta da fartura que tinha, hoje não tem, tudo é comprado, né? Porque antes a festa do Divino era mais falta, este ano é, e é bonita, mas não é como antes. Antes não era arroz, era farinha d'água, farinha seca, fazia aí pro povo comer, cada um com uma tora de carne aí, escardada a farinha seca. E nós e a música, tocando desde o começo e o fim. (D. Anica).

A fartura era originada das doações que eram realizadas pelos devotos, bois, porcos, patos e galinhas, tudo através do ato de “esmolar”, os festeiros não compravam esses produtos. A farinha seca e/ou farinha d'água, eram provindas da produção local, realizada a partir das lavouras de mandioca, existentes na zona rural da cidade, pois Alcântara produzia mais farinha que arroz. Com o início da compra de produtos para a festa, os organizadores acabaram por privilegiar a compra do arroz. Quando comenta da

---

<sup>76</sup> Doce típico da servido na Festa do Divino em Alcântara, feito a base de coco e açúcar, em formato de círculo que pode ser apresentado também com formas de animais como o peixe e a tartaruga



carne, a entrevistada mostra com as mãos o tamanho dos pedaços, indicando-os como sendo maiores que seu dedo indicador. Com a compra da carne a quantidade servida aos devotos também diminuiu. Levando ao prato dos devotos alcantarenses mais arroz e menos carne, ocasionando mudança na culinária, segundo a entrevistada.

A música envolvia os brincantes que dançavam até às 16 horas, pois era momento de iniciar a procissão: à frente, o Império; atrás, os pagadores de promessa, algumas crianças vestidas de anjinho, muitas vozes rezando o terço, que seguiam em oração até a Igreja. Ao entrarem, o Império se acomodava pela última vez no trono próximo ao altar e “a multidão de gente se apertava”, procurando o melhor lugar. Até o momento que o padre realizava as honras para que fosse realizada a sempre emocionante leitura do Pelouro, com o nome dos novos festeiros do ano seguinte. Saudados com palmas todos se dispersavam e retornavam para suas casas. Na segunda-feira, último dia de obrigações da Festa, o Imperador visitava os novos festeiros para explicar as regras e funções que deveriam ser cumpridas.

A intensa comemoração aparenta ter encerrado suas atividades para o ano, mas na verdade um novo ciclo se inicia. Os novos festeiros após receberem as instruções, assim como a carta do Padre sobre o bom funcionamento que a festa deve ter, organizavam reuniões e estabeleciam metas e lugares a serem visitados. Tempo de descanso para as Caixeiras, que assim podiam passar alguns dias com suas atividades cotidianas fora da festividade.

### **Transcrição da carta do Padre entregue a Imperatriz do ano de 1963.**

Alcântara, 2 de junho de 1963.

Ilma Sra Yolanda dos Anjos Pereira

Imperatriz pela festa do Divino Espírito Santo para o ano de 1964.

Prezada Senhora,

Viva o Divino Espírito Santo!

Tenho a grande satisfação de convidar V. Sa. Para ser IMPERATRIZ da festa do Divino Espírito Santo para o ano de 1964. Não tenho dúvida que V.Sa. colaborará

inteiramente com a Autoridade Eclesiástica para solenizar convenientemente a referida festa, para o ano.

V. Sa. Faça favor de avisar os festeiros do próximo ano das leis da festa:

1) Os festeiros devem escolher representante que já fizeram a Primeira Comunhão e possuidores duma idade suficiente seja ao menos 7 anos para os mordomos e ao menos 14 para representar a Imperatriz.

2) A festa sendo uma festa religiosa comporta a assistência às três missas de preceito da festa e a assistência à Novena do Divino Espírito Santo a cada noite da festa. Os bailes e jogos de azar são severamente proibidos durante a festa. Não se conversa nem se dança na sala do altar.

3) Por motivo de respeito não se toca foguetes durante uma cerimônia, religiosa. Pode se tocar somente antes ou depois.

4) A coroa e os pombos se coloca no altar de N.Sra. da Conceição, a coroa no centro e os pombos em redor.

5) As cores tradicionais dos festeiros durante a festa são as seguintes: BRANCO, Quinta feira de Ascensão. AZUL, Domingo do Meio. VERMELHO, Domingo de Pentecostes.

6) Os dias de visitas:

A imperatriz para os mordomos: Sexta-feira antes da festa.

A mordoma régia: Sexta-feira antes do domingo do meio.

Os mordomos devem concordar entre si para visitarem a imperatriz dias diferentes.

7) Os mordomos que querem festejar devem avisar o Vigário da Paróquia antes da Páscoa e revelar qual será o seu representante. As pessoas já chamadas nos anos passados continuam com a obrigação de fazer a festa.

PELORO 1964

MORDOMOS

William Pinheiro Santos

Raimundo José Costa

Raimundo Adrião Ribeiro

João Cardoso

MORDOMAS

Maria do Espírito Santo Nunes Costa

Severina Mendes de Almêdo

Veríssima Juliana Ramos

Conceição de Maria Penha França

José Gabriel Silva de Souza

Mordoma régia: Raimunda Lemos Leitão

Imperatriz: Yolanda dos Anjos Pereira

Com os protestos de minha sincera estima e consideração

Padre Maurício Laurent, Vigário de Alcântara.

A carta aqui transcrita com as recomendações servia para que a Festa seguisse sempre o mesmo padrão. Definindo o que era proibido e o que era permitido neste conjunto de práticas.

Os relatos aqui expostos trazem à tona as memórias de um passado já distante, privilegiando as falas dos que estavam lá. Essas falas nos ajudam a desvendar a preparação da festa através das práticas realizadas por essas senhoras. Por serem personagens tão importantes para o cotidiano da festividade, no próximo capítulo veremos como essas mulheres se preparam para a festa ao longo desses meses que a antecedem.

## CAPÍTULO II

### CAIXEIRAS: MEMÓRIA E COTIDIANO.

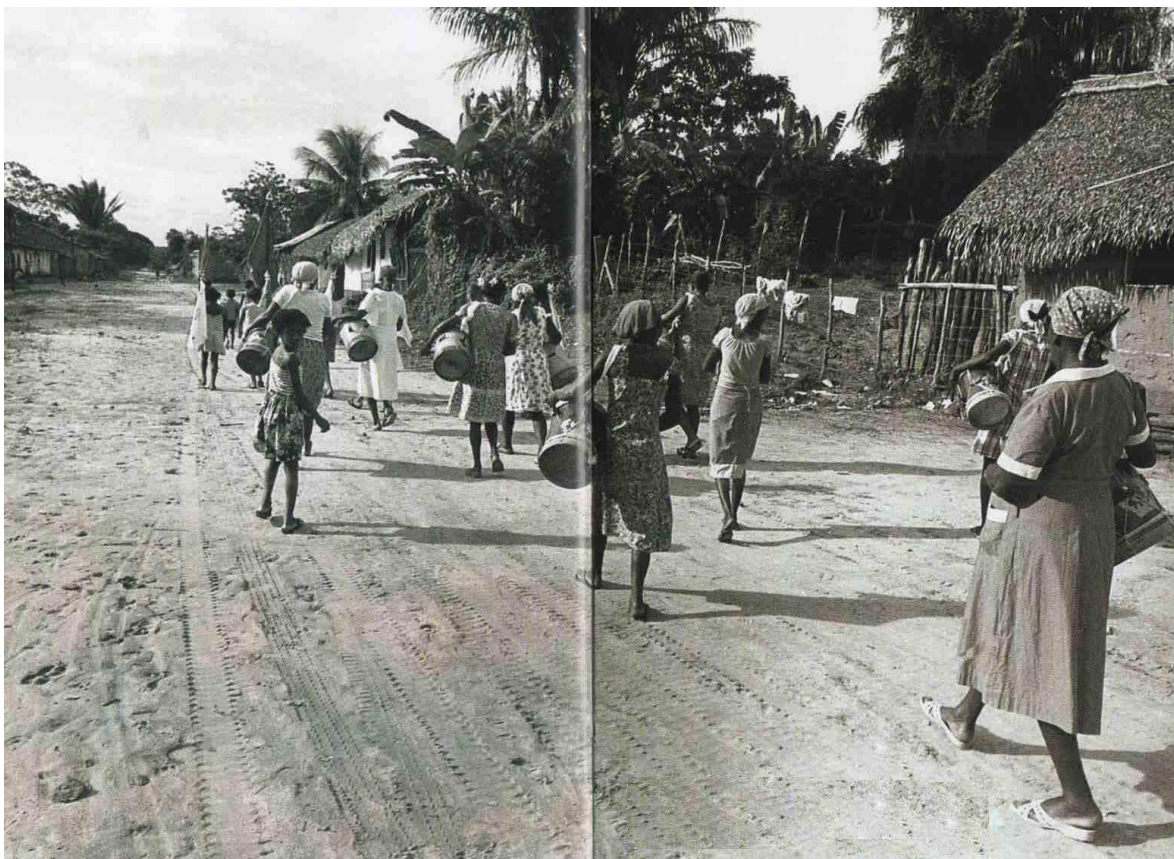


Foto nº2: Caixeiras esmolando, 1977.  
Fotografia de Juvenal Pereira. Acervo do IPHAN/MA

## CAPITULO II - CAIXEIRAS: MEMÓRIA E COTIDIANO

... O homem que já viveu sua vida. Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida.

Ecléa Bosi<sup>77</sup>

A memória de velhos privilegiada por Ecléa Bosi e muitas vezes desvalorizada pela sociedade contemporânea é carregada de lembranças de um tempo que não existe mais. Cada componente de nossa sociedade tem sua representação da sua cidade e de sua história, onde a infância, a adolescência, o casamento, a maternidade, o trabalho, as perdas familiares, são seus olhares sobre o tempo social que os constitui. Um tempo tão caro em suas memórias, que possuem fragilidades, trazendo os acontecimentos que lhe são mais apropriados, revelados em alguns momentos, omitidos em outros.

Marilena Chauí<sup>78</sup> nos diz que, “A memória não é um simples lembrar ou recordar, mas revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, e, no tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado.” A memória nos é dada como um mecanismo de lembrança e esquecimento, de um tempo vivido pelos indivíduos e pela sociedade, responsável também por, através do tempo, expressar a existência das experiências dos grupos, elementos que são constituídos em monumentos, documentos e relatos históricos<sup>79</sup>. O passado vivido só aparece a partir da evocação, via lembrança.

Falar sobre si e construir uma representação sobre os acontecimentos vividos, expondo seus valores e suas impressões mais significativas não é uma tarefa fácil, por isso os relatos orais fornecem indícios tão valiosos, pois nos ajudam a compreender como os acontecimentos são constituídos na memória das pessoas. Por

---

<sup>77</sup>BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.p.60.

<sup>78</sup> CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995. p.130.

<sup>79</sup> Sobre a forma que se constitui a dimensão interior da memória temos por referência dois autores que se debruçaram sobre o tema em grande parte de suas obras. São eles o sociólogo Maurice Halbwachs e o filósofo alemão Henri Bergson.

essa razão, neste capítulo buscaremos problematizar o cotidiano das Caixeiras do Divino de Alcântara, a partir de suas primeiras vivências na Festa.

## 2.1 SOU CAIXEIRA

Quinta-feira, quatro horas da manhã, o dia ainda não clareou, e ela se arruma, coloca um vestido branco especialmente para a ocasião, cabelos bem penteados, usa uma colônia e se enfeita com colares de miçanga. Olha para o lado, pega seu instrumento mais precioso e o coloca sobre os ombros. Com o dia ainda escuro inicia sua caminhada, percorre alguns quilômetros da sua casa até a praça da matriz. No caminho encontra suas companheiras, uma, duas, três... Conversam sobre suas vidas, suas famílias, como foi o dia anterior, as expectativas para o dia que ainda nem clareou e os onze dias de jornada que ainda virão. Sempre com um sorriso no rosto não desanima com as dificuldades da vida e alegre o coração para cumprir sua missão, o posto que lhe fora designado por sua mãe, sua avó, sua bisavó<sup>80</sup> ...

Minha mãe era caixeira, né?! Minha mãe era caixeira, ela chegava em casa, e aí eu pegava uma latinha e ela ia me ensinando, e aí eu comecei... e pra mim é uma satisfação! Aí ela morreu e eu fiquei, desde os 17 anos que eu toco. Igual a minha mãe e a mãe dela que também tocavam.(D. Anica).

Enquanto narra esse momento, Dona Ana Benedita, conhecida pelos moradores de Alcântara como *Dona Anica* ou *Anica- Caixeira*, a mais velha das duas únicas Caixeiras da cidade, gesticula como se tocasse a caixa que não estava em suas mãos. A recordação é tão viva, tão presente, que se demonstra no desejo de repetir o gesto e ri de modo contido ao descrever a alegria que é ter essa função. O ser Caixeira é inerente a sua vida, aprendizado que se efetiva com o ensinamento materno. A socialização entre as gerações da família dessas mulheres contribuiu para a transmissão dos conhecimentos relacionados à Festa do Divino, como os ensinamentos do ato de tocar caixas, o funcionamento dessa prática, os costumes, técnicas e simbolismos associadas à participação ativa nesta comemoração, fatores que se expressaram na construção de uma identidade que lhes é permanente, o ser Caixeira. Como diz:

Eu chegava pra ela e pedia pra me ensinar, mas ela nunca tinha tempo! Aí eu chorava! Eu achava bonito ver minha mãe cantar e tocar, era uma beleza! É porque minha mãe chegava em casa e tocava, né? Teve um ano que fui bandeira, devia de tá com uns 12 anos, aí a

---

<sup>80</sup> Texto construído a partir do que nos foi contado pelas Caixeiras durante as entrevistas.

Raimunda Soares que era Caixeira antiga, botou um verso e minha mãe não respondeu, eu tava lá e respondi. Foi aí que ela começou a me ensinar. Aí eu pegava uma latinha e um pedacinho de pau e ela ia me ensinando. (D. Anica).

As bandeirinhas aprendem a fazer um coro de refrão aos versos das Caixeiras, assim como uma dança de cumprimento na frente do altar, e nesse momento algumas aprendem pela observação as músicas completas e como funcionam as batidas nas caixas. Parte das mulheres que foram Caixeiras, também foram bandeiras, e com a observação e interesse mais tarde ocuparam o lugar de destaque da festividade. D. Anica ainda nos conta que,

Encontrei minha mãe nova, ela morreu nova. Inclusive, essa irmã minha, que toca caixa junto comigo, que eu que ensinei, quando minha mãe morreu, ela não tinha nem um aninho. Deste tamanhinho (mostrando com as mãos o tamanho de D. Malá), era magrinha, magrinha, agora pra cuidar dela ficaram duas tias, a tia Bianca e tia Leandra, e depois elas foram morar em São Luís, as duas são irmãs legítimas da minha mãe. Agora meu pai, depois que minha mãe morreu, demorou um tempo e depois casou com uma senhora com nome Isabel, e teve: Robermar, Maria Raimunda, Maria Odete e a Maria do Desterro. Parte de mãe é eu, o Raimundo, que já morreu, aí tem a Malá, que eu ensinei a tocar caixa e uma que mora em São Luís na Vila Embratel, que também sabe tocar, já aprendeu, a Maria Francisca. Ela já tocou uns 3 anos com nós. Ela é costureira, toca caixa e sabe bem ler. Já mandei chamar ela, porque ela toca bem caixa e só tem eu e a Malá, tem que ajudar nós. (D. Anica).

Por ser um cargo que geralmente é passado de mãe para filha, na fala de D. Anica ela associa a relação com o toque apenas às irmãs, filhas de sua mãe, demonstrando que a Maria Francisca sabe tocar bem a Caixa e acrescenta outros atributos à irmã, que é costureira e sabe ler bem. D. Anica tem por profissão lavradora e não teve oportunidade de estudar, sabendo, apenas, escrever o próprio nome, o que já lhe é motivo de orgulho. A relação familiar, aqui é de grande importância nesse processo de aprendizagem do ofício de tocar caixa.

A importância dos laços familiares também demonstram hierarquia e respeito. D. Malá, relata que: “Na nossa criação tinha respeito, tudo da gente era a senhora, o senhor, tomar benção. Até um tempo desse eu tomava benção pra minha irmã mais velha e pra Maria. Era a criação da gente<sup>81</sup>”. D. Anica, irmã mais velha e Maria, cuidavam da família após a morte da mãe e ajudaram as tias nos primeiros anos de vida de D. Malá. Pelo fato de seu pai não ter casado logo, ficou com elas a responsabilidade

<sup>81</sup> Entrevista de D. Marlene, concedida à autora no dia 09/01/2012.

de cuidar dos irmãos e da casa, enquanto ele ia para o trabalho na roça. Maria também foi bandeira e aprendeu a tocar caixa com mãe. Casou-se e foi morar em São Luís, mas não virou Caixeira, ocupou o cargo apenas quando solicitada pelas irmãs. Já D. Anica começou oficialmente como Caixeira em 1945, quando completou seus dezessete anos, após o falecimento da mãe, mesmo ano em que D. Malá nasceu, ano de mudanças nas vidas da adolescente Anica e da recém nascida Malá.

A herança que outrora fora passada pela mãe de D. Anica, continuou com sua irmã D. Marlene, a quem ela ensinou, e cujo apelido é *Dona Malá* ou *Colega*<sup>82</sup>. Ela iniciou oficialmente sua trajetória como Caixeira ainda nova, com vinte anos:

Quando eu nasci que fui crescendo, que me entendi, fui bandeira um ano, perto das outras que já vinha sendo. E eu creio que eu tava com uns 9, 10 anos quando eu fui bandeira a primeira vez, que foi a primeira e a última (risos). É de família mesmo! E de lá pra cá fui acompanhando, eu fui aprendendo com as outras caixeiras antigas, inclusive com minha irmã, e sempre as caixeiras falando que minha mãe era caixeira, mas eu não conheci. (D. Malá).

Pertencente a uma família de lavradores, sendo a mais nova, D. Malá, que perdeu sua mãe, Paula Ferreira, com menos de um ano de vida, sempre sorridente, nesse momento ri com um ar saudosista, um pouco tímido, lembrando de uma presença que não tivera ao seu lado. Paula Ferreira também havia sido Caixeira por muitos anos na cidade, sempre dedicada, era lembrada pelas companheiras que a conheceram, que faziam questão de contar para D. Anica e D. Malá a forte relação dela com a festa, na qual foi Caixeira- Mor.

Como funcionava a Festa e como lembrar da mesma? As Caixeiras, essa duas senhoras, lembram da festividade como um período glorioso da cidade, de fartura e de baixo desenvolvimento demográfico. A festa começa oficialmente no ano anterior, com o encerramento de uma e início dos preparativos da próxima. É válido descrevê-la por esse outro começo, mostrando a trajetória dessas mulheres, privilegiando seus relatos, que após a festividade tinham um descanso de aproximadamente três meses, época que se dedicavam exclusivamente ao trabalho (lavoura, lavadeiras, domésticas) e à família.

---

<sup>82</sup> A partir desse momento iremos nos referir as duas Caixeiras através dos apelidos que receberam ao longo da vida, pelo fato das mesmas se apresentarem e se sentirem mais a vontade com o uso dos mesmos.



Quando perguntadas sobre qual a origem da festividade ambas possuem uma interpretação semelhante, “Desde que o mundo é mundo é assim. Quando eu me entendi, tô lhe dizendo, eu já encontrei, minha mãe que me ensinou. E não achei mais a escravatura<sup>83</sup>”. D. Malá tenta explicar um pouco mais, porém sua frase inicial não difere da de sua irmã,

Quando cresci, que me entendi, já era assim! É muito a festa daqui, tradicional, do que as outras. E até porque tem essas outras através dela, porque aqui vem dos portugueses, que foram embora e já deixou fundada essa festa no tempo da escravidão. A festa vem pelos escravos e fundada pelos portugueses. (D. Malá).

As histórias, contos e lendas são constantemente reconstruídas, porém tais narrativas não são totalmente descaracterizadas. Mesmo que o contexto se modifique, os valores inerentes a estes costumes não mudam, pois a tradição oral lhes mantém fortes, preservando os principais acontecimentos. A representação das origens da festa do Divino feita por essas senhoras é esta, um enredo produzido por elas, como justificativa para a forma como a festa lhes fora apresentada. Uma necessidade de pertencimento, como uma obrigação, fazem isso porque foi desse modo que receberam o cargo de suas mães, tias e avós. Assim elas criam uma influência, uma necessidade, uma perspectiva mútua de enlace, Caixeira/Festa do Divino.

A atividade de Caixeira é mais que uma devoção para essas senhoras, pois faz parte de suas vidas essa função. Ao procurarmos pela cidade onde é a casa de D. Anica, ou a casa de D. Malá, os moradores antes de responder perguntam: “Anica Caixeira? Malá Caixeira?” Seguida da informação da localização de suas residências. Pessoas que fazem parte do cotidiano da Festa e que são reconhecidas pelo que fazem. Ao relatar como foi sua vivência na festa, D. Anica sempre acrescenta em suas recordações: “Senhora, a festa do divino é bonita, mas é triste...” Essas tristeza no momento do toque é ocasionada pela lembrança, gerada a cada verso, de alguém que há mais de 50 anos, participa da festa como Caixeira e que viu e viveu muito coisa. Após uma dessas pausas, D. Anica, complementa citando os nomes das Caixeiras que conheceu.

Quando eu canto, eu me lembro da minha mãe, da minha avó, das minhas tias e de todas as caixeiras que já morreram. É triste senhora. É Doído. Na verdade eu conheci as caixeiras velhas todas. Hoje já existe só eu e minha irmã. Ana Cecília, Maltide, esse... Ricardina, essa

---

<sup>83</sup> Entrevista de D. Anica, concedida à autora no dia 25/01/2012.

Raimunda Boró que foi a última que já foi, tá vendo? Saudade das minha companheira! Pérpeta Velha, Pérpeta Nova. Tudim eu conheci, já foram todas... E a festa era mais bonita!(D. Anica).

Nesse momento é possível perceber os olhos de D. Anica lacrimejando ao recordar as companheiras. Depois da pausa, ela disfarça passando a mão nos olhos e começa a ri, em meio a uma grande gargalhada, complementa a frase “Agora só tá eu e minha irmã, num tem mais Caixeira de Alcântara”<sup>84</sup>. Uma lembrança carregada pela dor da saudade, onde é possível imaginar que a gargalhada emergiu pela boa memória dos tempos vividos ao lado de suas companheiras. Essas mulheres, na maioria dos casos, possuíam a mesma condição de vida, e abdicavam das mesmas coisas para se dedicar à Festa. Logo, o companheirismo não surgia apenas pelo bater das caixas, existia uma cumplicidade no aprendizado dos versos, com o trabalho que exerciam fora da festa, a amizade e o amadrinhamento que lhes aproximavam tanto. Aqui,

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado não sendo um fim em si mesmo, visa à transformação do presente. (GAGNEBIN, 2001, p. 91).

O ato de lembrar é um processo de fazer-se aparecer em cena, ou mesmo, fazer-se agir em cena. A temporalidade aqui, por ser um trabalho de memória, ganha um novo sentido. Para Jeanne Marie Gagnebin<sup>85</sup>, em seu trabalho *Memória, história, testemunho*, o presente não é classificado apenas como um tempo de lembrança, pois ele é carregado de sentido, é um tempo a ser modificado. O passado, não é o mesmo, ao ressurgir no presente, e nas lembranças de D. Anica, esse foi um tempo bom. O tempo que tinha a presença de suas companheiras, muitas Caixeiras no batuque, que faziam a Festa do Divino ser mais bonita.

Outro elemento é a tristeza ocasionada pelo fato de só existirem duas Caixeiras na cidade. Uma lembrança carregada de sentimento, como o medo. Essa sensação de desconforto frente às mudanças pelas quais a festa e a cidade passou e vem passando, não é apenas uma constatação pessoal de D. Anica, mas, antes, um reflexo do mal-estar proporcionado pelo próprio momento de insegurança em que a Festa está

<sup>84</sup> Entrevista de D. Anica, concedida à autora no dia 25/01/2012.

<sup>85</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Memória, história, testemunho*. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

inserida, pois a não continuidade ocasionaria uma mudança brusca aquilo que elas realizam com tanto esforço e afeto.

## 2.2. ESMOLAR EM BEIRA DO CAMPO E BEIRA DE COSTA

A mando do Império, até a década de 80<sup>86</sup>, durante o século XX, era realizada uma etapa imprescindível, uma atividade importante para as Caixeiras: o ato de “esmolar” ou “tirar joia<sup>87</sup>”. Também denominada de “Folia do Divino” ou “Barulho do Divino”, acontecia, na região da “Beira do Campo<sup>88</sup>”, aproximadamente, três meses após o término da Festa, período em que as Caixeiras se recolhiam para descansar em suas casas, recarregando suas energias para iniciar uma nova etapa, a de angariar donativos, nas localidades vizinhas, para o ano seguinte. Essas mulheres viajavam quilômetros entre uma cidade e outra, a pé, tocando suas caixas e recolhendo tais doações. Uma atividade exaustiva, que durava meses.

Na época, com esses bando de estrada que fizeram ficou muito ruim pra gente. Na época a gente ia de barco aqui do porto e ia saltar lá, ali, entre o, o, cajual que chamam, tem um igarapé que entra, então a gente saltava lá. Aí saltava num apicum que tem pra lá, o porto da bandeira, que a gente chamava de porto da bandeira, né? E daí ia saindo, tirando joia, cortando pelos povoado, passava por um que se chamava Jacaré e ia assim até Cajapió e de lá ia andando também lá pro porto Batazal que fica perto do Bacurituba, que já saia em Bacurituba, São Bento e vinha. Isso aí a gente vinha só no caminho, sombra, atravessando campo de uma ilha pra outras, mas sempre de pés e tal, até chegar de São Bento, aí tinha um caminho que tomava Rio Grande e já vinha chegar pra Alcântara. Isso tudo a gente fazia de pés, então como teve muita mudança, estrada prá todo lado e gasta muito, porque pra ir não faz mais essa coisa de sair daqui de barco. Num tem mais. Tudo vai acabando. Os mais velhos, que ofereciam o barco, foram morrendo, vendendo os barcos e tal. E agora é tudo por estrada.

Esse cortejo era formado por um grupo de caixeiras, três bandeirinhas, meninas de 10 a 14 anos que carregam pequenas bandeiras brancas ou vermelhas com a coroa do Divino bordada ao centro, um bandeiro, menino que carrega uma bandeira com o desenho da pomba do divino e três “cargueiros” (carregadores), homens de

<sup>86</sup> Período em que a Festa começou a receber apoio da Prefeitura e do governo do Estado.

<sup>87</sup> Ambos os termos servem para designar uma atividade que só é feita com a presença das Caixeiras. Quando realizado dentro da cidade de Alcântara as Caixeiras são acompanhadas dos personagens do Império e da banda contratada.

<sup>88</sup> Região de povoados distantes da cidade, como: Cajapió, São Bento Novo, São Bento Velho, Tucum, Carmo, Canavieira, Morari, São João de Corte, Bacurituba.

confiança responsáveis pelo transporte de todo o material arrecadado. Nas cidades e povoados mencionadas pelas Caixeiras, podemos perceber a real distância percorrida por elas de Alcântara para alguns desses lugares elas percorriam: São João de Corte-37km, São Bento- 121km, Bacurituba 130km e o mais distante o município de Cajapió-153km. A distância era reduzida quase 70km com a facilidade que elas tinham ao chegar de barco.

O caminho é muito longo, tudo é estrada, é muito sol. Antigamente era caminho de mato, você ia com gosto, vinha caminhando, tinha as árvores, que você não apanhava, assim, tanto sol. E também as coisas eram diferentes. Hoje não se pode andar com muitas coisas, sabe?! Aquela coisa que nego panhar e tomar e assaltar, não dá mais pra vim de pés é tudo muito longe. (D. Malá).

A relação passado-presente, aqui é apresentada como uma faceta da memória:

Temos freqüentemente repetido: a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2004, p. 71).

As camadas do que foi vivido, vão se sobrepondo, ocasionando a comparação com o presente imediato. Um aspecto importante quando se realiza a análise das lembranças, pois essa comparação realizada entre o passado e o presente assegura um dos pilares sobre os quais é alicerçada a rememoração. Ao revisitar suas memórias, D. Malá nos apresenta a idealização de um percurso melhor. “Antigamente” a estrada não tinha asfalto, era arborizada, mesmo carregando muito produtos que foram recebidos para a festa, não corriam riscos de assalto.

O asfalto, um dos símbolos do progresso tão desejado por muitos moradores pertencentes às cidades pequenas, por elas era rejeitado, por atrapalhar a caminhada. Esse caminho era realizado entre os meses de setembro, outubro e novembro e as viagens duravam aproximadamente um mês e meio, período em que o grupo retornava para Alcântara para deixar o que já tinha arrecadado, visitar a família e voltar para Beira de Campo. D. Anica, teve 12 filhos, e por ter que se ausentar por um longo intervalo de tempo, recorria ao apoio do núcleo familiar (marido, filhas mais velhas e avós), para dar continuidade à tradição, pessoas que estiveram presentes na criação de seus filhos. Os festeiros também auxiliavam, dando hospedagem necessária aos filhos dessas senhoras para que elas pudessem partir mais seguras e tranquilas.

Era cedo, cedo... quando eu ia pra beira do campo. Inclusive eu tenho uma cumade, ali, que a filha dela ficou cuidando da minha no caminho de Miriritiua um ano que eu fui pra beira do campo, pra vigiar que eu não tinha mais quem ficasse. Insistiram, insistiram e o Divino Espírito Santo me ajudou e me dá muita força e coragem e saúde, e ela ficou, com meus filhos. Já dando assistência. O pai dela, (referindo-se ao marido) já vivia mais pra lá que pra cá, não vivia muito, né?! Prá dar assistência pros meus filhos. Mas nós levava era de mês a mês em beira de campo, e longe da família, de tudo.(D. Anica).

Deixar a família era uma tarefa difícil, mas as Caixeiras não reclamavam, sabiam que trabalhavam por uma causa maior, a de manter viva as tradições da festividade, colhendo donativos para realizar uma festa farta, onde não poderia faltar comida para os treze dias. D. Malá não casou, oficialmente, em sua interpretação, e não teve filhos, entretanto ela faz uma ressalva quanto ao comportamento dos maridos de suas companheiras,

Antes, os marido concordavam, hoje tem um não vai. Antigamente os marido gostavam, participavam, se tinha uma outra mais velha, ficavam em casa e cuidava. Eu morei com uma pessoa por 20 anos, e quando a gente se juntou eu já tocava caixa,eu fazia brincadeira de escola de samba, botava um boi, sempre fui da festa, ele nunca me proibiu. Me quer?Mas já sabe do que eu gosto, do que eu sou. (D. Malá).

O contexto do auxílio familiar, se encontra nesta fala, onde as irmãs mais velhas tinham a função de cuidar da casa e dos irmãos. A teia que auxiliava essa relação era firme, e assim elas partiam a esmolar com a Santa Crôa. Eram muitos dias de ausência, como descreve D. Edith,

Ela saia para os interiores e as filhas ficavam em casa, cuidando das coisas. A gente ficava em casa, cuidava da roupa, da comida. Ficava nós, com o nosso pai. Porque ele nunca ia com ela, pra acompanhar. Ela ia com as Caixeiras, os carregadores, todo o pessoal. Chegava em casa de 15 em 15 dias, às vezes de mês em mês. E a gente dava conta das coisas de cuidar da casa, da alimentação, da roupa dela, das criações, que ela criava: porco, galinha... Demorava muito pra voltar.

Caixeiras, mulheres, se ausentando dos seus lares, por um período tão extenso, em pleno XX, para uma sociedade onde a figura do homem era o de chefe de família, vivendo em uma sociedade quase rural. Essas mulheres, construíram esse espaço de liberdade e domínio em nome de suas crenças. Exatamente por essas jornadas se prolongarem com períodos tão grandes foi inevitável perguntar como de fato isso era

percebido dentro de sua casa, por seus familiares. Para as filhas de D. Anica a reação do pai era de aceitação, porém ele discordava às vezes dessa prática. Segundo D. Edith<sup>89</sup>,

Papai reclamava. Por ele, ela não tocava caixa, assim pra fora, pelos interiores, pra pegar joia. Às vezes passava da data de chegar em casa, e quando chegava não parava, porque tinha que ir também, porque a festa é aqui dentro. Mas só que tem que sair para recolher as coisas, pra trazer, pra ajudar, pra fazer a festa. E olha que elas recolhiam bastante joia, era muita coisa mesmo. Agora não, é bem pouco. E hoje elas não vão mais.

Já D. Jucelina retrata como o pai cedia a essa jornada,

Logo no começo, assim, ele deixava. Ele até quis se impor, mas ele amoleceu e deixava. Só que quando havia alguma coisa, assim, intriga da gente, situações assim, porque ele tinha trabalho, trabalhava em lavoura, aí ele ficava brigando: “Ano que vem a mãe de vocês não vai mais tocar, e não sei o que, porque é muito ruim, ela fica esse tanto de dias fora, e eu tenho que vim cedo do trabalho”(imitando o tom de voz do pai ao reclamar). Porque havia briga com a gente, aquela coisa de irmão e ele não era assim, de chegar, e bater, e brigar, aquela coisa toda, ele vinha e só falava, falava, falava<sup>90</sup>.

No depoimento, D. Jucelina retrata o período de viagens quando já estava mocinha, “12, 13 anos”, ressaltando as reclamações do pai, no que se refere às confusões entre os irmãos. Que necessitava reclamar com os filhos pelas coisas erradas praticadas dentro de casa. Percebemos ainda nesta passagem que tal tarefa era realizada por D. Anica, o que gerava incomôdo para ele, visto que considerava a atividade na lavoura cansativa para chegar em casa e resolver as confusões existentes entre os filhos. Por outro lado, Dona Edith que era mais nova, e possui 5 anos a menos que D. Jucelina, percebia esse desentendimento de outra forma, o pai ficava totalmente insatisfeito com a prática. Que se dependesse apenas da vontade dele sua esposa não iria para essas longas viagens, porém, ela servia ao Divino, algo superior a sua vontade. Nas entrevistas, ambas destacaram que o pai “era um homem bom”, que mesmo ficando chateado com as ausências da esposa, com as intrigas e birras das crianças, ele apenas reclamava.

Segundo D. Malá, “A joia que a gente arrecadava em Beira de Campo era boa, tinha fazendeiro que dava boi pro Santo, tinha gente que dava porco, pato, galinha,

<sup>89</sup> Entrevista com D. Edith Oliveira Ferreira, nascida em 05/12/1964, concedida à autora no dia 14/01/2013.

<sup>90</sup> Entrevista com D. Jucelina Oliveira Ferreira, nascida em 06/03/1958, concedida à autora no dia 14/01/2013.

farinha, tapioca, tudo a gente trazia<sup>91</sup>”. Devotos de diferentes classes sociais constituíam a rede que sustentava a Festa, irmanando-se em uma igualdade momentânea. Nessas doações, além de produtos para a festa, os devotos também ofereciam refeições (almoço, “merenda” e jantar) e o leito para o descanso das Caixeiras e do grupo que as acompanhavam, pois era uma honra receber e hospedá-las em casa, em companhia da Santa Crôa. D. Malá ainda ressalta que,

Era muito bonito quando o batuque chegava nesses lugares. E a gente também fazia muito colega. O santo ganhava e eu ganhava, porque era assim, né? A gente ganhava muita coisa também. Essa Caixeira, que é minha irmã, a Anica, botava tanto verso. Aí eles davam a joia do santo depois era o agrado das caixeiras. A gente ganhava assim... ganhava frango, pato, ganhava peixe da água doce, ganhava um monte de coisas assim, cuia, que antes a gente usava aquelas cuias pra tirar água pra banhar, farinha também era em cuia, hoje não.(D. Malá).

Como forma de agradecimento pela visita também, os devotos ofereciam agrados para essas senhoras, respeitando a importância de sua atividade e da incansável devoção, respeitando a dedicação das mesmas, que sempre foram tão dispostas, empenhando sua vida pessoal a serviço da festa, dos festeiros e, conseqüentemente, das práticas culturais da cidade de Alcântara. Os agrados demonstravam um sistema de trocas que acabava por favorecer sua vivência material e social, pois contribuía para o sustento das famílias dessas senhoras que não estavam trabalhando neste período.

As doações que eram feitas às Caixeiras eram bem recebidas por elas, esse bem contribuía para o sustento da família, já que elas não podiam “trabalhar” para auxiliar o sustento do lar durante o período de recolher os donativos para a Festa. Os ganhos eram de origem primária, bens vindos do plantio e da criação dos devotos. As doações realizadas para o Divino eram intocáveis até que a festa fosse finalizada. Para D. Anica, o estoque era grande o que possibilitava que não faltasse comida na casa de nenhum festeiro.

Os festeiros faziam casa no quintal e iam guardando, guardando, ficava mais alto que essa casa (apontando para o telhado da sua casa). Se tinha muita coisa, quando chegava perto mais da festa iam vendendo, pra poder comprar mais porco, galinha, pra fazer a festa e era tudo farto. (D. Anica).

---

<sup>91</sup> Entrevista de D. Marlene, concedida à autora no dia 24/01/2012.

O período que era considerado farto era proporcional para as Caixeiras e a Festa, lembrança que remete a uma parte da tradição que foi interrompida. As comunidades cresceram, Alcântara cresceu. Ir para a região de Beira de Campo não é mais vantajoso, “agora só quando algum festeiro, quando faz promessa que pede”. Esse percurso não é realizado da mesma maneira; o caminho, quando feito, é de caminhão, que leva e retorna com o grupo, enfraquecendo a relação de bater em todas as casas e assim o ganho é pouco. Era muito cansativo realizar esse trajeto, saindo de povoado em povoado, mas a recepção alegrava o coração dessas senhoras que continuavam a levar o barulho do Divino para as regiões mais afastadas. Pessoas que não tinham condição de ir até Alcântara no período da Festa, em virtude dos custos, e como agrado ao santo, acolhiam o grupo, pois era uma dádiva poder acolher o santo, abençoando seus lares pela Santa Crôa e dividir mesmo o pouco que possuíam com o mesmo. D. Mala acrescenta que, “Até hoje tem gente que ainda pede pro batuque ir. Eles gostam muito do batuque, lá por São Bento, Bacurituba. Eu tenho vontade de ir, mas num dá. Era uma festa quando a gente chegava nesses lugares todos<sup>92</sup>”. Mas a prática já foi extinta pelos novos festeiros, conforme D. Anica: “Eles estão mudando a tradição”.

Após o período de esmolar em Beira de Campo, as Caixeiras também eram convidadas a tocar em outros festejos, como São Benedito, Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora da Conceição. Nesse período as caixas ficam recolhidas na Casa do Divino, sendo autorizadas a continuar com o batuque no Domingo de Aleluia, quando retomavam o ato de esmolar. Momento em que se dedicavam a esmolar em Alcântara e em Beira de Costa<sup>93</sup>. As idas para Beira de Costa duravam aproximadamente um mês, eram mais fáceis, porém a reclamação de ausência de árvores, para lhes propiciar o abrigo do sol, durante a caminhada, permanece. A chegada do asfalto em algumas localidades é motivo de queixas, o que era pra facilitar, dificultou o trajeto.

Na Aleluia<sup>94</sup> já tirava a primeira jóia aqui em Alcântara, mês de abril que se chama Aleluia, então depois da Aleluia, sete dias se ia aqui Beira de Costa, é esses interiorzinho daqui, que a gente chama assim, pra tirar uns ovos, frango, porco, esses ovos que ganhava já ficava pra fazer o chocolate da festa, era muito interessante, muito engraçado. (D. Malá).

<sup>92</sup> Entrevista de D. Malá, concedida à autora no dia 25/01/2012.

<sup>93</sup> Beira de Costa é a região mais próxima de Alcântara, no litoral com municípios como: Mirititua, Perpital e Cajueiro.

<sup>94</sup> Aleluia é o termo utilizado para designar o sábado da que antecede a Páscoa, o sábado de Aleluia.



D. Anica confirma essa versão,

A primeira esmola aqui é depois de Aleluia, a gente sai na casa, nas rua, o batuque entra esmolando de casa em casa. E entra na casa dos mordomo e dos mordomo baixo, esmolando de casa em casa, casa em casa, pegando aquelas joinha pra poder interar, pra poder fazer a festa do divino. (D. Anica).

Para a Beira de Costa iam também grupos grandes, e os alimentos arrecadados também eram em grandes quantidades, sendo imprescindível a presença de “cargueiro, que se dão o nome, que carrega, que bota as coisa nos cofos e enfia num cacete e bota no ombro. Era muito engraçado!<sup>95</sup>” Esses cofos voltavam para Alcântara com os mais diversos produtos, tudo que pudesse ajudar na festa era doado pelos devotos, cocos, ovos, farinha, galinha, pato, peru, açúcar, óleo, qualquer contribuição era bem recebida pelos festeiros.

Tudo era do Santo, só que quando chegava, os mordomos dava, conforme o que tirava em dinheiro, dava um dinheiro pra gente, não era muito, mas pra comprar um sabão, comprar alguma coisa, pra lavar sua roupa. Lá em oito em oito dia a gente tinha um troco, pra comprar uma coisa, uma pomada pra cabelo, ou o que quisesse, cada um bandeira, Caixeira eles davam. (D. Malá).

Esse ganho é o referente às viagens, pois elas passavam muito tempo longe de suas casas e de suas coisas, não podiam carregar bagagens volumosas, pois atrapalharia o deslocamento. Por esse motivo recebiam um auxílio dos festeiros, segundo nos relatou D. Malá, “No período da festa, antigamente, a gente num ganhava dinheiro! Ganhava assim, os dois dias, é quinta você vai tirar joia aqui, então o que fazia eles iam conferir e tal. Então eles dava o que? Era como se fosse 10 reais, 15 reais, conforme fosse, pra gente”.

Mesmo que os festeiros arrecadassem uma quantia grande de dinheiro, as Caixeiras, bandeiras, carregadores, não se beneficiavam diretamente com ele. D. Anica é bem enfática ao negar qualquer beneficiamento: “Agora o dinheiro nós nunca recebeu, num vou mentir, nunca! Nunca, minha mãe também nunca recebeu.” Apesar de parecerem incomodadas com o fato de terceiros acharem que elas ganham dinheiro com a festividade, por outro lado se orgulham das divisões que eram realizadas com o que sobrava de comida da festa. O gasto dos festeiros para com a festa é grande, além das

---

<sup>95</sup> Entrevista de D. Marlene, concedida à autora no dia 09/01/2012.

refeições de almoço e jantar servidas diariamente em suas residências, têm que financiar a construção do altar e providenciar a vestimenta da Corte e das Caixeiras,

Eles dão os três vestidos, das três missas, e que o qual a gente veste mais disso. Dos que a gente já tem e que vai reservando. É muitos dias, você tem que chegar tomar banho, trocar de roupa, não é aquela coisa de passar o dia todinho com uma roupa, hum, huum, não mesmo! Cê tem que trocar, porque você chega suada, já pensou você passa o dia todinho na rua tirando joia, chega em casa você tem que tomar um banho e trocar, é aquela hora, mas que na hora de ir pra casa de mordomo já é outra roupa. Então no período da festa eles dão os três vestidos, das missas, e dão dois par de calçado. (D. Malá).

Esse ganho serve como auxílio para que as Caixeiras possam se apresentar bem à frente do cortejo. Durante todos os dias de festa elas o recebem como um agrado pelo serviço de acompanhamento ao Império e mordomos. Dando, assim, estrutura material para que elas possam se apresentar e representá-los. No período intenso de trabalho as Caixeiras têm suas refeições garantidas, nas casas dos festeiros, nas paradas de suas caminhadas.

Então durante a festa Caixeira tem o que quiser, pra comer, merendar, quem bebe, que eu num bebo mais. Eu deixei muito tempo, de beber e fumar, que eu fumava muito cigarro e deixei, por motivo de saúde. E quando é no dia que vai matar o boi da festa, no fim da semana de espírito santo, aí amanhecendo pra sábado eles matam o boi, então as caixeiras, bandeira, mestre sala, quem trabalha na casa da festa, tudo tem direito de ganhar carne. Aí, no fim da festa, que encerrou o que sobra eles divide um pouco pra cada. Não seria muito, pra ficar muito tempo comendo, porque é muita gente em cada uma casa e todo mundo ganha. (Malá).

O sentimento de partilha com o próximo é algo presente no cotidiano da festa. Esse sistema de divisão derivada do recolhimento das joias até o último dia de festividade, quando todos que trabalharam pela Festa, sejam doceiras, cozinheiras, Caixeiras, mestre salas têm, mesmo simbolicamente, uma recompensa por prestar assistência nos dias de Festa. As Caixeiras têm seu agrado garantido, representação da generosidade do santo, pois a festa foi tão farta que os menos favorecidos financeiramente merecem essa contribuição, sobretudo dos alimentos doados que não foram consumidos nos dias da festa. Esses ganhos representavam o carinho dos festeiros e dos demais devotos pelo trabalho exercido por essas senhoras.

A necessidade de se mostrar pertencentes ao universo do trabalho, como sendo uma exigência social, também é algo recorrente na fala dessas senhoras. Na

descrição de D. Malá e D. Anica a função de Caixeira não é reconhecida como “emprego”, sendo considerado trabalho o período que não estão cumprindo suas obrigações na Festa. Mas o tempo dedicado ao ofício de Caixeira não permitia que elas exercessem tais funções, diariamente como os demais trabalhadores da família.

D. Anica sempre trabalhou na lavoura, casada, mãe de 12 filhos, dedicava seus esforços ao plantio, mas não podia realizar a colheita, “cortar”, por não poder fazer muita força, “Eu trabalhava com lavoura, plantava mandioca, melancia, o milho, a macaxeira, a mandioca é farinha, essa que se faz, que se vende. Eu trabalhei foi muito, e ainda gosto de trabalhar. Eu não corto, mas eu planto<sup>96</sup>”. D. Anica quando engravidou do primeiro filho sofreu um acidente na lavoura, caiu e machucou sua perna e em consequência uma veia, que não pôde ser operada. “Desde quando embuchei do primeiro filho, que eu caí com um cofo de mandioca, na perna assim, que eu gritei<sup>97</sup>(simulando a posição da perna)”, pelo relato de D. Anica isso ocorreu quando ela tinha 19 anos, em 1948, esse machucado resultou em um processo de sangria na veia machucada, que ela denomina como “veia quebrada”. Em Alcântara não tinha hospital. Eles eram atendidos por médicos em um local denominado Escola Régia. Por recomendação médica ela não poderia fazer esforço, mas não poderia parar de andar, foi um ano que não pode acompanhar todo o trajeto com a caixa sobre os ombros, mas não abandonou o cortejo, quando chegava na casa dos festeiros ela pegava a caixa e soltava seus versos.

Quando começou como Caixeira, D. Marlene trabalhou por muitos anos como lavadeira, no período de adolescência dedicou algumas horas à lavoura, após alguns anos assumiu o ofício de “doméstica em casa de família”, trabalhando por aproximadamente 20 anos com um casal, vindos de São Paulo, que montou um hotel na cidade,

Na Festa eles deixava eu ir. E quando eles foram embora eu fiquei tomando conta ainda da casa deles. Eu fiquei lá, eles tiveram hotel, trabalhei muito com eles, uns vinte anos, mas eles não me tinham como uma empregada, era como uma amiga, uma colega. E quando chegaram aqui que me conheceram, eu quem arrumei empregada pros hotel deles. Essa casa que fica bem de lado da Igreja do Rosário? Que é da “Base”, essa casa foi vendida pra Base, era um hotel, aí eles foram embora.(D. Malá).

---

<sup>96</sup> Entrevista de D. Anica, concedida à autora no dia 25/01/2012.

<sup>97</sup> Entrevista de D. Anica, concedida à autora no dia 25/01/2012.

A relação de trabalho e a função de Caixeira de D. Malá era respeitada pelos patrões, que aceitavam sua condição como uma das condutoras, peça importante no período da Festa. O que chama atenção nesse relato é o fato dos seus antigos patrões serem de outro estado, adentrando em uma tradição diferente e aceitando as atividades particulares da cidade e da sua funcionária. A própria D. Malá se lembra deles com entusiasmo e um sorriso no rosto descrevendo essa relação de companheirismo com os mesmos.

A “base” a qual se refere nesse relato é a base de lançamento de foguetes, um termo utilizado na cidade de Alcântara para se designar o Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, projeto que foi implantado em 1980 pelo Ministério da Aeronáutica, com o objetivo de tornar a localidade uma base de lançamento de foguetes. No mesmo período houve desapropriações por utilidade pública de terras onde seriam instalados o centro de lançamento, com uma área de 52.000 hectares, responsável pela metade da área territorial de Alcântara<sup>98</sup>. Para facilitar a chegada da “base”, foram também compradas casas na parte urbana da cidade. Entre as casas adquiridas entre 1980 e 1986, se encontra a que D. Malá trabalhou, que em 23 de outubro de 2003 veio a se tornar o Museu do Centro de Lançamento. “Comecei a trabalhar com eles faz muito tempo, um pouco depois de começar como Caixeira<sup>99</sup>”. Levando em consideração esses dados, e sabendo que ela trabalhou por muitos anos em uma mesma residência, iniciando, aproximadamente sua atividade entre 1966-1970, percebemos que a relação de trabalho e amizade em que D. Malá se refere ocorreu até o início da década de 1980.

Sempre apreciadoras das festividades da cidade, essas senhoras eram participantes ativas não só da Festa do Divino, mas sempre que possível participavam também da festa de São Benedito, em rodas de tambor de crioula, onde “meu pai era tocador de tambor<sup>100</sup>”, e no período das comemorações juninas, com o Bumba-meu-boi. Sendo a primeira, uma dança, considerada uma manifestação afro-brasileira, tipicamente maranhense, com o caráter lúdico de entreter<sup>101</sup>. D. Malá lembra que,

---

<sup>98</sup> Almeida, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**/ Alfredo Wagner Berno de Almeida. – Brasília: MMA, 2006.

<sup>99</sup> Entrevista de D. Marlene, concedida à autora no dia 24/01/2012.

<sup>100</sup> Entrevista de D. Anica, concedida à autora 25/01/2012. Senhor Procópio, pai de D. Mala e D. Anica, era tocador de tambor na festa de São Benedito.

<sup>101</sup> FERRETTI, Sergio. **Repensando o sincretismo: estudo sobre a Casa das Minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; São Luís: FAPEMA, 1995.

A mãe da minha mãe ela era a que mais a gente tinha contato, foi a última vó da gente que morreu. Ela contava da festa, ela fazia festa de São Benedito, tocava tambor. É, a gente é tudo... A família tudo gosta de festa. Essa família é muito grande da gente. Uma das mais antigas, do começo de Alcântara. Agora de escravo, escravo na minha família não teve nenhum, não mesmo, de escravo mesmo não. Nós temos muita gente preta na família, como eu sou, mas também nós temos gente branca da parte da minha mãe, a minha vó mãe da minha mãe era assim. (D.Malá).

Um aspecto importante a salientar é que cidade de Alcântara apresenta os traços da miscigenação evidente, em grande parte de seus habitantes. Entretanto as Caixeiras descrevem com orgulho sua posição, a tradição da festa, a relação familiar forte, mas são enfáticas ao colocar que não existem resquícios da escravidão em seus laços familiares. D. Anica faz uso dessa observação para descrever que não fez parte desse passado da cidade “Só que eu não achei mais a escravatura, dos mais velhos não encontrei mais” em diversos momentos ela torna isso como algo fundamental para o diálogo, como quando lhe foi perguntado sobre a origem da festividade: “Quando eu me entendi, tô lhe dizendo, eu já encontrei, minha mãe que me ensinou. E não achei mais a escravatura<sup>102</sup>”. Sempre gesticulando com as mãos e balançando a cabeça, como sinônimo de negação a algo que fazia questão de relatar, porém não se sentia a vontade para continuar falando. Depois de alguns segundos em silêncio, em uma pausa com olhar distante, ela retornava à conversa em meio a uma gargalhada e continuava a descrever a Festa, a cidade ou sua vida como Caixeira.

D. Malá não fez uso tantas vezes desta afirmação, porém quando a fez também realizou de modo direto, seu afastamento a esse suposto passado escravo, narrando que vem de uma família antiga, onde a grande maioria é “preta”, momento esse que passava a mão sobre o braço e complementava “como eu sou” aparentando orgulho de suas raízes, ao mesmo tempo que se distanciava ao dizer que “mas também nós temos gente branca”.

### **2.3. A FARTURA**

A fartura é algo recorrente nessas conversas, uma descrição presente na fala dessas senhoras. Elas iam para “roça” (lavoura), criavam galinha, pato, porco e até

---

<sup>102</sup> Entrevista de D. Anica, concedida à autora no dia 25/01/2012.

gado. Mesmo pertencentes a famílias humildes, garantiam que a comida era sempre farta, tanto nos seus lares quanto na festa. Sobre isso D. Anica nos diz que,

No meu tempo tudo era fácil, o peixe a senhora consertava, anoitecia e amanhecia (fazendo gestos relacionados ao tamanho do peixe), com uma ruma de peixe consertando, a carne tava pendurada. Papai dizia assim, Paula, o nome da minha mãe era Paula Ferreira, papai dizia assim, Paula bota essa carne fora e vamo botar outra. Tinha o porco, tinha a galinha, bastante, hoje não se pode nem criar, porque a gente cria e o que não cria vem buscar. Era farto, era a carne, era o peixe, hoje como é que tá? Vai no mercado e diz assim, vou comprar um quilo de carne, quanto é fulano? Hoje é 10 amanhã já é 12, depois é 15. (D.Anica).

Não poder criar animais no quintal de casa, com receio de furtos, demonstra que a cidade cresceu, ocorrendo o crescimento da violência, e a progressiva monetarização da economia contribuiu para o fim de práticas coletivas ancestrais. D. Anica afirma que era mais fácil trocar produtos ou pedir emprestado para os vizinhos e compadres os alimentos de suas plantações, pois existia confiança. Os agrados recebidos enquanto recolhiam as jóias em beira de campo eram vantajosos, complementando as criações que já existiam em seus quintais,

As Caixeira ganhava uma galinha, um quilo de carne, tinha mais, ganhava mais. Ganhava galinha, farinha, tapioca, nós quando ia pra beira do campo nós ganhava. Nós ganhava fora a parte o agrado do Santo, chegava em casa criava, né? E comia. Hoje batuque não vai mais que ficou tudo escasso, ganhava pra Festa porco, farinha, galinha, arroz, tapioca, boi, hoje nos não vai mais. Cabou tudo, né? A fartura foi embora. (D. Anica).

A associação da fartura com a escassez pode ser relacionada ao fato do grupo não viajar mais e com a diminuição do número de devotos que valorizam a atividade dessas mulheres. Sair de suas casas por meses, deixando filhos pequenos, não ocupar o cargo que elas mencionam com orgulho na função de lavradora e doméstica, não é mais prazeroso e vantajoso. “Batuque não vai mais” porque o caminho é longo, os festeiros com a ajuda de custo do governo modificam parte da tradição da Festa, acreditando não ser mais tão vantajoso realizar essa atividade para colher os donativos dos devotos. Por outro lado, os recursos adquiridos cobrem as despesas mínimas da comemoração, pois são gastos elevados. A carne não é mais doada como outrora, os fazendeiros não se desfazem mais de suas cabeças de gado em favor do santo. O recurso é direcionado apenas às Festas, as Caixeiras assim não recebem mais os agrados dos devotos, agrado esse que elas não entendiam como forma de sustento familiar, mas

como um carinho dos que se sentiam bem com a visita. A escassez neste caso ocorre apenas na festa, pois a atividade no interior de seus lares permanece.

As Caixeiras esclarecem que realizavam durante a semana da Festa, de segunda a quinta feira a atividade de “*tirar joia*” pela cidade. A fartura também aparecia nesse momento,

A gente saia com o batuque pelas ruas e tirava era muita joia por aqui e todo mundo dava um agrado pro Divino. Aí a gente pedia licença e entrava nas casas com o batuque, com a bandeira e o Santo. Vinha a dona da casa, fazia o sinal da cruz e dava um cheirinho na bandeira, se abençoando e a gente ia em tudo que é parte da casa, com o Divino abençoando. Depois davam um agrado, colocava na bandeja, que a gente leva uma bandeja, coberta com um paninho branco. Ia lá e colocava um dinheiro, quem não tinha dava um quilo de arroz, de farinha, um macarrão, um tomate, o que pudesse ia dando pro Santo. Todo mundo dava!(D. Malá).

Sobre “*tirar joia*” na cidade D. Anica relembra que,

O batuque entrava esmolando de casa em casa. E entrava na casa com os mordomos baixo e vassalo, esmolando de casa em casa, casa em casa, pegando aquelas joinha pra poder interar, pra poder fazer a festa do divino. A gente ia com o Santo de casa em casa. Digamos assim, a dona festa coloca aquela toalha na bandeja pra ajudar o Santo. Aí, eles iam dando o que pode, 50 mireis, 10 mireis, 5, conforme pode dar, é um arroz, é um feijão, um açúcar, ovo pra fazer o chocolate, era uma dúzia, ou meia, conforme pudesse. Agora, é quem pode um real, 50 centavos, 10 centavos. Mas é diferente, agora o povo escuta o batuque vindo lá longe e fecha as portas e as janelas da casa, pro batuque não entrar, não querem. Chega dá uma tristeza! Tem acontecido muito com nos, tô lhe dizendo, eles olham lá no final da rua e já fecha a porta. Senhora, mesmo que eu não tenha joia pra dar pro santo eu não fecho a porta. Dizem que é porque tem muito crente, mentira, não querem é dar pro santo, mas tão tudo lá no dia da Festa. Não tem dois Deus só tem um e dizem que são crente, eu sou crente de Deus nossa Senhora, não sou protestante. E eles não querem acreditar no meu Divino Espírito Santo.(D. Anica).

As doações na cidade também ficaram escassas, uma atividade que elas ainda realizam, porém não tem a mesma fartura. O Santo presente na fala dessas senhoras é composto pelos símbolos do Espírito Santo representado pela Bandeira Vermelha com uma pomba desenhada ao centro e uma pequena Escultura Branca em formato de pombo feita de gesso ou madeira. Os moradores da cidade, mais antigos, respeitavam e davam o que podiam ao Santo, abrindo suas portas, deixando que as Caixeiras entrassem em seus lares, para que fossem abençoados, pois acreditavam no

poder do Divino. Os banquetes, encontrados nas casas dos festeiros, eram grandes, por isso as “joias” eram tão importantes para o bom desenvolvimento da festividade, que em nenhum momento podia faltar comida. Para os moradores um dos possíveis motivos dessa escassez é ocasionado pelo número de seguidores das igrejas evangélicas que com o passar dos anos, aumentou em Alcântara.

Fartura com a comida, fartura com o número de Caixeiras. Com a quantidade grande de Caixeiras o batuque podia ser ouvido de longe, pois para acompanhar o Imperador iam pelo menos três dessas senhoras. As demais quando estavam no intervalo de suas obrigações no batuque podiam ajudar com as atividades realizadas no interior da casa dos festeiros, mas não era uma obrigação.

Quando a gente tava assim, sem tá no batuque e tava lá na casa do festeiro, esperando para fazer alguma coisa da festa, a gente ia ajudando a arrumar as coisas, assim, pra passar o tempo, mas não era obrigado, como tinha muita caixeira era divertido a gente ia conversando, brincando, aí pegava e ia varrendo a casa, descascando um camarão, arrumando com o pessoal que tava lá ajudando na festa, que também era muita gente, pra na hora da festa tá tudo pronto. Agora tem pouca caixeira, não tem como ajudar porque é muito trabalho pra gente, é muito cansativo, tem mais rua pra andar e demora mais. Mas tem festeiro que não entende, que quer pra gente, assim, que a gente chegue cansada de esmolar e vá ajeitar as coisas, hum, hum, não vou mesmo. Nosso dever é fazer as obrigações da festa, é tocar nossa caixa e tirar os versos. E é muito cansativo, é muito sol, é chuva, e a gente não pára. (D. Malá).

Mudanças que parecem sutis, mas para as vidas dessas senhoras fazem toda a diferença. A dinâmica da festa, dado ao número reduzido de Caixeiras, também alterou as vivências dessas mulheres, que aproveitavam essas pausas entre as atividades para descansar e conversar com suas companheiras, era um momento delas. Era grande também o número de voluntários que saíam de suas casas para contribuir com a realização da festa. E, devagar, a fartura foi se transformando em escassez.

#### **2.4. É ASSIM QUE EU SINTO NO PEITO, AQUELE TOQUE CHAMANDO**

A vida como Caixeira não é das mais fáceis. Conviver ao longo dos anos com as mudanças que foram ocorrendo na cidade e na Festa também não. Mas algo



movimenta essas mulheres e lhes impulsiona a não desistir do batuque, faça chuva ou sol elas sempre estão ativas na comemoração,

Agora não tem mais caixeira, a caixeira mais velha que existe aqui sou eu, fora eu, tem minha irmã. Tem uma senhora por nome Dolores que começou a tocar com nós, mas agora só quer se for paga. Agora, pra esse ano os festeiros querem trazer duas novatas, que sabe ou que não sabe, traz pra acabar de ensinar, que veio aprender a tocar aqui, porque da cidade não vem, porque não sabem o toque daqui. Não acertam o toque daqui. O império não pode ficar sem caixeira, e o mordomo régio é a mesma coisa. E antes, quando saía todos os festeiros, eram tudo com batuque, porque tinha caixeira. Hoje não tem. Fosse Império, fosse mordomo régio, mordoma baixa, tudo era acompanhado com o batuque, tinha era muita caixeira, era uma coisa bonita, a senhora via, era só o batuque, não precisava música da cidade, só na procissão e umas visitas, mas hoje não, se não tiver os músicos de São Luís fica até esquisito, porque tem pouca caixeira. Enquanto força eu tiver e enquanto o Divino Espírito Santo me permitir, eu vou continuar sendo Caixeira!(D. Anica).

É inevitável a D. Anica recordar os tempos áureos da festividade, que para ela era composto pela disposição dos participantes, pela quantidade de Caixeiras e a vontade de celebrar, presente nos moradores de Alcântara. A lembrança das companheiras mais uma vez foi seguida pelo nome das que ela conheceu e conviveu. Com os olhos lacrimejando, com a voz firme, porém pausada, ela declara a força que ainda lhe resta para continuar. Sua devoção fala maior que qualquer sentimento de cansaço que seu corpo com 84 anos possa lhe apresentar. D. Malá compactua desse sentimento e relembra o que sentiu no ano que não pôde tocar,

As pessoas querem preparar os filhos para o trono fazendo disputa, um querendo ser mais bonito que o outro. Aí ficam fofocando que fulano tá bonito ou tá feio. A Festa do Divino não é isso. Pra quem conhece e vive a Festa do Divino, ela é, como se diz... É inexplicável. É bonita. Toca a gente. A gente escuta o batuque que chama a gente, pra acompanhar. É assim que eu sinto no peito, aquele toque chamando. Teve um ano eu fiquei muito doente e não pude cantar. Eu tava assim com uns 39 anos ou 40. Aí o batuque chegou e eu não pude ir. Aí eu comecei a chorar, peguei a coroa que tava com elas, abracei, me benzi. Na época eu não podia, era tipo uma asma, o médico disse que era um problema de respiração sério, nos brônquios. De lá pra cá pra onde eu vou tenho que levar remédio. Aí eu chorava, porque aquilo toca, dói muito do batuque chegar em casa e você não poder ir, não poder tocar também. Eu ia só ver, não podia pegar a caixa e tirar os versos, ficava muito cansada. Foi doído, a gente sente no peito por tá lá e não participar como é nossa obrigação. Sou Caixeira, sou da cultura. Só quem é Caixeira é que sabe. (D.Malá).

A Festa do Divino não é um desfile ou um concurso de quem aparece mais bonito ou com mais dinheiro, para essas senhoras é muito mais que um cortejo pelas ruas de Alcântara, é parte de suas vidas. A dor em não poder participar por um ano, na trajetória de D. Malá ficou marcado, ela ainda recorda esse momento que aconteceu a quase trinta anos com tristeza e um olhar distante, como ainda sendo algo que lhe causasse dor no presente. Para ela assumir esse posto requer responsabilidade e dedicação, tendo-o como uma obrigação que deve ser seguida todos os anos. Diante desta recordação, foi inevitável indagar a D. Malá o porquê do termo “sou da cultura”, e ela respondeu,

Por quê? Porque a gente é da festa, pode ter o que for mais eu não deixo minhas obrigação como Caixeira pra ir. Primeiro minhas obrigação, sempre fui assim, é na Festa do Divino, é no Bumba-meu-boi que eu participo, é no Tambor de Crioula, primeiro eu faço o que tenho que fazer, depois eu brinco com as minhas colegas. (D. Malá).

Carlo Ginzburg nós revela que, “Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 1987, p.27). Podemos também entender a cultura como uma teia de significados tecida pelo próprio homem (GEERTZ, 1989, 15). Para D. Malá é uma identidade enraizada desde sua idade mais tenra. A atividade que essas senhoras exercem, aprenderam com os seus antepassados, uma herança carregada por símbolos, devoção e trabalho, que não deve ser abandonada, independente das circunstâncias. É pensando nas circunstâncias vividas por essas mulheres, que o terceiro capítulo apresenta as modificações sofridas na cidade e na festa e como esse elementos contribuíram para a modificação do sentimento dos demais referentes à participação na mesma.

### CAPÍTULO III

## TURISMO, FINANCIAMENTO E MUDANÇAS NA CIDADE

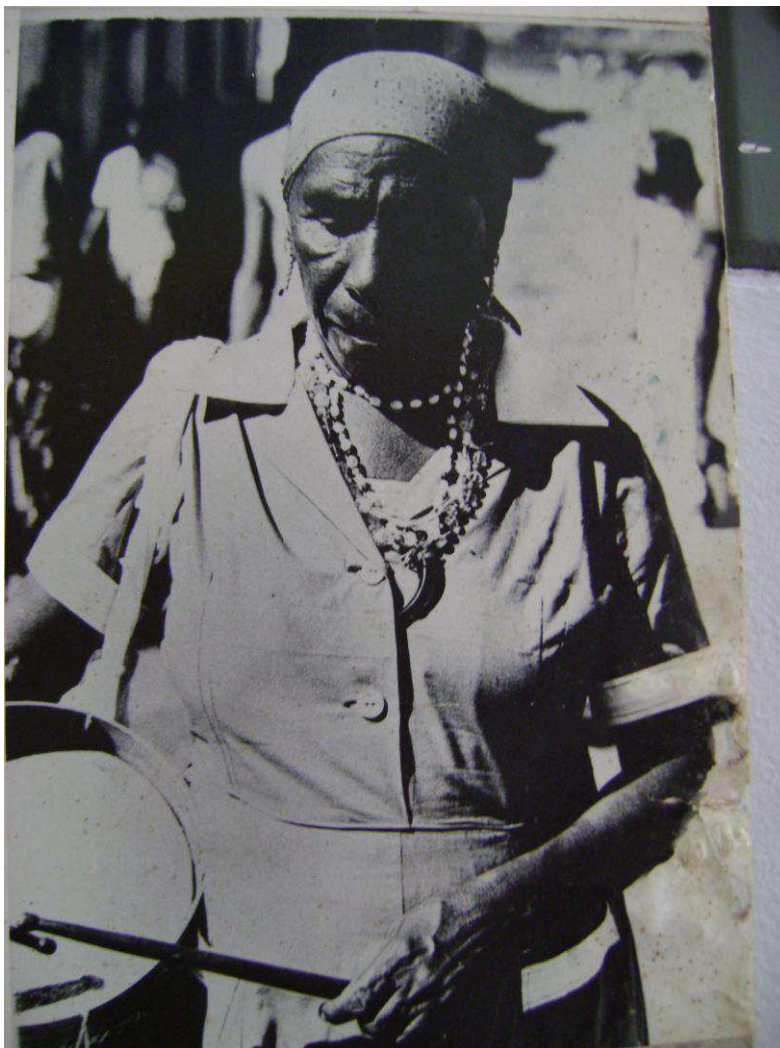


Foto nº3: Caixeira, 1977. Fotografia de Raimundo Borges. Acervo do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão

### CAPITULO III – TURISMO, FINANCIAMENTO E MUDANÇAS NA CIDADE.

Alcântara, a bem dizer, encerra escasso interêsse turístico, apesar de ter sido considerada cidade-monumento. Afora uns sobrados magníficos, de soberbo azulejo português, o que tem de bom são uns ares saudáveis e uns camarões deliciosos. É uma cidade abandonada, melancólica, vivendo do passado, cercada de ruínas magestosas(sic) de um tempo de prosperidade e de glória. Tudo ali ressumbra a coisas mortas e os próprios habitantes, apáticos, um ar de tristeza colado aos rostos envelhecidos, parecem comparsas de um drama terrível. Vivem da pesca ou do arrastamento do camarão e muitos trabalham nas salinas, manchando a brancura do sal de silhuetas negras e bronzeadas.

Domingos Vieira Filho<sup>103</sup>.

A Festa do Divino Espírito Santo de Alcântara teve uma grande história, só que aparentemente não foi dada a ela sua devida importância. Até agora os dados apresentados e analisados, principalmente a partir dos relatos de memória oral, referem-se à segunda metade do século XX, correspondendo aos anos de 1950 a 1970, período em que as Caixeiras, entrevistadas neste trabalho, adentraram efetivamente no corpo da comemoração e onde aos poucos a cidade passou a se modernizar. Uma modernização que não foi gerada pela chegada de asfalto ou transformações urbanísticas estruturais, mas sim pelas mudanças relacionadas a uma cidade em ruínas, quase adormecida, que aos poucos obteve atenção, principalmente atenção dos grandes órgãos estaduais.

A Alcântara majestosa do século XIX já não era vista por seus visitantes com o mesmo carisma e apreço. Envolvida por casarios antigos, trazendo em seu contexto um grande passado, possuía, em 1954, “ares decadentes no rosto de seus habitantes”, segundo Domingos Vieira Filho. Ao se tornar Cidade Monumento, em 1948, a localidade se encheu de ânimo, porém a situação não viria a mudar nos anos seguintes. Os turistas que lá visitavam não encontravam restaurantes e hospedarias à disposição. Mas por outro lado tinham o carisma e a atenção de seus moradores. Os anos se passam, e lentamente, aquela cidade, quase adormecida, começou a receber atenção dos governantes.

Por essa razão, neste capítulo buscaremos problematizar as modificações existentes no cenário urbano constituído em Alcântara e como esses fatores podem ter

---

<sup>103</sup>VIEIRA FILHO, 1954. op.cit., p.39

afetado diretamente na dinâmica já existente de funcionamento da festa. Para tanto, dividimos este capítulo da seguinte forma: na primeira parte, mostraremos as mudanças ocorridas na cidade e na festa, a partir do financiamento, visando entre outros fatores o acesso turístico, refletindo sobre seus impactos na vida dos participantes. Na segunda parte, nosso intuito é perceber os fatores que causaram desinteresse dos parentes mais próximos de D.Anica e D. Malá com a atividade de ser Caixeira, refletindo sobre os impactos das transformações ocorridas na cidade com esse desinteresse.

### 3.1. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O ano de 1948 foi o início das mudanças que viriam a ocorrer na cidade de Alcântara, pois foi neste período em que a localidade foi agraciada pelo IPHAN<sup>104</sup>- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o título de Cidade Monumento. O IPHAN, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, que tem como missão promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do País. Da criação do Instituto ao título recebido pela cidade de Alcântara é perceptível uma concepção de patrimônio reforçada num passado heróico e fatos referentes apenas a uma das raças formadoras de nossa cultura, haja vista que nesse processo de preservação foram privilegiadas, as construções religiosas, as residências senhoriais, o pelouro e os palácios que não tiveram suas construções concluídas, reflexos de um poder centralizado, onde as mãos que trabalharam para a elevação desses edificações foram esquecidas.

---

<sup>104</sup> O instituto foi criado no governo de Getúlio Vargas. Que em reflexo à preocupação com o patrimônio cultural brasileiro, em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, solicitou a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para a salvaguarda desses bens. Nesse projeto Mário criava o SPAN- Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, definindo patrimônio como todas as obras de arte ou arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organizações sociais, e a particulares nacionais e estrangeiras, residentes no Brasil. Gustavo Capanema acrescentou o termo “histórico”, passado a se chamar SPHAN, considerando patrimônio o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja a conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnocêntrico, bibliográfico ou artístico. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a direção do SPHAN. O IPHAN, com base na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, está até hoje vinculado ao Ministério da Cultura.

Por outro lado, são compreensíveis as razões que levaram ao tombamento dessas construções, pois o órgão objetivava principalmente, ao tombar monumentos arquitetônicos, salvaguardar os mesmos do processo de modernização constituído na maioria das cidades brasileiras, que cada vez mais queriam se aproximar dos grandes centros urbanos e também das especulações imobiliárias, que por se tratar de imóveis antigos reduziam o preço dessas edificações, que depois de vendidas eram derrubadas. Reflexo do desinteresse tanto das administrações municipais como dos proprietários dos imóveis.

A política preservacionista dos bens culturais, relacionadas à parte arquitetônica fora denominada de “pedra e cal”, muito forte em todo território nacional, se fazendo presente nas relações estabelecidas pelo poder público no Brasil. Trabalhando com a lógica de patrimônio, que necessita se monumentalizar para ter respaldo e ser valorizado, Alcântara se favoreceu lentamente do termo que lhe fora concedido. Rodrigo Melo Franco de Andrade foi diretor até 1967, passando a administração a Renato Soeiro, que fortaleceu a política de tombamentos, mapeando e classificando vários prédios pertencentes à cidade de Alcântara como pertencentes aos conjuntos arquitetônicos desapropriados pela instituição. Nesse momento temos o florescimento da exploração do turismo, já no final da década de 1960.

O desenvolvimento turístico no Estado Maranhão se deu a partir de 1962, com a criação do Departamento de Turismo e Promoção do Estado, órgão esse responsável pela realização de concursos de manifestações culturais, instituição essa que passou a ser administrada em 1968 pelo Fundo de Investimento do Turismo-FURINTUR, fundado no mesmo ano, durante o mandato do governador José Sarney (1966-1971), com o apoio da recém criada EMBRATUR<sup>105</sup> - Empresa Brasileira de Turismo. Com a criação da EMBRATUR, verifica-se que, no âmbito nacional, estavam sendo formuladas as políticas cultural e do patrimônio voltadas para o desenvolvimento do mercado turístico, que mesmo levando em conta questões culturais, enveredou pelos mesmos padrões estabelecidos pelo IPHAN, referentes à preservação do patrimônio, apoiou o turismo como resposta ao rápido e desenfreado crescimento das cidades.

---

<sup>105</sup> A EMBRATUR foi criada em 18 de novembro de 1966, no governo de Castelo Branco com o intuito de desenvolver e regulamentar a atividade turística no Brasil. [http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/missao/index.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/missao/index.html). Acessado em 05/01/2013 às 23h.

A instituição FURINTUR, ficou responsável, até 1973, pela catalogação de manifestações culturais, repasse financeiro para as consideradas com mais destaque no estado, como é o caso do bumba-meu-boi e das escolas de samba de São Luís, assim como pelo registro fotográfico das mesmas em diversas cidades do interior do estado, entre elas a cidade de Alcântara.

Esse apoio financeiro veio a se estabelecer principalmente após a FURINTUR passar a ser comandada pelo recém-criado Departamento de Turismo. Departamento este que durante o governo de Osvaldo da Costa Nunes Freire (1975-1979) passou a se chamar MARATUR<sup>106</sup> - Empresa Maranhense de Turismo, em 1976. As manifestações culturais que já recebiam apoio continuaram com a implantação da instituição, e outras como a Festa do Divino de Alcântara começaram aos poucos a receber o mesmo subsídio, com o intuito de transformar a cidade em ponto turístico, no estado, tomando como exemplo alguns estados do nordeste, que começaram a investir nessa área com determinado sucesso.

Outra mudança que veio a fazer parte da vida dos alcantarenses, foi a criação do Museu de Alcântara<sup>107</sup>, sob a lei 3.899, de 20 de outubro de 1977, com apoio da EMBRATUR e MARATUR, o sobrado revestido de azulejos, possuía em seu acervo: Mobiliários, louças, objetos de adornos, ourivesaria e artes sacras<sup>108</sup>, objetos típicos das casas do Império do Estado. Sendo inaugurado em 28 de outubro de 1978, como um órgão pertencente à Secretaria do Estado do Maranhão-SECMA. Apesar de ter passado um ano, até sua cerimônia de inauguração, o processo de revitalização de toda a estrutura física do prédio levou dois anos para ser concluído. Sendo reaberto oficialmente um ano depois. A abertura do museu propiciou um pequeno resgate da cidade, com objetos que ainda faziam parte de algumas casas da localidade.

A mudanças ocasionadas a partir de Alcântara ter recebido o título em 1948, trazem a tona o “lugar da memória” sugerido por Pierre Nora<sup>109</sup>, por se tratar de um

---

<sup>106</sup> A MARATUR em 2000 foi transformada em Sub-gerência Estadual de Turismo, em 2003 foi denominada Agência de Desenvolvimento do Turismo –ADETUR, que em 2004, viria a se chamar Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo-SEEDATUR.

<sup>107</sup> [http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sede/index.php?page=noticia\\_extend&loc=sede&id=437](http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sede/index.php?page=noticia_extend&loc=sede&id=437).

<sup>108</sup> As imagens sacras pertencentes ao acervo tem como destaque os exemplares de imagens de santos elaboradas no Maranhão, nos séculos XVII e XIX, em tamanho médio e natural, e uma coleção de cabeças de imagens esculpidas em madeira.

<sup>109</sup> NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista Projeto História – História e Cultura, PUC/ SP, v. 10, 1998.p. 7-29.

conceito que faz análise das aproximações e distanciamentos existentes entre a memória histórica e a memória coletiva, visto que permite a articulação entre as práticas, os agentes, os conteúdos da memória e seus referenciais. Em sua análise, Nora nos diz que, a memória surge de um grupo social por ela unificada, partindo do argumento que, é esse grupo que define o que é memorável e como isso será lembrado. E são os indivíduos que se identificam com os acontecimentos públicos que são importantes para esse grupo. Assim, a monumentalização da cidade e a criação de museus, serve como aparato para garantir a transmissão e fixação de lembranças, que carregam simbolismos diversos, dado ao fato que caracterizam acontecimento e/ou experiências vividas por esses grupos, ainda que muitos dos que lá estão não tenham participado diretamente de tais eventos.

O processo de desenvolvimento turístico não cessou ali, com a abertura de um museu. No ano de 1986, outro imóvel e todo o mobiliário pertencente a ele (pratarias, vidraria de farmácia, peças de vestuário, bonecas, louças e demais objetos, de valor histórico existentes) foram desapropriados pelo Governo Federal, sob o decreto nº 93.656 de 05 de dezembro com a finalidade de instalar uma Casa de Época<sup>110</sup>. Entretanto, a abertura desse prédio foi tardia, pois em 1987, a guarda do imóvel foi transferida ao IPHAN, que só após diversas obras intervencionistas, com a preocupação de recuperar e adaptar a casa como um museu, inaugurou o Museu Casa de Alcântara em junho de 2004, dezoito anos após seu início.

Este elementos que foram retirados da vida cotidiana da cidade, principalmente das famílias nobres, foram descartados do convívio diário para compor o museu, transformando-se em indícios<sup>111</sup> de um outro tempo e de um outro espaço. As localizações escolhidas para a implementação dos museus são espaços privilegiados tanto na memória da cidade, quanto da população local. Pois a praça de São Mathias

---

<sup>110</sup> A casa desapropriada pertencia ao Barão de São Bento e foi vendida com parte de sua mobília, em 1889, à família Guimarães, a mesma ao qual pertence Sr. Heidimar, morador entrevistado nesta pesquisa. No imóvel funcionava, na parte térrea, uma botica, uma loja de tecidos, armarinho e também eram comercializados produtos de gêneros alimentícios, agrícolas e utilitários domésticos. O pai de Sr. Heidimar, Sr. Antonino da Silva Guimarães veio a falecer em 1947 e logo em seguida o comércio foi desativado. Sendo desapropriado em 1986, quando o Sr. Heidimar se encontrava como único morador.

<sup>111</sup> Sobre isso ver :GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. O IPHAN aqui, utilizou os “indícios” da história dessa localidade com o intuito de organizar uma forma prática de demonstrar a seus visitantes a importância e contribuição desta cidade para a região. A própria localização dos prédios são indícios das estratégias adotadas pela elite local, provavelmente para estabelecer relações de poder e sociabilidade dentro da localidade.



que fica em frente aos mesmos possui valor simbólico, associado às mais diversas manifestações ocorridas na cidade, assim como a representação de um lugar que outrora fora pela elite alcantareense considerado um lugar de referência e status de poder.

Durante este período outras obras foram surgindo na cidade, que após a chegada da eletricidade em 1988, teve em suas ruas a instalação de postes de iluminação pública que com a fiação espalhada sobre o céu da localidade veio a descaracterizar a antiga Alcântara. Em 1989 iniciou-se um novo projeto de troca dos postes para a colocação de luminárias, com fiação subterrânea, que imitavam as antigas luminárias a gás da cidade. Devolvendo a Alcântara, parte do seu antigo cenário. Para Ulpiano Bezerra de Meneses, independente de seu conteúdo histórico específico, “a cidade é artefato, é campo de forças e é imagem<sup>112</sup>”. O fato de salvaguardar esse cenário, congelando essa imagem é como construir um campo de força sobre ela, pensando-a sempre como a lembrança e/ou herança de um passado.

Em março de 1983, a cidade recebeu um novo projeto que fora iniciado em 1980, pois Alcântara foi escolhida pela Força Aérea Brasileira para a implementação do NUCLA- Núcleo do Centro de Lançamento de Alcântara<sup>113</sup>. A área escolhida para este processo necessitava de um afastamento seguro para a população de Alcântara, deste modo, várias famílias foram remanejadas de suas casas e transferidas para sete agrovilas<sup>114</sup> criadas exclusivamente para elas. A localidade foi escolhida por possuir uma boa localização, que facilitaria o lançamento de foguetes, contribuindo inclusive para economia de combustível e por possuir uma extensa área ainda não habitada.

O NUCLA foi criado estrategicamente para dar continuidade ao projeto de expansão do centro de lançamento criado em Natal, no Rio Grande do Norte, que funciona desde 1965, com o Centro de Lançamento Barreira do Inferno, responsável pelo lançamento de foguetes de pequeno e médio porte. Os arredores do Centro de Lançamento de Natal estavam comprometidos com o progresso do número de habitações, impossibilitando a sua ampliação. O Centro de Lançamento criado no

---

<sup>112</sup> MENESES, Ulpiano T. B. de. **O patrimônio cultural entre o público e o privado**. Anais do Congresso Patrimônio Histórico e Cidadania, São Paulo, p.189-194, 1992.

<sup>113</sup> CHAIRY, A.C.C. **Alcântara vai para o espaço. A dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara**. São Luís: UFMA-PROIN-CS, 2000.

<sup>114</sup>A desapropriação de terras e transferência dos moradores da região causaram desconforto principalmente aos habitantes de áreas remanescentes de quilombos, a esse respeito ver: Almeida, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, 2006.

Maranhão iniciou oficialmente suas atividades em 1989, com a realização dos primeiros testes de lançamento de foguetes. Durante todo esse período a cidade foi tomada pela curiosidade tanto de seus moradores, quanto de seus visitantes. A ideia de um progresso estruturado a 14km do centro histórico de Alcântara, deu novo ânimo aos que lá habitavam, que vislumbraram novas condições de emprego e desenvolvimento para a cidade.

### 3.2. MODIFICAÇÕES FINANCEIRAS

A cidade era vista como um espaço pequeno, onde era possível conhecer a todos e confiar na maioria como uma relação de amizade. A maioria das pessoas vivia em áreas rurais o que facilitava também a criação de animais com mais tranquilidade. Segundo dados da Enciclopédia dos Municípios de 1955,

Na sede municipal há 4 estabelecimentos atacadistas, 13 varejistas e 6 de prestação de serviços, o comércio daqui mantém relações exclusivamente com a capital do Estado, importando café, açúcar, sabão, manteiga, querosene, produtos farmacêuticos, louças, ferragens, artigos de armarinho, etc.

Os produtos de origem secundária eram fornecidos da capital São Luís. Pela descrição da quantidade de estabelecimentos, é possível notar que a base de produção da cidade era a agricultura e a pesca<sup>115</sup>. Para quem plantava e pescava era mais fácil encontrar esses produtos dentro de casa, como é o caso das Caixeiras, que iam para a lavoura auxiliar o pai e o marido, no caso de D. Anica, no sustento do lar. E além da carne oriunda da criação de quintal, eles possuíam a pesca.

Produto	Unidade	Volume	Valor da produção Cr\$(1 000)
Arroz em casca	Saco de 60Kg	17 000	2 040
Feijão	Saco de 60Kg	1 500	450
Mandioca-brava	Tonelada	14 000	3 500
Melancia	Fruto	125 000	375
Milho	Saco de 60kg	13 000	1 950
Banana	Cacho	390 000	2 340

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros<sup>116</sup>

<sup>115</sup> Segundo dados do IBGE, em 1950 o município contava com 14.820 habitantes, onde a Vila de São João Cortes, distrito de Alcântara, contava com 550, sendo que deste total 12. 817 habitavam na zona rural, ou seja, 86% da população habitava em meio rural.

<sup>116</sup> Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Op.cit.,p.31-46.

Essa produção familiar nos lares alcantarenses contribuía para a fartura nas mesas da Festa do Divino, principalmente a farinha seca e a farinha d'água, ambas produzidas à base de mandioca. A farinha era produzida em pequenos fornos espalhados no interior do município, o que reforçava a renda do mesmo junto com a produção de carvão vegetal e sal marinho e facilitava a devoção de seus devotos que entregavam cofos cheios de farinha para enriquecer as mesas da comemoração.

Até então a Festa contava, exclusivamente, com o trabalho dos seus devotos, “Na época não tinha essa ajuda do governo, Alcântara era pequena, a festa era maior, era só duas ruas maior, entrava numa casa e saía na outra. Então ficou mais puxado porque Alcântara aumentou<sup>117</sup>”. A cidade tinha poucos recursos, poucas escolas e hospitais, não possuía eletricidade, mas não diminuía a grandeza do evento. A “ajuda do governo” mencionada por D. Malá e reforçada por D. Anica, no princípio, era baseada em mantimentos como arroz e feijão, elementos de origem primária que contribuía para os banquetes oferecidos em todos os dias de comemoração. Aos poucos esse recurso foi aumentando, e no início da década de 1980 se tornou o principal patrocinador do evento.

Segundo o levantamento econômico apresentado por Pedro de Braga dos Santos<sup>118</sup>, em 1980 a Festividade que contava com uma média de 10 festeiros, gastava aproximadamente Cr\$78.000,00. A partir da subvenção da MARATUR, a distribuição se apresentou da seguinte forma, em cruzeiros, moeda corrente na época: O Imperador ou Imperatriz 8.000,00, Mordomo(a) Régio(a) 6.000,00, cada Mordomo-Baixo 6.000,00, sendo 8 pessoas nessa categoria. Junto a esse montante, cada festeiro acrescentava a receita arrecadada na cidade e localidades vizinhas, resultante de donativos de familiares e devotos que contribuía para o embelezamento a continuidade da comemoração, que não recebiam apenas mantimentos, mas também dinheiro. Em média, com essas doações ao Santo, os festeiros arrecadavam os seguintes valores em espécie: O Imperador ou Imperatriz 4.000,00, Mordomo(a) Régio(a) 2.000,00, cada Mordomo-Baixo 1.500,00, sendo 8 pessoas nessa categoria.

A receita de donativos, mais o valor da subvenção da MARATUR totalizavam oitenta mil cruzeiros, mais do que o arrecadado só pelos festeiros, que

---

<sup>117</sup> Entrevista de D. Malá, concedida à autora no dia 24/01/2012.

<sup>118</sup> A esse respeito ver: SANTOS, Pedro Braga dos. **Alcântara- a sociologia da festa do divino**. São Luís, FIPES, 1980. p. 30-32.

recebiam as doações, principalmente em forma de alimento. Esse repasse anual contribuiu para algumas transformações no cotidiano da festividade, ocasionado o abandono da prática de “*esmolar*” nas localidades circunvizinhas à Alcântara. As Caixeiras passaram a realizar esse percurso apenas quando solicitadas por algum pagador de promessa. Outro fator é o crescimento contemporâneo da cidade que parece também alterar o cotidiano da Festa. As atividades não eram tão cansativas, apesar de em alguns anos terem no reinado mais de 15 festeiros, a cidade possuía uma quantidade menor de ruas e de habitantes, assim o trajeto não era tão demorado e cansativo.

A quantidade de produtos arrecadados pelos festeiros era grande, o que possibilitava a festa ser mantida nos padrões econômicos da cidade, condizente com o seu contingente populacional. Porém, após as mudanças ocorridas na cidade, com o objetivo de atrair turistas para a localidade, essa realidade se modificou, sendo necessário, no primeiro momento, a doação de alimentos para complementar o que normalmente era arrecadado para o evento. Esse investimento turístico foi aumentando gradativamente, até ser o principal responsável pela manutenção da celebração.

A MARATUR, responsável pelo repasse financeiro, passou a subsidiar anualmente a festa, o que acabou por institucionalizá-la, visto que algumas práticas foram excluídas, interferindo, diretamente, na tradição já existente. Esmolar não pareceu mais necessário para os festeiros, que começaram a comprar dos produtos considerados comuns para o preparo dos banquetes como arroz, feijão e farinha, ao boi, que sempre era recebido por meio de doações. A atividade das Caixeiras, assim como seus ganhos, foram minimizados. Apesar dessas alterações, as Caixeiras e os festeiros mais antigos não pararam de medir esforços para manter a autenticidade da celebração.

A chegada de uma nova fonte de financiamento para a Festa, gerou impactos na estrutura de funcionamento, passando de uma comemoração de moradores, para uma comemoração a ser apreciada por visitantes. No primeiro capítulo é possível localizar uma queixa do Sr. Raul, onde o mesmo afirma que “não é mais como antes, que as pessoas vão de bermuda, não agradam mais ao Santo”. Fatores motivados, talvez, pela falta de conhecimento de seus visitantes. Que por virem de vários lugares não têm domínio do que irá acontecer em cada etapa do ritual. Para D. Anica, a Festa “era maior e mais bonita”.

Em Alcântara, consoante se verifica todos os anos, está se realizando a Festa do Divino Espírito Santo. Aliás, na cidade relíquia, é onde a homenagem popular ao Espírito da Luz alcança a maior animação, deslocando-se para a Tapuitapera, nos principais dias da festa, grande número de pessoas desta capital, e de vários outros municípios.

Os festejos do Divino Espírito Santo, este ano, estão transcorrendo em meio a grande vibração tendo sido organizados vários cortejos, que com o batuque característico e seus cânticos próprios estão enchendo de grande animação as ruas da cidade-reliquia<sup>119</sup>.

Textos de impacto encontrados anualmente nos anúncios de jornal. O modo como a cidade é exaltada, cidade relíquia, é umas das formas de enaltecê-la, tornando-a atrativa aos seus visitantes. Assim como a valorização do batuque, lá presente com as Caixeiras, mesmo não falando explicitamente delas e os cortejos diários, elementos esses que constroem a festividade ano após ano. A cidade aqui revelada não apresenta ao visitante sua estrutura física, não revelando o que Alcântara tem, além da comemoração do Divino, a oferecer. É sabido que neste período hospedarias e restaurantes ainda inexistiam na região, deixando os que lá visitavam nas casas de pessoas hospitaleiras.

Essas publicações trouxeram os olhares curiosos à cidade, e junto com eles um comportamento muito criticado pelas Caixeiras e participantes locais antigos,

Senhora, isso aqui tá mudado, é bonito, mas não é mais como antes. Era uma festa que começava e terminava tranquila, tá vendo? Tudo era ganhado, aí as coisas foram ficando mais difícil, e o que o povo ajudava já não dava mais. Aí veio essa ajuda, que eles dizem que ficou melhor. Antes o cortejo era só com o licor e a xixibira, agora eles inventam que tem que ter outra bebida, é cerveja e essas outras aí, eles querem é beber, não é seguir o Divino, não. (D. Anica).

Seu Raul compactua com a versão de D. Anica,

A festa sempre teve licor, cachaça, xixibira, mas agora eles colocam vinho e cerveja. É muita gente, tem uns jovens que só querem ir pra beber. Ai veio a cerveja, que antes não tinha. Tá tirando a tradição, que o pessoal tá se envolvendo muito na bebida. Antes era o licor e chocolate, essa que é a festa de Alcântara. A festa cresceu, a cidade cresceu também, porque antes eram menos rua. Mas dentro da casa das festas tem que ter a tradição da festa ... E eles tão deixando o povo

---

<sup>119</sup> Matéria publicada no Jornal O Imparcial, maio de 1965, Sob o título: Festa do Divino em Alcântara. É possível encontrar, todos os anos, notas em jornais, avisando aos devotos, turistas e curiosos o começo da festividade, junto com o horário que saiam as embarcações, para facilitar o planejamento dos visitantes à cidade de Alcântara.

entrar. O povo quer entrar de qualquer jeito, entra de bermuda, mulher de roupa, como é que é? Decotada. É assim que eles vem.(Sr. Raul).

A falta de respeito é o motivo apresentado por D. Malá,

No meu haver, as pessoas que vem de fora, os turista acham bonita essa festa daqui. É que a cidade da gente mesmo é que... as pessoas que vem de fora dão mais valor à cidade do que os daqui. É o que eu venho vendo, isso e esse bando de reggae, isso tá acabando com a festa. Eles não respeitam. Até os turistas reclamam isso. Várias pessoas que eu conheço que vem de fora, todo ano reclamam disso. Começou a ter esse reggae e a juventude não acompanha mais a festa, não vai na igreja, assistir a missa(com a testa franzida, reclamando da atitude), quando vai é com uma roupinha bem aqui, entendeu? (mostrando com as mãos no meio da perna, o provável tamanho das roupas utilizadas) Não tem aquela tradição de como era antigamente, como era a gente, de respeitar, pelo menos a igreja. Então... enfim, aí vem uma passeata ali da igreja e passa carro e moto pra lá e pra cá, eles veem e não param. Passam no meio, não respeito. O reggae tá tocando e eles não param. Se a gente reclama eles dizem que são eles que pagam. Eles não respeitam mais. Já teve vez que eu sai do cortejo e fui lá mandar parar pra gente poder passar. Isso tá acabando com a festa. (D. Malá).

A tentativa de modificar a festa conhecida por D. Anica, D. Malá e Sr. Raul causa insatisfação aos mais antigos. As mudanças foram aceitas aos poucos, o que para eles incentivou o desrespeito dos moradores para com os costumes já existentes. Quando os entrevistados conheceram a festa as regras eram mais rígidas, e mesmo sob reclamações os que dela participavam aceitavam as condições. O fato de ceder a esse comportamento moderno de roupas mais curtas, cerveja, o reggae nas ruas, causa constrangimento aqueles que conheceram a comemoração quando a cidade era menos conhecida.

### **3.3. A FESTA É BONITA, MAS NÃO QUERO SER CAIXEIRA!**

É muito trabalho e só tendo muita vontade e gosto pra participar nessa festa, seja como Caixeiras, como festeiro. Essa Festa sem os músicos ela passa, agora sem as Caixeira não (balançando a cabeça). Porque ela é com as Caixeiras, tem que ter esse batuque. (D. Malá).

Elas sabem da importância que tem para o evento, ao balançar a cabeça como sinônimo de negação. Como Caixeira- mor D. Malá impõe sua identidade, cargo que também já foi ocupado por sua irmã; que ao recordar esses eventos demonstra a importância da função de Caixeiras. Incorpora também nesse relato o trabalho realizado,

são muitos dias de Festa e as Caixeiras sempre estão presentes, é imprescindível sua participação. Mesmo com as mudanças que surgiram ao longo desse período, essas mulheres não abandonaram seus cargos, sua devoção, sua função, exatamente por terem consciência de sua importância para o funcionamento da Festa. Desde que elas tiveram, ainda pequenas, consciência do evento, sabem que sem Caixeiras a festa não acontece.

Mesmo tendo uma herança familiar presente ao cargo, uma função passada por gerações de mãe pra filha, foi perceptível notar que suas descendentes não ocuparam em nenhum momento a postura de continuidade com o legado que lhes fora deixado. Porque do desinteresse de filhas e netas em ser Caixeira? Quais fatores levaram a essa mudança de comportamento? As Caixeiras acumulavam funções: além de tocar as suas caixas, eram domésticas, lavradoras, lavadeiras, porém sempre acompanharam todos os dias de festa. Que funções suas filhas e netas ocupam hoje? Elas participam das comemorações ou o desinteresse se estende ao não comparecimento em dias de Festa?

D. Malá não teve filhos, deste modo, analisando a função como legado familiar, ela não deixou herdeiros. Por outro lado, D. Anica tem 3 filhas vivas, que lhe deram netas. Destas, conseguimos entrar em contato com duas, D. Jucelina e D. Edith, que moram na cidade de Alcântara e que deram seus depoimentos sobre as suas motivações no seio da festa.

Mamãe teve 12 filhos, ai morreu uma parte e ficou 5, tem dois que não moram aqui. Eu sou a terceira dos que estão vivos. Ficávamos todos em casa com papai, eu fazia os afazeres da casa, ai ela retornava e ficávamos todos juntos. Ai chegava a festa do divino ela ia servir à festa toda, do começo ao final, todos os dias. Ai assim ela sai o dia todo e voltava, e vice versa, saia a noite e voltava, até tantas horas. E depois com uns 16, 17 anos que eu fui ser bandeirinha. Fui bandeirinha por 3 anos, eu acompanhava ela com as outras Caixeiras. Toda a festa, todos os dias. Tem o levantamento do mastro, depois a primeira missa, após a missa o cortejo, as visitas que é a noite, e todo aquele movimento, se tem algum donativo na casa de alguma família vai o batuque junto pra buscar, a alvorada que ia de madrugada, tudo com o batuque e eu ia junto. Eu acompanhava todo o cortejo, com minha mãe e todas as outras Caixeiras.

Mas Caixeira hoje tá carente, mamãe é a Caixeira mais velha de Alcântara. Do jeito que tá, o imperador vai ter que buscar Caixeira de fora. Mamãe já tá muito debilitada, nunca parou de fumar, só come peixe, não quer comer carne, sai cedo de casa, anda a manhã toda. Ela não pára. Isso é até bom porque ela continua ativa. Mas ela tem que ter cuidado com a saúde dela. (D. Jucelina)

A vivência de D. Jucelina como mais velha das três filhas, que desde a infância presencia a atividade da mãe, e aos 16 anos se encontrava como bandeirinha, deixa claro seu conhecimento sobre todas as etapas da festa e como o cargo, exercido pela mãe, lhe parece cansativo. Bem comunicativa, D. Jucelina ainda revela que para acompanhar as Caixeiros, era necessário saber as músicas por elas cantadas, “as Caixeiros não reclamavam de mim, elas gostavam!”, uma sabedoria que vinha de anos de observação. Por desejarem as coisas em sua mais perfeita ordem de acontecimentos, as Caixeiros não admitiam erros das suas acompanhantes, por isso ensaiavam e sempre chamavam as meninas para “tirar os versos”. Exigência sempre presente, pois foi assim que D. Anica, ainda cedo, conseguiu o respeito de sua mãe e das Caixeiros da época para assumir a missão de carregar a caixa.

Paralelo ao seu depoimento, temos o de D. Edith, mesma criação, sendo a segunda das 3 filhas vivas. Ela nos diz que,

É muito trabalho, é cansativo, mamãe passava vários dias fora. É difícil, mesmo assim elas vão pra festa. Podem tá cansadas, mas nunca deixam de ir. Eu sempre acompanhei ela em dias de festa, mas não aprendi as músicas, não. Também não sei tocar caixa. Ela até tentou me ensinar. Eu ia mais era pra fazer companhia.(D. Edith).

D. Edith é mais tímida em suas observações. Em todos os contatos feitos com ela, durante todo o percurso da pesquisa, sempre foi muito atenciosa e solícita, porém, uma pessoa de poucas palavras. Esse nos parece ser um comportamento condizente com sua postura de não ter interesse em aprender a tocar caixa e a memorizar as músicas. “Nos dias de festa tem muita gente, eu nunca toquei caixa não”. A associação do número de frequentadores, da comemoração, ao fato de não tocar caixa, nos remete a isso.

Outro fator presente no diálogo das duas irmãs, é a dedicação integral à festividade, por parte da mãe, e como esse trabalho lhes parece exaustivo. D. Anica e D. Malá, sempre argumentavam que “só tendo muito amor ao Divino<sup>120</sup>” ou “Tem que ter muita disposição e vontade pra tocar caixa<sup>121</sup>”, elas admitem o trabalho que tem que ser feito para que a festa ocorra como o planejado, nos moldes da tradição, não medindo esforços e sobrepondo-se, principalmente, ao cansaço do corpo para a sua realização.

<sup>120</sup> Entrevista de D. Anica, concedida à autora em 25/01/2012.

<sup>121</sup> Entrevista de D. Malá, concedida à autora em 24/01/2012.



O sentimento das Caixeiras diante da atividade exercida é pautado por dois vieses, que em muitos casos ficam explícitos em suas falas, em outros implícitos. Trata-se, primeiramente, do prazer em participar, realizar e fazer a festa, em segundo plano, temos o cansaço, presente também nas abdições, pois se afastavam de seus lares para servir ao Divino Espírito Santo. Acreditamos que seja importante esse sentimento diante dessa atividade, que embora nem sempre percebido ou analisado, é uma característica forte do universo pertencente a essas senhoras.

A Festa do Divino também é vista como um lugar onde as relações sociais se constroem. Além de reforçar os laços sociais entre vizinhos, amigos e parentes da cidade, existe também a relação de troca com o Santo, que é mantida e renovada através da ajuda para preparar a festa e da doação, tanto de trabalho quanto de mantimentos. Sendo um lugar de sociabilidade para todos que dela participam, sejam moradores da cidade ou visitantes, pois é um espaço onde se perpetua essa devoção.

A relação familiar é tão forte que as filhas e sobrinhas estão presentes todos os anos, acompanhando a festa; admiram a dedicação da tia e da mãe; falam com carinho da infância e de como a família se organizava para que a tradição continuasse e se preocupam com o fator das mais jovens não almejem a função. Mas porque elas não deram continuidade a essa atividade?

Às vezes pode ter sido por vergonha, e também porque eu não me interessei até agora, né? Pra aprender. Porque deu puder aprender e deu puder participar, tendo ela como minha mãe, eu posso. Basta eu querer, mas como eu ainda não quis, então eu não posso participar, né? Mas se eu quiser, eu participo! Ao mesmo tempo que eu quero participar eu fico com um pouco de vergonha. Eu não tenho que ter vergonha. Por que? Porque ela já tá idosa, a irmã dela é mais velha que eu e tocam a caixa e não tem vergonha, né? E como eu vou ter vergonha? É que eu não quero ainda, é verdade é essa, eu ainda não quis.

Minha mãe teve a preocupação de tentar me ensinar, mas eu não aprendi. Eu tenho que aprender direito. E eu também tenho vergonha de errar, tem muita gente pra olhar, que conhece pela televisão, mas não conhece a festa daqui. As pessoas, querem conhecer, querem tirar foto, filmar pra levar de lembrança e tem que fazer bem feito. Eu tenho que aprender. Eu vou falar com ela pra me ensinar, porque minhas filhas também não sabem, né? E só ela que pode me ensinar.(D. Edith).

A vergonha presente no relato de D. Edith, nos mostra que não é apenas um desinteresse, mas uma desafio maior para ela a ser vencido. Por mais que ela tente

afirmar que ainda não aprendeu, ou não começou a ser Caixeira, pelo fato de não querer, percebemos que algo falou mais alto, sua timidez. Outro fator é a importância da figura da mãe para o aprendizado é muito grande. D. Edith, que conhece bem o processo de aprendizado de tocar caixa, sabe o quanto a mãe é exigente, e como os erros são imediatamente censurados e consertados. “Mesmo idosa ela tem disposição pra ensinar as meninas, mais jovens, mas ela é muito, como é que se diz? Exigente! E com eu que sou filha ela tem menos paciência ainda”(D. Edith). Ensinar esta arte é um teste de paciência. O aprendizado do ato de tocar caixa e dos versos é vagaroso, pois deve-se ter muita atenção, cada batida revela um verso específico que deve ser unificado entre as Caixeiras. Acompanhando esse batuque tem a dança de cumprimento que sempre é feita em frente ao altar. E como filha, a responsabilidade e a cobrança são maiores.

Não aprendi a tocar caixa, nunca me esforcei, assim diretamente. Porque assim, cantar eu cantei bastante. No começo era um pouco difícil, mas depois ficou muito comum. Assim... Aí eu cantava mesmo, bem. Eu tentei pegar a caixa algumas vezes, mas eu não peguei o ritmo, de tocar e cantar ao mesmo tempo. Fui aprendendo de observar todas as outras Caixeiras, minha mãe com todas as outras. Mas mamãe é um pouquinho impaciente, as bandeira até hoje, ela fica chamado atenção. Ela não tem aquela coisa assim, de calma pra ensinar. Ela é muito agitada. Ela fica falando, afobada, reclamando para quem não toca direito. Ela é preocupada com o horário, com a apresentação da festa, ela cobra muito.

Não passa pela minha cabeça ser Caixeira, não operei essa ideia, não fixei. Então assim, agora, daqui pra frente eu não tenho vontade não. Eu Gosto muito da Festa do Divino! Fui bandeirinha, acompanhei, acompanho, já até fiz uma vez, como mordoma. Mas pra tocar assim a Caixa, não. Ela não vai deixar esses herdeiros. Tem que ter muita dedicação. É muito trabalho, muitos dias. Sempre achei muito bonito, que é uma tradição que ela aprendeu com a mãe dela, que aprendeu com minha vó, que também aprendeu com a mãe dela. Não sei se vai surgir alguém da família, mas até agora nenhuma das filhas de mamãe, no caso minhas irmãs, não quis ser Caixeira. (D. Jucelina).

As demais Caixeiras, quando vivas, ajudaram D. Jucelina, nesse processo de aprendizagem. Porém tanto ela, como a irmã, possuem opiniões unânimes, de que a mãe é muito exigente. Rigidez de que ensina, marcada pela profunda experiência de anos de ofício, pautada na autoridade de mãe que detém o segredo do conhecimento de tocar caixa e de revelá-lo às aprendizes, neste caso as filhas. A mãe não é exigente apenas com as filhas, como também com todos que fazem parte do corpo desta festividade, tentando instaurar a ordem com os horários, bem como as demais atividades da festa, para que não fujam do que foi ensinado a ela, do ensinamento que ela apresenta como

tradição. Cada batida, cada toque, cada verso, cada visita, tem sua ordem e D. Anica preza pra que ela seja cumprida.

Ao dizer que cantou, e que cantou bem, D. Jucelina faz referência a uma impressão que tivemos quando começamos a entrevista, sua voz tem uma boa entonação, que demonstra presença por apresentar um timbre forte. Diante de tal fato, como não pensar que ela seria uma boa Caixeira? Mas a resposta logo chegou, a falta de coordenação para bater a caixa e cantar ao mesmo tempo lhe desestimularam de tentar continuar com a atividade. Em meio aos risos, ela enfatizou outro ponto: o trabalho. Por serem muitos dias de festa, é necessário ter muita dedicação. As Caixeiras, são elogiadas também pela função desempenhada, por aparentarem ser incansáveis, não saem enquanto a festa não termina. Esse vigor é logo ressaltado, inibindo, inclusive, a prática das filhas.

A certeza da valorização da função da mãe é percebida, com a utilização do termo “herdeiros”. A filha admira o sistema de aprendizagem familiar pelo qual sua mãe passou, um ciclo que, pela sua percepção, não terá continuidade. E as netas, não farão esse trajeto? D. Jucelina teve filhos, um menino e uma menina, já D. Edith teve duas meninas. Devido aos estudos foi possível entrevistar apenas uma das filhas de D. Edith, a Tayla e a filha de D. Jucelina, Cerliângela. Por serem mais jovens, perguntamos as netas de D. Anica que atividade profissional exerciam e se tinham interesse em “ser Caixeira”.

Sou técnica de enfermagem, só que não tô exercendo no momento. Mas eu quero estudar mais, fazer uma faculdade se for possível. Mas eu não quero ser Caixeira. É muito cansativo!

É um orgulho, ter uma avó que faz parte dessa tradição, aqui em Alcântara que é Festa do Divino. Minha avó é conhecida, vira e mexe tem alguém entrevistando ela. Eu nunca me interessei em tocar caixa. Mas eu participo da festividade, Nunca fui bandeirinha, não fiz nenhuma dessas coisas não, mas quando chega o período, né? Eu vou na casa das festa. Das pessoas que organizam, vou lá ajudar a preparar os doces e os chocolates, servindo o pessoal que tá organizando a festa, ajudando.

Eu não tenho muito jeito de tocar, se tivesse que aprender, já tinha aprendido há muito tempo, pelo tempo que vejo minha avó tocando. Vendo ela tocando, e já... Eu já teria pegado aquele ritmo. Eu é porque não tenho jeito mesmo. (Cerliângela).

O respeito e a admiração pela função exercida estão presentes nos sentimentos de Cerliângela, que mora com a mãe na mesma rua da avó, a quem ela visita constantemente. Ao ser indagada de qual sua profissão e se queria ser Caixeira ela realizou um correlação entre as atividades, afirmado que queria estudar, antes de afirmar que não queria ser Caixeira. Uma espécie de barreira de defesa, criada por ela, que considera uma atividade digna, porém que outras oportunidades existem e que quer aproveitá-las. Ao dedicar-se a função teria que se dedicar e quem sabe, até abdicar da rotina de um possível “trabalho”. Tayla, outra neta de D. Anica nos diz que,

Eu nunca fui nada na festa, nem banderinha, mas já me convidaram. Não fui porque fica muito complicado, tem que faltar muita aula, eu tenho que tá participando direto, é... tá esmolando, como eles fazem, né? Eles esmolam, e aí perde muita aula. Aí fica muito complicado de eu ser bandeirinha, e ficar faltando à escola, e o diretor não libera.

Eu nunca toquei caixa, mas eu observo o jeito que ela faz isso. Eu gosto de observar a minha avó, eu ajudo ela até hoje a se arrumar. Eu ajudo a colocar os vestidos, a sandália, os cordões... Assim, eu nunca me interessei por esse lado de tentar seguir ela, de ser Caixeira. Assim, eu não tenho nada contra, é um trabalho muito bonito que ela faz, a minha avó. Mas assim, eu pretendo exercer uma profissão, inclusive já me falaram que eu posso exercer uma profissão e ser Caixeira, mas hum hum.

Esse negócio de tocar caixa, eu acho bonito, não acho feio não. É um papel muito bonito. Eu gosto da festa, vou às missas, eu gosto muito dos cortejos, acompanho todos os cortejos, quando sai da igreja que vai em todas as casas de festas, vou nas visitas. E... particularmente, eu participo da festa desde o começo até o final. Mas assim... As únicas coisas que eu acho cansativo, tanto para quem vai participar, quanto quem participa, como ela, a minha vó, é nas visitas, né? Quando tem duas visitas a noite fica muito cansativo, termina muito tarde, né? Aí eu acho que tocando muito a caixa, durante muito tempinho deve cansar bastante, porque elas já estão idosas e carregando aquela caixa pesada... mas eu participo. Participo até o final.

Mas eu não tenho vergonha não, porque pra mim isso não é vergonha, eu acho é bonito! Assim, uma coisa que eu também gosto e participo é o tambor de crioula. Eu gosto de dançar no tambor de crioula. Faço parte até do grupo da escola, do terceiro ano, a gente faz parte de um projeto, é legal, é bem interessante. Aí você deve pensar: e porque não caixa, né? É que são mais dias e também é muito cansativo.(Tayla).

Tayla é vizinha da avó, e dorme na casa dela, para não deixá-la dormindo sozinha. A jovem não estava presente no momento da entrevista da mãe, e quando questionada foi bem enfática ao declarar que não sente vergonha. Vontade de estudar e a percepção de que o ofício de Caixeira além de cansativo, pode ser interpretado como

uma profissão, algo que a mesma não quer acrescentar a sua vida. O fato do tambor de crioula<sup>122</sup> ser apresentado na festa de São Benedito, lhe gera interesse exatamente por se tratar de uma apresentação de dança, em um local específico, a praça da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, sem ter que realizar longos trajetos por vários dias.

É importante observar que as situações aqui descritas fazem parte de uma experiência cotidiana específica. Entretanto, é necessário cautela para não incorrer em interpretações grosseiras. Não existe homogeneidade nas razões que fizeram essas quatro mulheres despertarem um comportamento de negação ao exercício da atividade de Caixeira; a timidez, a falta de coordenação, o desinteresse e a vontade de estudar, são fatores por elas apresentados. Porém, as quatro sabem que para ocupar tal função é necessário esforço e dedicação. A admiração pela mãe e pela avó e tia, não sobrepõem esses obstáculos por elas criados.

Até aqui, apresentamos os fatores que geram o desinteresse familiar, mas e as jovens da cidade, por que não dão continuidade a essa prática? Foram muitos anos desde a entrada oficial de D. Anica e D. Malá ao corpo da festa. O que gerou interesse nessas senhoras, no passado, não são os mesmos fatores que podem influenciar as jovens do presente. “Caixeira, hoje tá muito carente. Só tem mamãe e titia daqui de Alcântara”(D. Jucelina). Algumas transformações foram acontecendo, tanto na cidade quanto na festa, lentamente, de forma quase que imperceptível aos apreciadores e principalmente para os visitantes que todos os anos desembarcavam nesta cidade. Aos turistas essas mudanças não fizeram diferença, visto o desconhecimento das práticas já existentes.

A maior das dificuldades agora enfrentadas por essas senhoras é a de reposição das Caixeiras, com o desinteresse das jovens alcantarenses.

Tem várias jovens aqui, adolescentes, só que não querem participar. Porque aqui tem negócio de balada, essas festas, esses reggae, essas coisas, a senhora sabe, né? Aí trabalham o dia todo e quando chega

---

<sup>122</sup> A Festa de São Benedito é inspirada nas novenas religiosas e nas procissões da matriz africana com batuques de tambores de crioula. O evento já faz parte do calendário do turismo religioso do Maranhão com barracas de comidas típicas africanas e da culinária local. Durante as batidas dos tambores, que lembram um samba de roda e onde somente mulheres participam, as coreiras (nome dado às mulheres que dançam com saias rodadas e coloridas, enquanto os homens tocam os tambores) dançam com uma pequena imagem de São Benedito.

A concentração da festa é no largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, também conhecida como Igreja do Galo, no bairro Caravela, em Alcântara. Alguns grupos de Tambor de Crioula oriundos dos diversos povoados de Alcântara apresentam-se durante os festejos.

no final de semana, querem se arrumar e ...( ela estala os dedos, simbolizando que querem sair). Aí não vão dá conta, de passar a noite toda indo nas casas, é...deixar os mordomos, ir pra igreja, participar das celebrações, das visitas, das missas, pegar uma joia, na casa da pessoa que tá dando, né, tá dando pro santo e aí tem que buscar os mordomos pra ir receber. E a festa termina tarde. Aí a festa só encerra quando não tem mais nada pra fazer. Que às vezes vai até duas da manhã, quando é visita. Que os mordomos visitam os mordomos. Mesmo assim as Caixeiras tem que ir, podem tá cansadas, mesmo terminando tarde. E as jovens não querem isso! (D. Edith).

Por ser moradora da cidade, D. Edith avalia os motivos deste distanciamento dos jovens. O mundo do trabalho e as novas propostas de lazer e divertimento da cidade são apontadas como supostos fatores. Já para D. Jucelina, essas não são os principais elementos.

É que Alcântara não teve incentivo de oficina para as pessoas aprenderem, daria mais incentivo para as pessoas se alegrarem. Mas aí surgir alguém que quer tocar e vai atrás é complicado, eles até comentaram, comentaram que ia ter, que tava saindo um projeto, a MARATUR, a Casa do Divino, mas nada, não saiu.

É uma coisa que eu sempre discuto, hoje tem direito e recurso pra tudo, mamãe toca caixa há mais de 50 anos, a um tempo, uns anos atrás surgiu que ia ter um, como é que se diz? Uma ajuda financeira pras Caixeiras, eles iam fazer tipo um projeto, que as Caixeiras iam receber todo mês uma ajuda. Mas não teve. Eu vejo assim, elas são muito escravizadas. Muito, muito, muito mesmo. Começou a tradição, tudo bem, era uma festa calma, não tinha grandes movimentos, evolução como tem hoje, né? Mas... então era... resumido ali (apontando em direção à praça), com aquele cortejo pequeno, aquela roupinha, aquele calçado, aquela, como é que se diz? Aquela recepção, mas era bonito, era uma coisa bem menor... aí foi crescendo, crescendo, crescendo, e hoje ficou uma coisa grande. Então quando a coisa cresce, então, o trabalho é maior. Aí, elas tem um trabalho muito grande, é muito esforçado mesmo. Aí vem uma banda de orquestra de São Luís.

Antes era só as Caixeiras com cortejo, o público e iam uns músicos daqui, que iam para as missas, para ladainha e para as visitas, eles cobravam um preço razoável porque era uma coisa bem pequena, que dava para pagar. Aí começou a ficar uma coisa carente, a festa começou a aumentar e aí só as Caixeiras não daria conta, aí criaram de contratar banda de São Luís. Os músicos de São Luís. Na época eles vinham com um preço mais acessível, depois foi aumentando, aumentando, aumentando, porque eles sabem que a festa tem recurso. Porque a festa foi começando a receber recurso, que no começo não recebia dinheiro, era só donativos alimentícios. A MARATUR na época que era responsável. Aí depois a MARATUR saiu de cena, aí entraram secretaria da cultura, secretaria do estado, enfim, toda uma mudança... Aí criaram o projeto e começaram a receber ajuda em dinheiro. Mas Caixeira continua sem receber nada. Não vem um valor pra elas. Agora a banda vem cara pra caramba, imperador ou

imperatriz tem uns 10 músicos, mordomo tem uns 7, mordomo baixo vem uns 5, aí eles tem alimentação, casa pra dormir e recebe o dinheiro deles. E as Caixeiras? As Caixeiras recebem só alimentação e os 3 vestidos e um par de sapato e pronto, e elas trabalham pra caramba. Muitos dias, sem ganhar nada, ninguém vai querer. (D. Jucelina)

Apesar de ter uma atividade intensa, o papel desempenhado pelas Caixeiras não é entendido pelos festeiros e pelo governo como um trabalho. A população sabe que a festa recebe recurso, porém o fato de não receber nenhum auxílio financeiro também desmotiva as jovens a assumir este cargo. D. Malá, no segundo capítulo, afirmou que era compreendida pelos patrões, por ter que se ausentar em dias de Festa, porém as mudanças no que se refere ao vínculo empregatício, também devem ser avaliadas. As jovens teriam que se afastar do emprego, pelo menos nos dias oficiais de Festa, o que provavelmente não deve ser visto com bons olhos pelos empregadores da cidade, e em contraponto as mesmas não receberiam nenhum tipo de compensação, caso tivessem esses dias de afastamento descontados de seus salários.

Acho que a vaidade delas, antigamente, é... umas de bandeira que foram e viraram caixeira, como eu que fui uma, a agente se dedicava, e gostava, gostava, mas de lá pra cá, já de muitos anos, as meninas não querem nem ao menos ser bandeira, acho que é a vaidade, né? Tem vergonha e tal. É vontade, é gostar, senão não toca. Tem um monte delas aí que já sabe tocar que a gente ensinou, mas não querem assumir. É aquela coisa de festa, reggae, namorado, não querem saber do batuque.(D. Malá).

Os atrativos parecem ser muitos para as jovens da cidade. O gostar da festividade e da atividade que exercem, está diretamente relacionada à fé dessas senhoras, que abdicam de todo e qualquer divertimentos para servir, exclusivamente, ao Divino Espírito Santo, no período da comemoração. Essa abdição gera vergonha para as mais jovens que preferem as comemorações profanas à participação na comemoração religiosa. D. Anica também expressa suas impressões,

Senhora, hoje ninguém mais quer ser Caixeira. Aonde? Querem não. Querem saber das outras festas, elas só querem participar se receber dinheiro, mas Caixeira não recebe, então elas não vão. E tem mais, elas ficam é com preguiça, não querem colocar a caixa no ombro e andar o dia todo. É o que eu tô lhe dizendo, pra participar tem que ter muita vontade. E elas não querem, agora se pagar aparece quem quer, mas cadê? Aonde que aparece dinheiro pra Caixeira?(D. Anica).

Ao chamar atenção para a falta de continuidade da função, percebemos a falta de vontade dos mais jovens. Os músicos contratados recebem pelos dias de

trabalho, as Caixeiras não. O que gera questionamentos, tanto da parte delas, quanto dos moradores mais jovens, que aceitariam ocupar o cargo desde que recebessem pelos dias trabalhados. A fé que motivava essas senhoras não é a mesma, que move as mais jovens. É muita determinação e não é fácil nem atrativo aos jovens que preferem os seus trabalhos formais, o reggae, os divertimentos que a cidade, neste período, lhes proporciona. A Festa do Divino em Alcântara, em sua versão tradicional, organizada pelas Caixeiras, agora é memória.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Festa do Divino em Alcântara é considerada na cidade o maior evento local, pertencente ao catolicismo popular. Não se sabe ao certo como a comemoração teve seu início na localidade, porém a Festa trás em seu corpo características próprias que a difere das produzidas em outras partes do país. Durante muitos anos Alcântara recebe visitas de devotos e curiosos de áreas circunvizinhas, e até mesmo de outros estados. No período de 1950- 1970 a cidade apresentava ares de esquecimento e baixo desenvolvimento econômico, não minimizando o trabalho dos que contribuíam para a realização da mesma. Assim a cidade era retratada. Porém ao procuramos informações sobre a Festa do Divino, percebemos a ausência de informações para o período, que apresentasse um panorama geral da Festa, da cidade de Alcântara e em especial a figura das Caixeiras, o que motivou o levantamento de informações para a realização desta pesquisa. Após a procura, e com o material encontrado, em livros e jornais da época, partimos para o uso do relato oral de memória, com pessoas que vivenciaram e atuaram nesse período, trabalhando para a realização da festa, entre os entrevistados temos as duas únicas Caixeiras vivas de Alcântara(D. Malá e D. Anica) mais três brincantes contemporâneos de nossas duas caixeiras (Sr. Raul, Sr. Heidimar e Sra. Luiza) e duas filhas e duas netas das Caixeiras.

A Cidade, as Caixeiras, a Festa, fatores interligados, que ao serem modificados isoladamente afetam os demais. A Festa muda, a cidade passa por reformas urbanas, as Caixeiras se adaptam às transformações. Tanto para as Caixeiras como para os brincantes, a festa nos padrões por eles narrados aqui entre 1950-1970 era melhor que a realizada atualmente. Ecléa Bosi<sup>123</sup> nos assevera que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. Repensar o passado com as ideias de hoje fez com que nossos entrevistados reconstruíssem um tempo melhor que o presente.

Sendo assim, neste trabalho buscamos discutir o funcionamento da comemoração, mantido em seus padrões tidos para os entrevistados como tradicionais, onde existia uma quantidade maior de Caixeiras, as regras da Festa do Divino

---

<sup>123</sup> BOSI, op.cit., p.55

observadas no interior das casas dos festeiros e nas ruas da cidade; ruas essas que são agora representadas como repletas de devotos. Tudo o que era conseguido, através de doações para a realização da festa, era oferecido aos participantes e esses, quando julgassem necessário, retribuíaam aos festeiros dando agrados ao Divino Espírito Santo. A cidade nos foi retratada como “bonita”, mesmo que, para os escritores da época ela seja uma cidade quase morta.

Buscamos compreender as representações em torno do cotidiano das Caixeiras, priorizamos seus depoimentos, demonstrando como suas vidas estavam ligadas à Festa do Divino desde a infância. Desta forma, percebemos como a vida dessas mulheres sempre esteve intimamente relacionada ao cotidiano da Festa. Rememorar este passado no presente se tornou uma atividade árdua para essas senhoras, são duas Caixeiras, duas vidas, duas memórias, duas formas de representar um passado que lhes parece tão límpido, longe do esquecimento. Anos dedicado a uma festa, momentos de alegria, de sofrimento, momentos este que nunca voltarão e que deixaram uma saudade em seus corações.

Diante de tudo que nos foi apresentando por esses personagens, compreendemos as modificações sofridas na localidade, dando ênfase ao momento que a cidade foi considerada “Monumento” e a Festa passou a receber financiamento governamental, ocasionando mudanças em diversos setores da comemoração, entre eles na atividade exercida pelas Caixeiras e no interesse dos moradores em continuarem com essa atividade.

Aqui foram apresentados não apenas o papel ritualístico da comemoração, mais também o papel religioso e econômico, quando novos elementos são inseridos, outros começam a sair, dando espaço às mudanças. Essas pessoas descrevem que a Festa se encontrava em um período de fartura, amplamente consolidada, com alimentos oriundos da criação de animais e da produção da agricultura local, que perdurou entre as décadas de 1950- 1970. Período em que a Festa era um acontecimento local. Dentre as transformações sofridas, abrimos o olhar sobre a inserção no circuito do turismo, um circuito mercantil. Até então a comemoração não tinha dimensões econômicas, sendo algo do lugar. Junto a isso também temos os outros divertimentos, que tomaram conta do espaço social do qual é constituído a cidade de Alcântara, sendo um dos motivos do desinteresse pela Festa tão cara aos nossos entrevistados. Esses fatores afetaram as

subjetividades que alimentavam essa tradição, pois o espírito de comunidade, a não mercantilização da festa, as solidariedades (principalmente dos produtos doados), a não mercantilização da vida e do trabalho exercido na festa vai acabando a medida que as ações governamentais vão ganhando espaço e o moderno chega a cidade.

Ao decidirmos pelo uso das fontes orais como principal metodologia, tentamos nos precaver de interpretações que fugissem ao que estava sendo transmitido pelos entrevistados, pois de acordo com Cabral Filho, “ao narrar suas lembranças o indivíduo vai fazendo uma representação do seu passado, agindo sobre ele<sup>124</sup>”. Todas as pessoas que diretamente cederam horas de suas vidas para a realização dessa pesquisa a fizeram como pessoas interessadas e envolvidas com o universo que permeia a festa e a cidade. Solícitos aceitaram, ainda no primeiro contato, dialogar, revelando sentimentos que aparentemente não foram revelados a outros pesquisadores. Sr Heidimar fez questão de conversar na varanda da casa do divino, perto dos altares em exposição; D. Luíza nos recebeu em uma calçada, descontraída, esperando sua hora de pegar o barco para ir a São Luís; o Sr Raul nos recebeu na sala de sua casa, mas fez questão de que acompanhássemos até o quintal para mostrar as lanternas que faz para o período da Festa. D. Anica, por ter sido avisada da nossa visita, se arrumou como que se arruma em dias de comemoração. D. Malá fez questão de colocar na sala imagens de antigos cartazes da festa como enfeite para que pudesse mostrar seu reconhecimento. Ambas demonstraram, desde o primeiro contato, a importância da função exercida para suas vidas, se apresentando caracterizadas como Caixeiras, uma identidade incorporada até nos momentos de entrevista em suas casas.

Na última entrevista com D. Malá, que fala pausadamente, pensando bem antes de dizer qualquer palavra, após uma longa conversa e um cafezinho, em sua cozinha, entre uma visita e outra que ela recebia das “colegas”, muitas risadas e gestos singelos, nos despedimos, com um até logo, de quem sabe que será lembrada pelo que disse. Na casa de D. Anica, com todo seu carisma, nos deu tchau dizendo: “Venha pra festa desse ano, vai ser bonita. Assim, eu não sei direito como vai ser, porque eles não dizem mais pra gente, mas vai ser bonita, porque a Festa do Divino, minha senhora, é bonita”. D. Anica, até pela idade mais avançada, rememorou sua vida com muitos silêncios e pausas, muitas vezes com os olhos lagrimejando, a dor de uma saudade, das

---

<sup>124</sup> CABRAL FILHO, op.cit., p. 92

amigas, da festa, mas tinha prazer em contar tudo o que viu e viveu. E como não sentir prazer em ouvi-las? Cada um, a sua maneira, revelou que a perspectiva ao trabalhar com essas fontes é muito mais que uma transcrição e análise, é tentar passar da melhor forma possível o que vivemos também, pois essas pessoas de alguma maneira confiaram em alguém para elas desconhecida. Essa confiança era apresentada no brilho dos olhos de quem lembrava com saudade da festa realizada no passado, nos gestos das mãos já calejadas pelo trabalho e pelos saldos da idade, nos silêncios e pausas, capazes de fazer calar e de fazer chorar. Assim, ouvimos a história de vida de cada um, momentos particulares, indissociavelmente ligados ao mesmo universo: a Festa do Divino na cidade de Alcântara.

Neste trabalho, objetivamos perceber a vida das Caixeiras do Divino em Alcântara e suas representações a respeito da Festa e do seu cotidiano para o período de 1950-1970. Dentro deste contexto foi possível pensar, a partir de memórias sobre a comemoração, a vida das caixeiras, suas trajetórias no interior da Festa e de seus lares, suas crenças, sobre o cenário que constituía essa cidade, suas ruas e as transformações que vieram a surgir com o passar dos anos, práticas essas que fortaleceram e enfraqueceram a comemoração. Essa memória, descritas aqui, apesar de estarem desaparecendo na prática, irão continuar na memória das pessoas, dos moradores de Alcântara, que um dia irão lembrar de D. Anica e D. Malá, as Caixeiras. A prática pode ser destruída, mas a memória continuará.

Aos poucos, a Festa, em seus padrões tradicionais, foi sendo alterada. A sensibilidade de seus moradores nos fez refletir sobre as novas proporções físicas que a cidade tomou, modificando também a dinâmica de funcionamento da Festa, tornando o trabalho como Caixeira mais cansativo e menos atrativo. Assim, apresentamos aqui alguns elementos importantes para dar início à construção da História das Caixeiras do Divino em Alcântara, considerando as suas representações a respeito deste período, pois, como definiu D. Malá, ser caixeira é inexplicável. Talvez as palavras não possam dar conta mesmo de vidas tão intensas, cujo labor e zelo por uma causa ainda fervilham em suas lembranças constituindo uma memória dessa festa. Memória e História.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular** no Rio de Janeiro. 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALBERTI, Verena. **Fontes Oraís- Histórias dentro da História.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2010. P.155-202.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico/** Alfredo Wagner Berno de Almeida. – Brasília: MMA, 2006.

ARIÈS, Philippe. **A História das Mentalidades.** São Paulo: Martins Fontes, 1993

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura.** Vol 1. 7ª ed. Editora Brasiliense, 1994.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia /** Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos.** 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CABRAL FILHO, Severino. **O pão da memória: velhos padeiros, lembranças, trabalho e história.** João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2004.

\_\_\_\_\_. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e História.** Campina Grande, UFCG, 2009.

CARVALHO, Maria Michol P. de, **Divino Maranhão.** Comissão Maranhense de Folclore- CMF, Boletim 34, 2008.

CARREIRA, A. **A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (O comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII).** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro, 2 v. 1988.

CASADEI, Eliza Bachega. **Maurice Halbwachs e March Bloch em torno do conceito de memória coletiva.** In: Revista Espaço Acadêmico, nº 18, maio de 2010, p. 153 a 161. Disponível em

periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/.../5607. Acesso em 14 de novembro de 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados. São Paulo, v. 11, n 5, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CHOAIRY, A.C.C. **Alcântara vai para o espaço. A dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara**. São Luís: UFMA-PROIN-CS, 2000.

COSTA FILHO, Odylo.; LEVRÈVE, Renée. **Maranhão: São Luís e Alcântara**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. p. 23-26.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica**. Bauru: Edusc, 2002.

DOSSE, François. **A história**. Bauru/ SP: EDUSC, 2003(Coleção História).

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da história Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral: um inventário das diferenças**. In: \_\_\_. (Coord.). **Entrevistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FERRETTI, Mundicarmo. **Cura e pajelança em terreiros do Maranhão**. Apresentado em 18/3/2008 no Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Médica – Università degli Studi di Milano, Bicocca – Itália.

FERRETTI, Sergio. **Festa do Divino no Maranhão**. In: Série Encontros e estudos 9 – Divino Toque do Maranhão. Rio de Janeiro: IHAN, CNFCP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Repensando o sincretismo: estudo sobre a Casa das Minas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; São Luís: FAPEMA, 1995.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Memória, história, testemunho.** In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história.** 2ªed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara/ Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** Tradução: Frederico Carotti. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância/** Carlo Ginzburg; tradução: Eduardo Brandão. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, Jandir; LIMA, Weeslem; FIGUEIREDO, Wilmara. **Cofos, tramas e segredos.** São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2009.

GONÇALVES, Regina Célia. **Vidas no labirinto: mulheres e trabalho artesanal: um estudo sobre as artesãs de Chã dos Pereira – Ingá/ PB.** João Pessoa, UEPB, 1996 (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração: Memórias e Práticas Culturais: Mato Grosso na Primeira Metade do Século XX.** Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

**História do Comércio do Maranhão (1612-1895).** Edição da Associação Comercial do Maranhão: São Luís, 1954, v. 1.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana.** Imprensa Universitária; 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 419-476.

LIMA, Carlos de. **A Festa do Divino Espírito Santo**. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore- CMF, Boletim n8, 1966.

LIMA, Carlos de. **A Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara(Maranhão)**. 2ª.ed. Brasília: Fundação nacional Pró- Memória/ Grupo de Trabalho de Alcântara, 1988.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Maracatus e Maracatuzeiros: descontruindo certezas, batendo afayas e fazendo histórias: Recife, 1930-1945**. Recife: Bagaço, 2008.

LOPES, Antônio, **1889-1950. Alcântara: subsídios para a história da cidade**. 2ªed. São Paulo: Siciliano, 2002.

MARANHÃO, Secretária de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho. **Memória de Velhos. Depoimentos: Uma contribuição da memória oral da cultura popular maranhense**. São Luís:LITHOGRAF.1997.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELLO, Carolina. **Tímido Reinado: Faltam Caixeiras na Festa do Divino**. São Luís: Jornal O Imparcial, Maio/2009.

MENESES, Ulpiano T. B. de. **O patrimônio cultural entre o público e o privado**.

Anais do Congresso Patrimônio Histórico e Cidadania, São Paulo, 1992.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. 1.ed., 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, Oliveira de. **Festa Do Divino Em Mogi Das Cruzes- Folclore e Massificação na Sociedade Contemporânea**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista Projeto História – História e Cultura, PUC/ SP, n. 17, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatamy. **Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades imaginárias**. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 27, n.53, jan-jun. 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi(Org.). **Fontes Históricas**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.



PRINS, Gwyn. **História Oral**. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, p.166-170, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SANTOS, Pedro Braga dos. **Alcântara- a sociologia da festa do divino**. São Luís, FIPES, 1980.

SIGRIST, Marlei. **Festa - Lugar de educação: o Divino na Pontinha do Concho**. Dissertação de Mestrado em Educação, UFMS, 1998.

SILVA, Joseane Maia Santos. **Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias**. Revista Diálogo, São Paulo, p. 18 - 20, 01 fev. 2008.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande(1945-1965)**. Recife, UFPE, 2002. (Tese de Doutorado).

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Pequenas histórias, grandes revelações**. Nossa História, ano 1, nº4, fevereiro, 2004.

VEIGA, Felipe Berocan. **A Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás: polaridade simbólicas em torno de um rito**. Niterói, UFF. 2002. (Dissertação de Mestrado).

VIEIRA FILHO, Domingos. **A festa do Divino Espírito Santo**. In: Revista da Academia Maranhense de Letras, 1954. p. 39.

VIEIRA. Nana, **O Divino em Festa- São Luiz do Paraitinga**. São Paulo: Terra Virgem: 2008.

VIVEIROS, Jerônimo. **Alcântara no seu passado, econômico, social e político**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1ª edição. 1954.

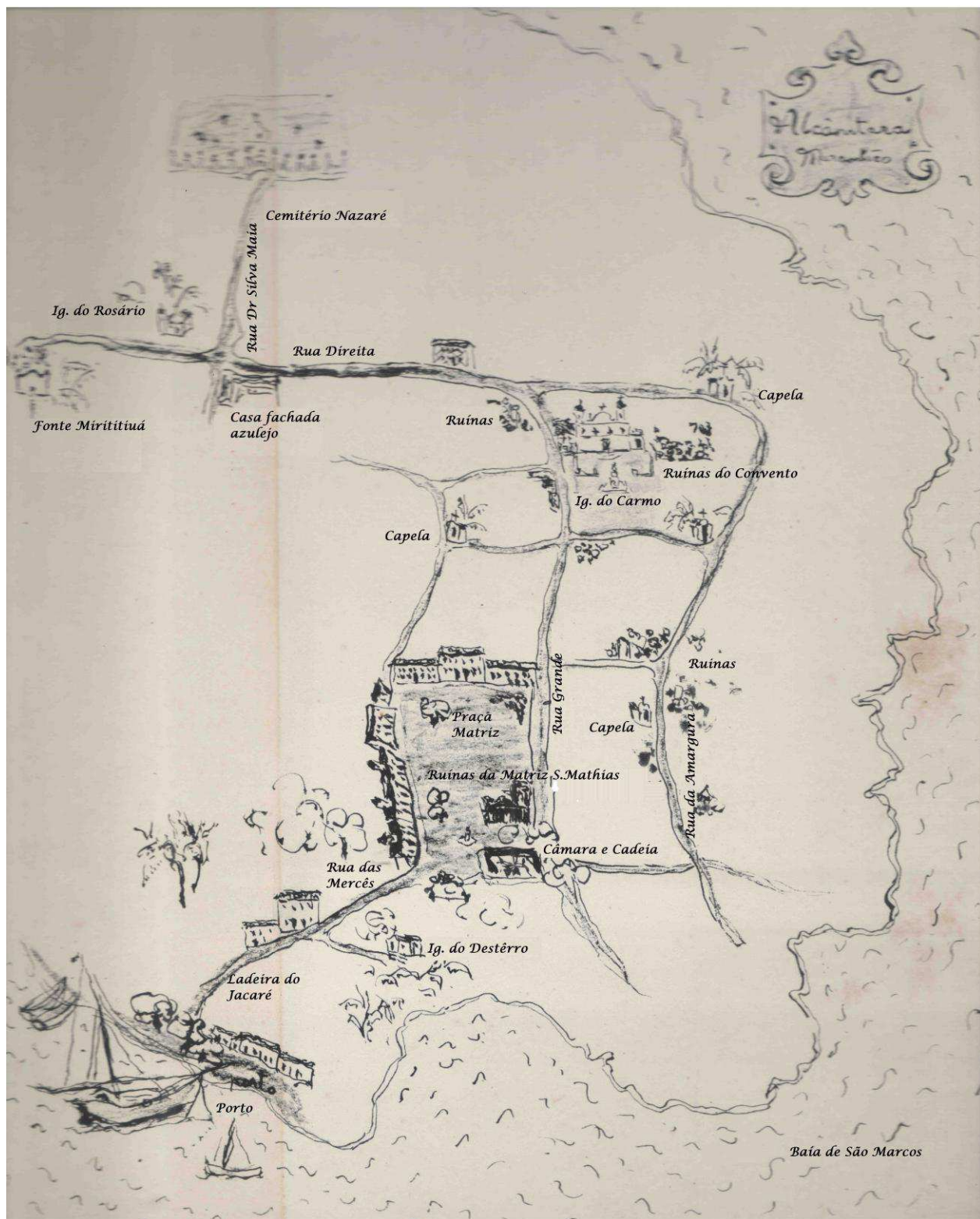
## FOTOGRAFIAS :

Foto nº1: Subida do mastro para a Praça da Matriz 1960.  
Acervo da Paróquia de São Matias.

Foto nº2: Caixeiras esmolando, 1977. Fotografia de Juvenal Pereira. Acervo do IPHAN/MA

Foto nº3: Caixeira, 1977. Fotografia Raimundo Borges. Acervo do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão.

## ANEXO A- Mapa da cidade de Alcântara desenhado em 1971 por Renée Lefrève.



**APÊNDICE A – MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL PARA A  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, AOS CUIDADOS DA  
PESQUISADORA ALIONÁLIA SHARLON MACIEL BATISTA RAMOS  
LOPES, SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEVERINO CABRAL FILHO.

1. Pelo presente documento, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, carteira de identidade nº  
\_\_\_\_\_, emitida por \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Universidade Federal de Campina Grande, aos cuidados da pesquisadora Alionália Sharlon Maciel Batista Ramos Lopes, sob orientação do Professor Severino Cabral Filho, a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia \_\_\_\_\_, na cidade \_\_\_\_\_ perante a pesquisadora Alionália Sharlon Maciel Batista Ramos Lopes.

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário original do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

3. Fica pois à Universidade Federal de Campina Grande, aos cuidados da pesquisadora Alionália Sharlon Maciel Batista Ramos Lopes, sob orientação do Professor Severino Cabral Filho, plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 vias de igual teor e para um só efeito.

\_\_\_\_\_  
Local/ Data

\_\_\_\_\_  
Cedente

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora responsável  
RG: 14132322000-2 SSP-MA  
CPF: 003.311.973-24